



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: dezembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	6
Etanol.....	6
Uma nova era para a cana – Isto É Dinheiro Rural – dezembro de 2010	6
Petrobras faz oferta para tentar liderar mercado de álcool no país – Leila Coimbra – Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010.....	7
PETROBRAS NO ETANOL – Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010	8
Petrobras planeja conter "estrangeiros" no álcool – Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010.....	8
Preço já diminui demanda por álcool – Tatiana Freitas – Folha de São Paulo – Mercado – 15/12/2010.....	9
Leilão fecha 2010 como o ano da energia renovável – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Mercado – 17/12/2010.....	10
Esterco de animais vira energia no Paraná - Danielle Nogueira – O Globo – Economia – 05/12/2010.....	11
Banco alemão financiará energia limpa - Liana Melo – O Globo – Economia – 08/12/2010.....	12
Carro 100% elétrico chega ao Brasil – Liana Melo – O Globo – Economia – 08/12/2010.....	13
Produção de biocombustível quadruplica – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/12/2010.....	14
Brasil aposta em fontes alternativas de energia – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/12/2010.....	15
Lobby do etanol tenta prorrogar subvenções nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – 07/12/2010	18
Amazônia vai gerar 30% da hidroenergia - Josette Goulart – Valor Econômico – Capa – 20/12/2010.....	19
Amazônia altera mapa da geração no país - Josette Goulart – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010	19
Pobreza mantém Amazônia distante do país - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010	21
SCA amplia contratos para venda de etanol - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 23/12/2010	24
Rezende Barbosa lidera fornecimento de cana e visa crescer em serviços - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 28/12/2010	26
Biodiesel.....	27
Petrobras negocia com Vale transporte de diesel - Sítio eletrônico Biodiesel Br – 02/12/2010.....	27

Petrobras quer produzir biodiesel em Portugal com a Galp- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 14/12/2010	28
Empreendedores gaúchos investem em projetos bioenergéticos- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010	29
Brasil Ecodiesel e Maeda, de Enrique Bañuelos, fecham acordo para fusão – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Negócios – 08/12/2010	30
Com caixa, Brasil Ecodiesel avalia como crescer - Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios – 09/12/2010	31
POLÍTICA NACIONAL DE AGROBIOCOMBUSTÍVEIS	34
Etanol	34
Brasil economizaria até R\$ 1 trilhão se adotasse fontes renováveis de energia, diz Greenpeace – Biodiesel Br – 01/12/2010	34
Com investimento, Brasil pode ter energia 93% renovável – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010	35
Consumo de combustíveis no país supera PIB e cresce 9,5% no ano – Folha de São Paulo – Mercado – 16/12/2010	35
Mais caminhos para o etanol brasileiro - Gustavo Paul – O Globo – Economia – 05/12/2010	36
Brasil é líder mundial no setor de agroenergia– Sítio Eletrônico do MAPA – 01/12/2010	37
Biodiesel	38
Presidente da PBio cotado para o MDA- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 02/12/2010	38
Para se tornar potência verde, Brasil precisa fazer mudanças na matriz energética- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 07/12/2010	39
Programa de biodiesel, 6 anos: resultados sociais frágeis- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010	41
Diesel marítimo: Ubrabio quer que previsão legal seja respeitada- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 14/12/2010	45
Diesel mais caro à vista- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 17/12/2010	46
Pesquisa aponta problemas no cultivo de pinhão-manso e mamona para biodiesel- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010	47
MDA renova Selo Combustível Social da Brasil Ecodiesel- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010	48
ANP altera emissão de autorizações para usinas de biodiesel- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010	49
Óleo de palma para biocombustível- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 20/12/2010	49
Entrevista	50
Investimento de R\$ 330 milhões no Pará	50
Em 2011 o preço do diesel não deve subir em função do biodiesel- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 17/12/2010	51

Programa de biodiesel, 6 anos: resultados sociais frágeis – Marcel Gomes – Carta Capital – 08/12/2010.....	52
Contagfazavaliação dos seisanos do Plano Nacional de Biodiesel – SítioEletrônicoda CONTAG – 03/12/2010	57
Aposta no óleo – Isto É Dinheiro Rural – dezembro de 2010.....	58
Publicadozoneamentoagrícolaparagirasol – SítioEletrônico do MAPA – 01/12/2020.....	64
Amazônia Legal tem zoneamento ecológico-econômico publicado – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/12/2010.....	65
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	66
Etanol.....	66
Etanol de cana tem novo estímulo nos EUA - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 01/12/2010.....	66
Etanol ganhará destaque em conferências sobre o clima – THAÍS MARZOLA ZARA – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010.....	67
Bolíviaproíbeplantação de monoculturaparacombustíveis – Sítioeletrônico do MST – 09/12/2010.....	68
Congresso norte-americano quer manter tarifa e subsídio ao álcool – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado - 11/12/2010.....	69
Lobby do etanol doou a políticos nos EUA - Alex Ribeiro - Valor Econômico – Agronegócios – 13/12/2010	70
Proposta contra álcool brasileiro avança nos EUA - ANDREA MURTA – Folha de São Paulo – Mercado – 14/12/2010.....	71
EUA mantêm tarifas contra o etanol – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado – 16/12/2010.....	72
Produtores de etanol vão à OMC contra os EUA - Karina Lignelli e Fernando Eichenberg – O Globo – Economia – 17/12/2010.....	74
Obama sanciona subsídio ao álcool – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010.....	75
O etanol brasileiro e o protecionismo americano – José Carlos Grubisich – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010.....	76
Alta no preço do álcool faz gasolina ser mais vantajosa para os consumidores – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010 .	77
China e etanol agitam mercado de milho - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócio – 20/12/2010.....	78
Álcool volta a ter alta na usina em São Paulo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010	80
Biodiesel.....	81
Exportação de soja deve bater recorde em 2011 - Sítio eletrônico Biodiesel Br – 07/12/2010.....	81
Confiança do agricultor brasileiro segue em alta	83

Exportações de biodiesel na Argentina crescem 10,6% no ano- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010	84
EUA devem renovar subsídios para o biodiesel- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010	85
Pesquisa da UE questiona credenciais verdes dos biocombustíveis- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 16/12/2010	86

Etanol

Uma nova era para a cana – Isto É Dinheiro Rural – dezembro de 2010

O setor sucroenergético está entrando numa era de diversificação

O setor sucroenergético está entrando numa era de diversificação que se caracteriza pela oferta de novos subprodutos da *Saccharum officinalis*, a popular cana-de-açúcar. Além do velho açúcar e do emergente etanol – e sem esquecer a cachaça, o melado e a rapadura –, **a célula-mater da agricultura brasileira gera bioeletricidade (do bagaço), plásticos verdes, biodiesel e hidrocarbonetos de baixo carbono. E outros derivados virão.**

“O setor sucroenergético precisa adicionar inovação à qualidade em diversas áreas”

Diante de alternativas tão ricas, não faz sentido dramatizar problemas transitórios como a queima de palha de cana e as filas nos terminais de exportação de Santos. Fora dos meses críticos de estiagem, as queimadas estão longe de ter a dimensão de antes. Hoje, a queima controlada ocorre mais em canaviais independentes. Mais de 70% da cana própria produzida pelas usinas do Estado de São Paulo são colhidos mecanicamente. Fica no solo como adubo a palhada que, devido à seca, pode pegar fogo espontaneamente, sobretudo junto às rodovias. A longo prazo, com o crescente banimento do fogo nas atividades rurais, o problema caminha para a extinção.

Quanto aos congestionamentos portuários, trata-se de um reflexo natural do crescimento da economia. Um bom problema, enfim. Felizmente o agronegócio é um dos motores da expansão do PIB brasileiro a mais de 7% ao ano. Até pouco tempo atrás, comemorávamos quando, num único mês, o embarque de açúcar chegava a um milhão de toneladas. Agora reclamamos quando os terminais de Santos apanham para escoar três vezes mais, como aconteceu em agosto passado.

Pois bem, os recordes de exportação de açúcar tendem a se repetir por mais alguns meses, mas estamos na iminência de enfrentar um novo problema ligado à nova era canavieira. Em 2011, em consequência do clima seco no último inverno, a produção de cana no Centro- Sul não deverá passar dos 600 milhões de toneladas deste ano, segundo dados da Unica. Provavelmente, teremos uma safra menor do que a de 2010. Com menos matéria-prima, como produziremos mais açúcar e etanol para atender a uma demanda que cresce e se diversifica no Brasil e no Exterior? É aí que mora o perigo.

O setor sucroenergético está entrando numa era de diversificação



Diversificação: subprodutos, como o plástico verde, ditam a nova era do setor sucroalcooleiro

Açúcar à parte, **temos de ter em mente que o etanol brasileiro é parte da solução para muitos países que buscam adicionar à gasolina um combustível de fonte renovável.** Não tenhamos a pretensão de ser a grande saída mundial, pois não temos pernas para isso.

Muitos países buscam alternativas caseiras para a produção de biocombustíveis e, por isso, investem em pesquisas para produzi-los a partir de resíduos rurais e urbanos. Ao mesmo tempo, tendem a seguir protegendo seus próprios produtores de etanol, tal como fazem os EUA (fazendo álcool de milho) e os países europeus (de beterraba).

Entretanto, como as barreiras tarifárias não são eternas nem intransponíveis, o Brasil deve ser pragmático e fazer a lição de casa o quanto antes. Para ocupar as brechas que surgirem, o setor sucroenergético precisa adicionar inovação à qualidade nas áreas agrícola, industrial, de logística e comércio internacional.

Além de investir em tecnologias sustentáveis para fazer biocombustíveis, formando estoques reguladores que ajudem a manter estáveis os preços, não devemos esquecer o recente (13/9/2010) reconhecimento do jornal londrino *Financial Times*: por enquanto, a cana é a melhor alternativa mundial de produção de etanol.

Petrobras faz oferta para tentar liderar mercado de álcool no país – Leila Coimbra
– Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010

A Petrobras fez uma oferta de compra de 40% da ETH, empresa de etanol da Odebrecht, um negócio avaliado em cerca de R\$ 3 bilhões. O objetivo da estatal é correr atrás da liderança nacional do mercado de combustíveis de cana-de-açúcar. Petrolíferas multinacionais concorrentes da estatal, como Shell e BP, foram mais rápidas e entraram primeiro no setor de álcool hidratado.

Com o aporte da estatal, a empresa de biocombustíveis da Odebrecht poderá se consolidar nos próximos anos como a maior produtora global de álcool -posição que hoje pertence à Cosan, empresa em que a Shell é sócia. Tanto a Petrobras como a ETH informaram que não comentariam a negociação. O plano de investimento da ETH rumo à liderança prevê a aplicação de R\$ 3,5 bilhões até 2012, ano em que as nove usinas do grupo devem estar em operação. Quando isso ocorrer, a empresa terá uma capacidade de moagem de 40 milhões de toneladas de cana por safra e produzirá 3 bilhões de litros de etanol. Poderá ainda gerar 2.700 GW/hora ao ano de energia a partir da biomassa. Com o dinheiro da Petrobras, a ETH irá abater parte de seu alto endividamento. A empresa comprou no ano passado a Brenco, que estava debilitada financeiramente, e assumiu sua dívida. A Odebrecht, dona da ETH, ficou com 65% da joint venture. Antes da Brenco, a Odebrecht era a sétima empresa no ranking nacional de moagem de cana e produção de álcool. Com a aquisição, passou para a segunda posição. Esse não será o primeiro negócio em que a Odebrecht é fortalecida com a atuação estatal em um setor, via Petrobras. No início do ano foi a vez da petroquímica. A Petrobras e a Braskem (controlada pela construtora) compraram a Quattor e formaram uma gigante da área. Com o etanol, as empresas querem repetir o casamento: além da ETH, as duas empresas fecharam no mês passado um acordo para construir um alcoolduto avaliado em R\$ 4 bilhões, ligando o Centro-Oeste ao porto de Santos, passando por Paulínia. O duto agregou também concorrentes das duas empresas, como a própria Cosan, além de uma série de pequenas usinas de cana-de-açúcar próximas do trajeto. Ainda na área de álcool hidratado, a Petrobras tem parceria com a Odebrecht, por meio da Braskem, em uma fábrica de "plástico verde" no polo de Triunfo (RS). A unidade tem capacidade para produzir 200 mil toneladas de resina plástica feita a partir da cana-de-açúcar.

PETROBRAS NO ETANOL – Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010

R\$ 3 bilhões Negócio com a ETH Bioenergia Além dos 40% da ETH, a Petrobras comprou neste ano 45,7% do capital da Açúcar Guaran -quarta maior processadora de cana-de-açúcar do Brasil- por R\$ 1,6 bilhão. A Guaraní é controlada pela grupo francês Tereos

Petrobras planeja conter "estrangeiros" no álcool – Folha de São Paulo – Mercado – 11/12/2010

A Petrobras tenta conter uma "invasão estrangeira" no mercado de etanol brasileiro e deve fazer isso por meio de aquisições nos próximos anos. Além dos 40% da ETH, um negócio que pode chegar a R\$ 3 bilhões, a empresa comprou neste ano 45,7% do capital da Açúcar Guaraní, a quarta maior processadora de cana-de-açúcar do Brasil, por R\$ 1,6 bilhão. A Guaraní é controlada pelo grupo francês Tereos.

A luz vermelha acendeu tanto na Petrobras como no governo federal quando, no início deste ano, foi concretizada a parceria entre a Shell e a Cosan para a criação da líder mundial do setor, que é avaliada em aproximadamente US\$ 12 bilhões.

A associação da petroleira anglo-holandesa com uma companhia brasileira marcou a entrada de uma multinacional petrolífera na área de etanol, um setor tradicionalmente verde e amarelo. Além disso, a BP (British Petroleum) criou recentemente, em parceria com os grupos nacionais Maeda e Santelisa Vale, a Tropical Bioenergia.

SEM

ETANOL

E a Petrobras, apesar de ter criado sua subsidiária para atuar em biocombustíveis em 2008 e de ter comprado uma usina de cana em dezembro passado por R\$ 150 milhões, não produzia sequer um litro de etanol no país no começo deste ano. O processo de desnacionalização na área de cana-de-açúcar já vinha acontecendo, contudo, há algum tempo. Antes da Cosan, a americana Bunge havia comprado o grupo Moema, e as francesas Louis Dreyfus e Tereos adquiriram a Santa Elisa e a Açúcar Guarani, respectivamente, além de outras operações nas quais sempre o capital estrangeiro comprou participação nacional.

Para especialistas do setor sucroalcooleiro, a criação de uma grande empresa nacional para atuar na cadeia da cana-de-açúcar é essencial para desenvolver o potencial do álcool e para torná-lo uma commodity mundial, como deseja o governo.

CONSOLIDAÇÃO

Na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, a Petrobras está atrasada nesse processo de consolidação do setor de biocombustíveis no Brasil. O mercado vive um momento de consolidação, apesar de ainda ser fragmentado, com muitas empresas pequenas atuando. Na visão dele, a Petrobras e a ETH possuem grandes sinergias, além de terem parcerias em outras áreas, como a petroquímica. "No Brasil, até há pouco tempo as empresas do setor possuíam perfil familiar, e as usinas eram muitas vezes sediadas nas próprias fazendas", afirma Pires. "Hoje elas precisam se adequar às novas exigências do mercado de capitais para atrair investimentos", completa ele.

Preço já diminui demanda por álcool – Tatiana Freitas – Folha de São Paulo – Mercado – 15/12/2010

A alta nos preços do álcool está provocando uma desaceleração na demanda pelo hidratado, aquele que abastece os carros diretamente. Na segunda quinzena de novembro, foram vendidos 712 milhões de litros de álcool hidratado na região centro-sul (Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil), segundo a Unica (União da Indústria de Cana). O volume ficou praticamente estável em relação aos 707 milhões de litros do mesmo período de 2009, apesar da entrada de 2,5 milhões de veículos flex no mercado somente neste ano, segundo dados da Anfavea (associação dos fabricantes de veículos automotores).

No mês passado, o preço médio do etanol foi R\$ 1,75 por litro em todo o país, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo). Em novembro de 2009, o litro era vendido a R\$ 1,69, em média - a alta foi de 3,6%. Já o preço da gasolina subiu 1,6%, de R\$ 2,54 por litro, em novembro de 2009, para R\$ 2,58 no último mês.

"Fora de São Paulo, o etanol perde competitividade", admite Antonio de Pádua Rodrigues, diretor da Unica. Quanto mais distante dos polos produtores, mais caro o combustível chega ao consumidor, devido principalmente aos gastos com logística. No acumulado de abril, quando teve início a comercialização desta safra, até o final da segunda quinzena de novembro, as vendas de etanol -anidro e hidratado- somaram 17,75 bilhões de litros, queda de 3,8% ante o mesmo período de 2009. Até 1º de dezembro, 543,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar foram processadas na região centro-sul -responsável por 60% da produção nacional-, crescimento de 8,8% em relação a igual período de 2009. A expectativa da Unica era de que a safra 2010/11 de cana atingisse 560 milhões de toneladas, mas Pádua acredita ser difícil atingir o número até o final deste ano. A estiagem prejudicou a produtividade no campo. "Desde maio perdemos 50 milhões de toneladas", disse. Já o rendimento industrial melhorou neste ano, graças à maior concentração de açúcar na cana. Até o início de dezembro, a produção de açúcar subiu 20% no centro-sul, para 33 milhões de toneladas, enquanto a de etanol total avançou 14%, para 24,7 bilhões de litros.

DISPUTA

COMERCIAL

À espera do final da tramitação da lei que prorroga os subsídios à produção de etanol nos Estados Unidos, a Unica reafirmou a intenção de levar o caso à Organização Mundial do Comércio. A decisão deve sair no início do próximo ano. "Chegamos ao esgotamento de todas as opções. Está na hora de pensar em uma apelação maior que envolve um litígio com os EUA", disse Joel Velasco, representante da Unica em Washington.

Leilão fecha 2010 como o ano da energia renovável – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Mercado – 17/12/2010

O governo federal pretende encerrar o ano de 2010 com mais um leilão de energia de fontes renováveis. Depois de ter conseguido conceder o polêmico projeto da usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), e contratar energia de biomassa, eólica e de pequenas centrais hidrelétrica neste ano, o governo realiza hoje o leilão da usina Teles Pires. O projeto da hidrelétrica tem capacidade total de 1.820 MW e fica na divisa entre os Estados do Pará e de Mato Grosso. A AGU (Advocacia-Geral da União) conseguiu derrubar ontem, no início da noite, no TRF (Tribunal Regional Federal) de Brasília, uma liminar da Justiça Federal do Pará que impedia a inclusão da usina no leilão de hoje.

A liminar tinha cassado a LP (licença prévia) de Teles Pires -sem a LP, um projeto não pode ir a leilão. A banca de advogados do governo montou uma operação de guerrilha, como a que criou no leilão de Belo Monte, realizado em abril deste ano. A AGU montou grupos para acompanhar qualquer ação que tente inviabilizar o leilão de hoje. Além de Teles Pires, o leilão de hoje inclui as usinas de Estreito e Cachoeira, no rio Parnaíba (PI), e Santo Antônio do Jari, no rio Jari (AP). Outras cinco PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) foram habilitadas e podem participar do leilão. Juntas, essas usinas somam 87 MW de potência instalada.

O plano inicial do governo era licitar um conjunto de usinas cuja capacidade total era de 3.923 MW. Isso não será possível. Entre todos os projetos habilitados, o governo conseguiu incluir nessa disputa hidrelétricas que possuem potência total de 2.380 MW. A questão é que esse volume só será concedido se Teles Pires, a principal do leilão de hoje, for incluída.

CONSÓRCIOS

A principal usina desse leilão terá preço-teto da energia de R\$ 87 por MWh (megawatt-hora).

Ganha o direito de construir e operar a hidrelétrica o consórcio que oferecer o maior deságio.

Há expectativa de que pelo menos quatro consórcios disputem Teles Pires. Os demais preços-teto são: R\$ 110 por MWh para Cachoeira; R\$ 131 para Estreito; R\$ 104 para Santo Antônio do Jari e R\$ 142 para as PCHs.

Esterco de animais vira energia no Paraná - Danielle Nogueira – O Globo – Economia – 05/12/2010

Produtores do Oeste do Paraná estão aprendendo a dar um fim mais nobre aos rejeitos produzidos na criação de suínos e aves, como o esterco. Em vez de tratá-los ou simplesmente jogá-los no rio, eles estão sendo usados como matéria-prima para a geração de energia em usinas a biogás. Dessa forma, evitam a emissão de metano, um dos gases mais danosos ao efeito estufa, e ainda complementam sua renda, com a venda de energia excedente à concessionária local, a Copel.

Atualmente, há oito usinas — com capacidade de 0,5 Megawatt (MW) em média — na região. Por seu benefício ambiental, o projeto, liderado pela Coordenadoria de Energias Renováveis de Itaipu, foi incorporado à proposta brasileira de redução de emissões de gases causadores do aquecimento global apresentada na 16ª Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-16), realizada em Cancún na última semana. A ideia é estendê-lo para todo o Sul do país, de modo a ajudar o governo brasileiro a cumprir seu compromisso de diminuir em um bilhão de toneladas as emissões de CO2 equivalente projetadas para 2020. O setor agropecuário responde por 22% das emissões hoje.

As oito microtermelétricas a biogás — na prática, usinas de cocô — fazem parte do esforço de Itaipu para reduzir a proliferação de algas no Rio São Francisco Verdadeiro, o principal rio que abastece o reservatório da usina. Hoje, a imagem que se tem do rio, que forma a Bacia Hidrográfica Paraná III, onde está concentrada a produção agrícola e pecuária do estado, é de uma imensa mancha verde. Isso acontece porque os rejeitos lançados no rio — inclusive fezes e fertilizantes químicos — favorecem a multiplicação de algas, que se depositam no fundo e se decompõem, produzindo o gás metano, 21 vezes mais danoso para o efeito estufa que o gás carbônico.

— Como responsáveis pela gestão das águas dessa bacia, nós diagnosticamos o problema e resolvemos atacar sua origem. Não adiantaria limpar o rio e, sim, evitar que os rejeitos fossem lançados nele — diz Cícero Bley, superintendente de Energias Renováveis de Itaipu.

Nas terras da bacia, são produzidos anualmente 3.020 mil cabeças de suínos, o leite de 275 mil vacas e 196 milhões de aves de corte, segundo os últimos dados disponíveis do IBGE, referentes a 2006. Não é preciso fazer um cálculo complex

Em vez de conta de luz, crédito com a concessionária

As primeiras oito usinas instaladas na região visam a convencer os demais produtores a aderir ao projeto de Itaipu. Três delas estão na Cooperativa Agroindustrial Lar: uma no abatedouro de aves, em Matelândia, e as outras duas em Itaipulândia, onde ficam a unidade industrial de vegetais e a unidade de leitões. Nesta última, a iniciativa permitiu não apenas alcançar a autossuficiência em energia como vender o excedente à Copel. Com isso, a unidade deixou de pagar de R\$15 mil a R \$20 mil de conta de luz por mês e ainda tem gerado crédito de R\$200 mensais junto à concessionária. No abatedouro de aves, embora a autossuficiência não tenha sido alcançada, o gasto com energia foi reduzido em R\$20 mil por mês.

— Nós cobrimos as lagoas com uma espécie de lona, os chamados biodigestores, que aprisionam o gás metano e permitem que ele seja canalizado para as usinas — explica o engenheiro químico Ansberto Rodrigues Passos Neto, responsável pela implantação e operação dos projetos de geração distribuída de energia da cooperativa, que tem nove mil cooperados.

Na propriedade de um deles, o produtor de suínos José Colombari também montou uma pequena usina, que já lhe rende R\$600 por mês, segundo Passos Neto. De acordo com levantamento de Itaipu, os 27 municípios da região da Bacia do Paraná III produzem 34,5 mil toneladas de metano por ano, e 82,7% desse volume vem da criação de animais, o que dá a dimensão do potencial de aproveitamento de esterco e outros resíduos para a geração de energia e renda.

Ministério estuda formas de financiar a experiência Essa combinação de respeito ao meio ambiente e elevação de rendimento é a grande vantagem do projeto, na avaliação de Cícero Bley. Um dispositivo instalado na usina identifica quando a propriedade está demandando menos energia e automaticamente direciona essa “sobra” para o sistema elétrico interligado nacional por meio da rede de distribuição de energia. Não há qualquer cobrança de tarifa para a transmissão do excedente energético e, no fim do mês, a concessionária informa da conta de luz quanto foi gerado de crédito. Aí, basta pegar o dinheiro com a empresa.

A experiência bem-sucedida do Paraná está levando o Ministério do Desenvolvimento Agrário a estudar mecanismos de financiamento para expandir a iniciativa. A ideia é aproveitar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e levar o projeto a 20% ou 30% dos produtores de suínos da Região Sul até 2020. De acordo com o assessor para questões ambientais do ministério, Marco Pavarino, a prioridade à suinocultura deve-se à facilidade de recolhimento dos rejeitos, já que os animais ficam confinados, diferentemente do que ocorre na criação de gado.

— Ainda não definimos o valor do financiamento. O que sabemos é que queremos aliar preservação ambiental à geração de renda — diz Pavarino.

Banco alemão financiará energia limpa - Liana Melo – O Globo – Economia – 08/12/2010

CANCÚN, México. O Banco alemão de desenvolvimento KFW deve anunciar nas próximas semanas um acordo com o BNDES de 52 milhões para financiar projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade para produzir até 20 megawatts (MW) de energia. A instituição alemã também está finalizando um acordo de eficiência energética com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no valor total de 120 milhões, que será anunciado no começo de 2011.

Os novos financiamentos ao Brasil foram anunciados ontem pelo diretor do KFW para América Latina e Caribe, Rudger Hartmann, em um dos eventos paralelos da Conferência do Clima (COP-16), o Green Solutions. Pela manhã, Hartmann esteve na COP-16, distante 30 quilômetros do Green Solutions, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, quando anunciou investimentos de 18 milhões para o Fundo Amazônia.

Além disso, o banco está fechando parcerias para instalar iluminação fotovoltaica (energia solar) nos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Projetos de eficiência energética já foram instalados nos estádios Mineirinho e Mineirão, em Minas Gerais.

Com estabilidade política e econômica, o Brasil tem uma posição de destaque entre os países da região para atrair investimentos do banco. De um total de 4,5 bilhões, 20% são destinados a projetos de combate às mudanças climáticas.

Na região das Américas, o Brasil recebe cerca de 20% dos recursos do banco.

— O fato de ter segurança macroeconômica e estabilidade política ajuda bastante as parcerias com o Brasil — disse Hartmann, que não comentou a possível criação na COP-16 de um grande fundo financeiro, batizado de Fundo Verde.

— Os fundos bilaterais são aliados nesta questão da mudança climática.

A Eletrobras já tem um acordo com o banco e recebe 50 milhões para financiar PCHs em Santa Catarina.

(*) A repórter viajou a convite da Ericsson

SÃO PAULO NÃO É MAIS A TERRA DA GAROA, na página 36

Carro 100% elétrico chega ao Brasil – Liana Melo – O Globo – Economia – 08/12/2010

O carro elétrico está chegando ao Brasil. O Nissan Leaf, o primeiro veículo 100% elétrico fabricado no mundo e lançado na semana passada no Japão, desembarca no país no começo de 2011, mas, por enquanto, haverá poucos em circulação.

O presidente da Nissan para América Latina, o português Carlos Tavares, confirmou ontem que assinou com a prefeitura de São Paulo um acordo para a chegada do modelo. Acerto similar foi firmado com o governo da Cidade do México.

Tavares não detalhou o número de carros que foram negociados com a prefeitura paulistana. Mas deixou claro que a chegada do Leaf ao mercado brasileiro só ocorrerá após acordos com o governo para uma ajuda financeira via subsídios.

O projeto piloto vai durar até dezembro de 2012.

— O Nissan Leaf custa em média US\$32 mil, e estamos contando com subsídios que vão de US\$13 mil, nos EUA, a 5 mil, na Europa. Com os subsídios dados no mercado americano, o preço final cai para US\$20 mil — comentou Tavares, deixando claro que, para entrar numa “zona de conforto”, que dispense subsídios, será preciso que a montadora tenha uma produção anual de 500 mil a um milhão de veículos.

A argumentação de Tavares quanto à necessidade de ajuda governamental para lançar o carro no mercado confirma a tese defendida pelo setor privado de que desenvolver uma tecnologia verde sai caro. Apesar disso, ele aposta que os carros elétricos representarão 10% do mercado automobilístico mundial em 2020. (Liana Melo)

Produção de biocombustível quadruplica– Sítio Eletrônico do MAPA – 17/12/2010

Brasília - O zoneamento de risco climático para as principais oleaginosas e o desenvolvimento de tecnologias para o cultivo dessas plantas são algumas das ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender ao crescimento da demanda por biodiesel. A produção nacional de biocombustível quadruplicou nos últimos três anos, passando de 400 milhões de litros em 2007 para 1,6 bilhão de litros em 2010, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para 2011, estão previstos 2,4 bilhões de litros.

“O mercado de biodiesel no Brasil está consolidado e isso é resultado de uma política do governo federal. Ela está centrada na sustentabilidade da produção, promoção da inclusão social, garantia de preço, qualidade e suprimento e diversificação de matérias-primas”, explica o coordenador de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária, Denilson Ferreira.

Ele ressalta que já estão concluídos zoneamentos de risco climático para sete oleaginosas: algodão, amendoim, canola, dendê, girassol, mamona e soja. Está programada ainda a divulgação do estudo sobre o gergelim. O zoneamento indica os melhores períodos e as regiões mais aptas para o plantio, prevenindo perdas por eventos climáticos. As instituições financeiras e o programa de subvenção ao seguro rural usam o estudo como base para concessão de crédito.

Outra importante ação do Ministério da Agricultura é o investimento em pesquisas de desenvolvimento de oleaginosas que permitirão o maior acúmulo de energia, resultando em maior eficiência por área plantada. Nessa linha, já estão em andamento na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Agroenergia, estudos com pinhão manso e outros tipos de palmáceas.

Em 2008, a mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel passou a ser obrigatória, conforme estabelecido pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004. Entre janeiro e junho de 2008, a mistura de biodiesel puro ao óleo diesel foi de 2% (B2) e entre julho de 2008 e junho de 2009 chegou a 3% (B3). A partir de julho de 2009, o biodiesel passou a ser adicionado ao óleo diesel na proporção de 4% (B4) por volume.

Desde o começo deste ano, vigora a mistura de 5% (B5), que antecipou a meta do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel em três anos. “A decisão consolida o Brasil como um dos maiores do mundo no setor”, afirma Ferreira.

Além disso, o aumento na mistura representa impacto significativo no consumo de óleo de soja no país. “A ampliação do percentual demanda o equivalente a dois milhões de litros de óleo de soja”, explica Ferreira. Ele acrescenta que, no último levantamento de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa de produção de soja no ciclo 2009/2010 indica um recorde de 67,57 milhões de toneladas, o que garante o abastecimento interno.

Para o coordenador de Agroenergia, os agricultores são os grandes beneficiados com a medida, porque produzirão mais, o que vai gerar demanda para volume significativo de óleo. “Considerando que o farelo e sua proteína são bastante utilizados na produção de rações, a quantidade de óleo necessária para o biocombustível fortalece a cadeia produtiva do grão, equilibrando a produção de biocombustível e a de alimentos”, informa. (*Sophia Gebrim*)

A busca por energias renováveis, que respeitem o meio ambiente e promovam desenvolvimento econômico e social, é um passo estratégico para o desenvolvimento de qualquer nação. Essa é a avaliação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi. “O Brasil tem um papel fundamental na consolidação da agroenergia, já que é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, principal matéria-prima para a geração de bioenergia”, aponta.

Hoje, cerca de 47% da energia produzida no Brasil é renovável. A maior parte desse potencial é proveniente da cana-de-açúcar, que responde por 18%. “Trata-se de um mercado que o país domina, já que temos as condições climáticas ideais para o cultivo da cana, o que nos proporciona a matriz energética mais limpa do mundo”, ressalta Wagner Rossi.

A segurança energética é um dos principais desafios do século e foi colocada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como prioridade. “O aumento da população e do consumo mundial per capita, associado à mudança climática, requerem ações mais coordenadas e sustentáveis, em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos”, ressalta o secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone.

De acordo com o secretário, o Plano Nacional de Agroenergia, o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel, a criação da Embrapa Agroenergia e o fomento às políticas públicas de incentivo ao setor agroenergético foram fundamentais para o Brasil alcançar destaque no cenário internacional nos últimos oito anos.

Potencial

Por meio do Plano Nacional de Agroenergia, criado em 2002, o Ministério da Agricultura coordena estudos das potencialidades agrícolas regionais e estimula a pesquisa para aumentar a utilização de plantas consideradas estratégicas, como o inajá, macaúba, tucumã, além do pinhão manso e da palma, para a produção de biodiesel, combustível renovável.

Atualmente, o Brasil está entre os maiores produtores de biodiesel, juntamente com Estados Unidos, Alemanha, França e Argentina. Em 2009, o país produziu 1,13 bilhão de litros e a previsão para este ano é chegar a 1,6 bilhão de litros do combustível.

Uma série de vantagens qualifica o Brasil a liderar a agricultura de energia e o mercado da biocombustíveis em escala mundial, com a possibilidade de dedicar novas terras a essa atividade, sem ampliar a área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos, mantendo os impactos ambientais circunscritos aos socialmente aceitos.

Tecnologia

Segundo Bertone, o investimento em pesquisa é a base para o desenvolvimento de tecnologias de produção agrícola, permitindo a identificação de plantas mais aptas, sistemas de produção mais eficientes e a identificação de regiões com elevado potencial de produção. Novas tecnologias industriais representam a essência da transformação de produtos agrícolas em biocombustíveis.

“O nosso Plano Nacional de Agroenergia estabelece, ao mesmo tempo, um marco e um rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável”, explica. O plano tem por meta prioritária tornar competitiva a

produção brasileira e dar suporte às políticas públicas voltadas à inclusão social, à regionalização do desenvolvimento e à sustentabilidade ambiental.

Para o secretário de Produção e Agroenergia, a participação de todos os segmentos vinculados à cadeia é condição para enfrentar tamanho desafio. “Contamos com o trabalho dos servidores deste Ministério da Agricultura, dos produtores rurais e suas lideranças, além de professores, pesquisadores e da sociedade em geral, num esforço conjunto, cujo maior propósito é a autonomia e o desenvolvimento do país”, ressalta.

Produção de biocombustível quadruplicou em três anos

O zoneamento de risco climático para as principais oleaginosas e o desenvolvimento de tecnologias para o cultivo dessas plantas são algumas das ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender ao crescimento da demanda por biodiesel. A produção nacional de biocombustível quadruplicou nos últimos três anos, passando de 400 milhões de litros em 2007 para 1,6 bilhão em 2009, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para 2010, estão previstos 2,4 bilhões de litros.

“O mercado de biodiesel no Brasil está consolidado e isso é resultado de uma política do governo federal. Ela está centrada na sustentabilidade da produção, promoção da inclusão social, garantia de preço, qualidade e suprimento e diversificação de matérias-primas”, explica o coordenador de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária, Denilson Ferreira.

Ele ressalta que já estão concluídos zoneamentos de risco climático para sete oleaginosas: algodão, amendoim, canola, dendê, girassol, mamona e soja. Está programada, ainda, a divulgação do estudo sobre o gergelim. O zoneamento indica os melhores períodos e as regiões mais aptas para o plantio, prevenindo perdas por eventos climáticos. As instituições financeiras e o programa de subvenção ao seguro rural usam o estudo como base para concessão de crédito.

Outra importante ação do Ministério da Agricultura é o investimento em pesquisas de desenvolvimento de oleaginosas que permitirão o maior acúmulo de energia, resultando em maior eficiência por área plantada. Nessa linha, já estão em andamento na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Agroenergia, estudos com pinhão manso e outros tipos de palmáceas.

Em 2008, a mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel passou a ser obrigatória, conforme estabelecido pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004. Entre janeiro e junho de 2008, a mistura de biodiesel puro ao óleo diesel foi de 2% (B2) e entre julho de 2008 e junho de 2009 chegou a 3% (B3). A partir de julho de 2009, o biodiesel passou a ser adicionado ao óleo diesel na proporção de 4% (B4) em volume.

Desde o começo deste ano, vigora a mistura de 5% (B5), que antecipou a meta do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel em três anos. “A decisão consolida o Brasil como um dos maiores do mundo no setor”, aponta Denilson Ferreira.

Além disso, o aumento na mistura representa impacto significativo no consumo de óleo de soja no País. “A ampliação do percentual demanda o equivalente a 2 milhões de litros de óleo de soja”, explica Ferreira. Ele acrescenta que, no último levantamento de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa de produção de soja no ciclo 2009/2010 indica um recorde de 67,57 milhões de toneladas, o que garante o abastecimento.

Para Denilson Ferreira, os agricultores são os grandes beneficiados com a medida, porque vão produzir mais, o que vai gerar demanda para volume significativo de óleo.

“Considerando que o farelo e sua proteína são bastante utilizados na produção de rações, a quantidade de óleo necessária para o biocombustível fortalece a cadeia produtiva do grão, equilibrando a produção de biocombustível e a de alimentos”, informa.

Embrapa tem papel importante na política de agroenergia

A Embrapa tem um papel fundamental como indutora da política nacional de agroenergia adotada pelo Brasil nesses oito anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A empresa é responsável pela coordenação das ações institucionais e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Foram esses eixos que permitiram à Embrapa Agroenergia o aperfeiçoamento de processos e matérias-primas atuais e potenciais no Brasil, nas plataformas de etanol, biodiesel, florestas energéticas e resíduos, para a obtenção de biocombustíveis e de co-produtos.

Para atender essa necessidade e com base nas diretrizes do Plano Nacional de Agrienergia foi criada, em 24 de maio de 2006, a Embrapa Agroenergia – Centro Nacional de Pesquisa de Agroenergia (Cnpae), como uma unidade descentralizada, que atua com visão estratégica do agronegócio e com o enfoque em inovação tecnológica das cadeias produtivas de agroenergia.

A Embrapa Agroenergia trabalha coordenando, executando e integrando redes de pesquisa, nacionais e internacionais, envolvendo gestores e pesquisadores das outras 37 unidades descentralizadas da Embrapa e outras instituições parceiras (atuais e potenciais), públicas e privadas.

“A implantação da Embrapa Agroenergia é uma oportunidade para o Brasil, que se prepara para aumentar, cada vez mais, a produção de biomassa”, destaca Frederico Durães, chefe-geral da unidade. O objetivo desse braço da Embrapa é implementar uma nova forma de gestão, inovando em arranjos institucionais que demonstrem competitividade com cooperação, traduzidos no ajustamento de arranjos tecnológicos (produção de conhecimento novo) e arranjos produtivos (estratégias para uso da inovação).

Durães explica que esse centro de pesquisa busca desenvolver competências em biologia energética, conversão de matérias-primas energéticas, aproveitamento de resíduos para produção de co-produtos e novos materiais, e gestão do conhecimento em agroenergia. “A preocupação com a infraestrutura adequada, com laboratórios e plantas-piloto para a pesquisa, desenvolvimento e inovação, também conferem à Embrapa excelência para coordenar e executar tais pesquisas”, aponta.

Florestas energéticas

No ano passado, a utilização da madeira para lenha e carvão foi de quase 30 milhões de toneladas, representando 12% da oferta de energia proveniente da biomassa florestal. O consumo anual de carvão vegetal nas indústrias de aço e de outras ligas metálicas, por seu baixo custo de produção e processamento, é estimado em 6 milhões de toneladas por ano. A preferência pelo carvão deve-se à facilidade de transporte e combustão.

O chefe-geral da Embrapa Florestas, Helton Damin da Silva, acredita que a produção agrícola e preservação ambiental são conciliáveis, considerando o plantio de árvores. Por isso, o centro de pesquisa desenvolve tecnologias e variedades para utilização principalmente em áreas sem tradição florestal ou degradadas. “O país possui perto de 65 milhões de áreas subutilizadas e a implantação da agricultura de base florestal é uma alternativa viável”, pondera. Ele avalia que o desafio passa pela transformação da celulose em energia limpa, pois os custos de produção de biomassa ainda são muito elevados.

Os pesquisadores da Embrapa também trabalham na introdução e melhoramento de novas espécies. Os florestadores já contam, por exemplo, com 11 novas variedades de eucalipto para fins comerciais, sendo cinco de híbridos.

Já os produtores, atentos ao uso sustentável da terra, buscam integrar agricultura, pecuária e cultivos florestais, consorciação que recicla os nutrientes do solo. A técnica reduz ação dos ventos, aumenta a absorção da água da chuva, diminui o processo de erosão e o ressecamento da terra. E ainda proporciona sombra para os animais. Esses consórcios são conhecidos como sistemas agrossilvipastoris ou Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

De acordo com o chefe da Divisão de Agricultura Conservacionista do Ministério da Agricultura, Mauricio Carvalho, com a adoção de tais sistemas, os agricultores conciliam a preservação ambiental com a ocupação produtiva e econômica, diversificação que reduz riscos de mercado e clima. Assim, o produtor tem renda a curto prazo na lavoura, a médio prazo na pecuária, e a longo prazo, na floresta. (*Sophia Gebrim*)

Lobby do etanol tenta prorrogar subvenções nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – 07/12/2010

As negociações no Congresso americano para a prorrogação do subsídio e da tarifa de importação sobre o etanol entram em seus momentos decisivos nesta semana. O lobby do etanol do milho, que contraria os interesses dos produtores brasileiros, tenta incluir o assunto no acordo que está sendo costurado pelo governo Barack Obama com os parlamentares de oposição para estender os cortes de impostos feitos na gestão George W. Bush.

Hoje, os EUA concedem subsídio de US\$ 0,45 por galão (equivale a 3,79 litros) de etanol misturado na gasolina, além de uma tarifa de importação de US\$ 0,54. Esses incentivos vêm sendo renovados desde a década de 1980 e, se nada for feito, devem expirar em 31 de dezembro. Uma eventual prorrogação é ruim para as usinas brasileiras, que, embora produzam etanol de cana-de-acúcar mais baratos, não conseguem competir com os produtores americanos.

Nas últimas semanas, o lobby brasileiro conseguiu ampliar a sua base de apoio, juntando 17 senadores democratas e republicanos numa declaração contra a prorrogação dos incentivos. Mas o lobby do etanol do milho, que reúne produtores do cinturão agrícola do Meio-Oeste americano, fez uma ofensiva para vincular os subsídios à prorrogação dos cortes de impostos do governo Bush, um tema prioritário na agenda legislativa de Obama.

No sábado, o Senado rejeitou uma proposta apresentada pelo presidente da comissão de finanças, senador Max Baucus, cujo tema principal eram os cortes de impostos do governo Bush, mas que continha um artigo sobre o etanol.

O dispositivo prorrogava o subsídio por mais um ano, com um valor de US\$ 0,36 em vez de US\$ 0,45, além da tarifa de importação.

A rejeição da proposta nada tem a ver com o etanol — os senadores não conseguem se

entender porque os republicanos querem estender o corte de impostos de Bush para todos os contribuintes, enquanto que Obama quer tirar os benefícios dos mais ricos. Os dois partidos voltaram à mesa de negociação, e o lobby do etanol do milho tenta de novo incluir a prorrogação. Há grandes chances de chegarem a um acordo para ser votado até amanhã.

O representante nos EUA da Unica (União da Indústria de Canade-Açúcar), Joel Velasco, afirma que uma eventual queda do subsídio para US\$ 0,36 o galão não é suficiente para eliminar a barreira ao produto brasileiro. Se o benefício for aprovado por apenas um ano, porém, crescem as chances de ele cair na próxima renovação. “O Congresso que acaba de ser eleito será mais conservador em termos fiscais”, afirma Velasco.

A embaixada brasileira em Washington informou que intensificou gestões para o fim do subsídio ao etanol no Congresso e no governo americano.

Os subsídios ao etanol de milho custam US\$ 6 bilhões anuais. Em janeiro, toma posse uma bancada mais conservadora, que defende cortes de gastos e redução da dívida pública. Senadores mais à esquerda do Partido Democrata também apoiam o fim do subsídio por entenderem que o etanol do milho compete com a produção de alimentos e não dá uma contribuição expressiva para a redução da emissão de gases-estufa

Amazônia vai gerar 30% da hidroenergia - Josette Goulart – Valor Econômico – Capa – 20/12/2010

O mapa da geração hidrelétrica do país vai mudar completamente nos próximos anos com as licitações realizadas durante o governo Lula. Mesmo sob protestos ambientais, a Amazônia passará a ser responsável por quase um terço da capacidade de geração hidrelétrica do país. Serão aplicados R\$ 60 bilhões na região para a construção e instalação de sete usinas, entre elas os megaprojetos do Madeira, Belo Monte e Teles Pires. Hoje a região produz 10 mil MW por meio de seus rios e vai superar os 30 mil MW com os novos projetos. A grandiosidade dos números também vai se refletir no ranking dos grandes geradores. A Neoenergia, que liderou o consórcio vencedor do leilão de Teles Pires, na sexta-feira, será a segunda maior atrás da GDF Suez. O grupo franco belga sequer deu lances no leilão de sexta-feira, deixando a Eletronorte fora da disputa. Página B10

Amazônia altera mapa da geração no país - Josette Goulart – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010
Energia Região vai receber R\$ 60 bi em investimentos, como nas usinas do rio Madeira, Belo Monte e Teles Pires

O uso dos rios da Amazônia para a produção de energia elétrica, mesmo sob fortes protestos de ambientalistas, deixou de ser apenas uma discussão sobre o que parecia ser um futuro distante para ir tomando forma durante o governo Lula. Com base nas licitações realizadas até agora, é possível afirmar que a região será responsável pela geração de quase um terço de toda a energia hidrelétrica do país. A floresta será inundada por cerca de R\$ 60 bilhões, necessários para a construção de sete usinas que juntas alteram não só o mapa da produção como o dos negócios de geração.

Quando entrarem em operação, as megasusinas licitadas na região —Madeira, Belo Monte e Teles Pires que juntas somam 19.500 MW — vão alterar o ranking dos grandes geradores privados do país. A liderança continuará nas mãos da GDF Suez, mas o grupo francês reduziu o apetite depois do negócio em Jirau (veja matéria ao lado). Novos geradores tentaram usar a Amazônia como trampolim para o topo do ranking, como a Odebrecht Energia—mas a empresa não conseguiu ir além de Santo Antônio e a ínfima participação na sociedade de Teles Pires. Outros ficaram marcados pela ausência, como foi o caso da CPFL Energia, quarta maior do país, que disputou dois leilões e perdeu. Quem despontou foi o grupo Neoenergia, que saiu da sexta para assumir a segunda posição.

A empresa controlada pelo fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) e pelo grupo espanhol Iberdrola foi a vencedora da licitação da usina de Teles Pires, na sexta-feira, onde detém mais de 50% da sociedade investidora, e é também dona de 10% de Belo Monte. Com esses dois projetos, a Neoenergia vai ampliar em cerca de dois mil megawatts (MW) sua capacidade de geração somente com projetos na região. O montante representa quase a totalidade do que a AES Tietê, a 2ª maior geradora privada do país e a 10ª, se levado em conta as estatais, tem hoje sob sua administração.

A ascensão da empresa, entretanto, está se dando sob uma plataforma de forte risco em termos de retorno sobre o investimento.

A usina de Belo Monte, onde tem 10% da sociedade e será responsável por cerca de R\$ 2,5 bilhões de investimentos, ainda não obteve licença ambiental para o início das obras. A energia da usina foi vendida a menos de R\$ 80o MWh e a base de retorno se dá em torno da antecipação do início da geração.

Em Teles Pires, na sexta-feira, o espírito agressivo da Neoenergia pôde ser visto pelo baixo preço oferecido pela energia para ficar dona da usina. O lance vencedor de R\$ 58,36 é o menor preço da história dos leilões de energia do país, mesmo se comparado com leilões de projetos existentes.

Além disso, a empresa terá o desafio de construir a usina em menos de quatro anos.

O ranking futuro dos geradores privados só não será inteiramente modelado pelos projetos da Amazônia porque o grupo Bertin, que tem participação em Belo Monte, é dono de concessões de termelétricas leiloadas em 2008 que somadas chegam a quase 5 mil MW.

Boa parte delas está com o cronograma atrasado, mas a empresa afirma que entregará os empreendimentos e assim vai ocupar posição de destaque no ranking. Em Belo Monte, por meio da Gaia Energia, o grupo tem 9% da sociedade, quase mil megawatts, mas ele

tem a opção de ficar com apenas 2% e deve tomar essa decisão somente no próximo ano.

Das sete usinas na Amazônia que tiveram energia vendida em leilões do governo federal, cinco foram negociadas neste ano. Além de Belo Monte, que tem 11.233 MW de capacidade e investimentos previstos em R\$ 25 bilhões, foram leiloadas Colíder (300 MW) e Teles Pires (1.820 MW), ambas no rio Teles Pires no norte de Mato Grosso e dentro da Amazônia legal.

No Amapá, foi vendida energia das usinas de Ferreira Gomes (153 MW) e Santo Antônio do Jari (300 MW). Esta última já tinha outorga registrada há alguns anos, mas só agora o empreendimento irá adiante com a venda da energia realizada na sexta-feira.

As usinas da Amazônia ainda sofrem forte pressão das organizações não governamentais e Ministério Público Federal. Em Teles Pires, na semana passada, se repetiu o que já se transformou em um rito em leilões de hidrelétricas: liminares cassam a licença ambiental e próximo ao leilão a Advocacia Geral da União consegue derrubar a liminar e o leilão acontece. Em Belo Monte, já havia sido assim. Dessa forma, mesmo sob juízo, as usinas continuam saindo do papel. Santo Antônio e Jirau são bons exemplos.

O governo, entretanto, não tem se sensibilizado com os argumentos dos ambientalistas que alegam que está se mudando e se destruindo parte da Amazônia para sempre.

O projeto de Tapajós, a próxima megausina no Pará, ainda não começou a ser discutido dentro do governo, mas pode representar uma mudança. Questionado sobre se há planos para se fazer de Tapajós um modelo diferente de discussão e até do processo de licenciamento, o presidente da Empresa de Pesquisa (EPE), Maurício Tolmasquim, diz apenas que sim, de que é preciso ter um plano de discussão, mas nenhuma ação concreta ainda foi tomada.

Pobreza mantém Amazônia distante do país - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010

Desenvolvimento Desmatamento cai, mas região continua com graves problemas de saúde e saneamento básico

Se a boa notícia da Amazônia é que o desmatamento nunca foi tão baixo na história deste país, a má notícia é que os indicadores sociais mostram uma região com problemas crônicos e preocupantes.

Apesar de alguma melhora, a Amazônia está distante do Brasil em relação à pobreza, às doenças, ao saneamento básico e à saúde materna. Colocando foco em alguns desses parâmetros, os brasileiros que vivem em nove Estados da floresta parecem fazer parte de outro país.

A pobreza, por exemplo, afetava 42% da população amazônica em 2009. A média brasileira naquele ano era de 29%. Segundo dados do mais recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 24 milhões de pessoas moram na

Amazônia e 80% estão nas cidades. O crescimento da população da região nos últimos 20 anos foi de 41% (a média brasileira bateu em 31%), e a migração tem papel importante nesse número. Em 2009, mais de 10 milhões de pessoas viviam com menos de meio salário mínimo por mês.

Paradoxalmente, na região que mais tem recursos hídricos no mundo, o acesso à água potável e o saneamento básico são serviços precários. Em 2009, 34% da população amazônica não tinha água encanada. A metade não possuía coleta de esgoto adequada – ou seja, ligada à rede ou com fossa séptica. Não há dados disponíveis sobre tratamento do esgoto. O que se sabe é que, há dois anos, 81% dos municípios amazônicos não tinham nenhuma rede de coleta de esgoto.

Estes dados foram recolhidos, analisados e agora estão sendo divulgados em um ambicioso raio-X da região, feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), um dos mais respeitados centros de pesquisa da floresta, com sede em Belém. Em “A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010”, pesquisadores examinaram a evolução das metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015, colocando foco na situação dos nove Estados da Amazônia Legal em saúde, educação, renda e condições de vida. Observaram a performance de 25 indicadores, cruzando dados do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos ministérios da Saúde e do Trabalho, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Socioambiental (ISA), para citar algumas das fontes.

A intenção do trabalho era mapear como a Amazônia está em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU em 2000, e que têm como meta, por exemplo, reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população em extrema pobreza, reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna no período ou chegar a 2015 tendo estabilizado a incidência de malária e de outras doenças graves.

A conclusão é que, embora tenham sido registrados progressos na maioria dos indicadores analisados de 1990 a 2009, a melhora é tímida e está muito abaixo da média nacional. “Fizemos um retrato social da Amazônia olhando para 2015”, diz Adalberto Veríssimo, pesquisador-sênior do Imazon e um dos autores do trabalho. “O que vimos é que a Amazônia ainda é pobre, com taxas de violência e doenças muito graves e precariedade em serviços básicos”, continua.

Embora em educação, renda e saúde tenham sido verificados avanços de 1990 a 2009, o quadro é de grandes deficiências. “Os indicadores sociais ainda são vergonhosos, o Brasil não pode aceitá-los”, prossegue Veríssimo.

“Um país com economia emergente não pode ter indicadores desses em uma região tão estratégica como a Amazônia.” Os pesquisadores apontam, no entanto, sinais positivos verificados nas últimas duas décadas.

Também na Amazônia registrou-se um sensível aumento no acesso à educação (com igualdade entre homens e mulheres) e redução da mortalidade infantil, embora neste tópico os pesquisadores desconfiem de sub-registros nas estatísticas oficiais.

O estudo mostra que existiu um forte aumento na taxa de frequência escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos do ensino fundamental. Era 71% em 1991 e subiu para

90% em 2009, algo muito parecido ao do resto do Brasil. O caso de adolescentes cursando ensino médio é espantoso: passou de 9% em 1991 para 47% em 2009. O desafio na floresta é o mesmo do Brasil: melhorar a qualidade do ensino. Na Amazônia, as discrepâncias entre a escolaridade da população rural e urbana são muito agudas. Segundo o IBGE, a população rural da região apresentava taxa de analfabetismo 2,5 vezes superior às áreas urbanas.

Na redução da pobreza também houve ganhos. Entre 1990 e 2009, a pobreza extrema (gente que vive com menos de um quarto do salário mínimo) diminuiu de 23% para 17% na região. No mesmo período, ocorreu uma redução de 20% para 11% na pobreza extrema no Brasil. No fim de 2008, 1,9 milhão de famílias na Amazônia se beneficiaram com o Bolsa Família – ou seja, 18% de todos os inscritos no país.

O maior trunfo da região é sabido e festejado — a queda histórica nos índices de desmatamento — e o vigoroso aumento no número de áreas protegidas. Mas agora, a presidente eleita, Dilma Rousseff, e os novos governadores da região têm pela frente o desafio de manter esse cenário sob controle e cumprir os compromissos de reduzir as emissões de gases-estufa causadas pelo desmatamento.

“O relatório mostra que, em quase todos os indicadores, a Amazônia está na lanterninha do Brasil”, diz Veríssimo. “Es se é o legado da economia do desmatamento, que, felizmente, está sendo jogada no lixo.” O lado B do contexto amazônico está além da floresta e da biodiversidade.

“A região está avançando, tem grandes projetos econômicos, recebe muitos migrantes, mas a riqueza gerada aqui não está sendo revertida em capita social”, argumenta a engenheira florestal Danielle Celentano, outra autora do trabalho e consultora do Imazon. “Aqui, o que se verifica são problemas realmente estruturais.” Danielle trabalhou em um relatório anterior do Imazon sobre o tema, de 2007, e lembra que a melhor notícia daquele estudo era a queda na mortalidade infantil.

Agora, de 1990 a 2009, o dado se repete e confirma a tendência anterior: a mortalidade de crianças até um ano caiu 52%, ou seja, passou de 51 para 25 óbitos para cada mil nascidos vivos. No Brasil, a taxa caiu de 45 para 23 no período.

A diarreia aguda, que poderia ser facilmente evitada e tratada, foi responsável por 6% das mortes de crianças até cinco anos na Amazônia em 2006. Mas a drástica queda na mortalidade infantil é, sem dúvida, o melhor resultado apontado pelo estudo, mesmo se há um alerta que esse dado pode estar distorcido pelo forte sub-registro.

Na outra ponta, um dos piores resultados que apareceram no trabalho do Imazon relaciona-se à saúde materna. Danielle lembra que, na Amazônia, verificam-se 70 mortes para cada 100 mil mulheres durante a gravidez, no parto ou no pós-parto. O mesmo dado para o Brasil é de 50 para 100 mil. Em países desenvolvidos, como o Canadá, é de 5 para 100 mil.

A gravidez na adolescência na região é a mais alta do Brasil.

Saúde é um dos temas mais complicados na Amazônia. Relatórios oficiais apontam que é no Norte onde a aids mais cresce no Brasil. A malária caiu de 1990 para cá, mas

continua elevada: em 2009, registraram-se mais de 306 mil casos novos na região. A taxa de incidência de tuberculose caiu 47%, e a de leishmaniose se manteve estável, o que são pontos positivos, mas a dengue disparou.

Um recorde negativo é o de hanseníase.

O Brasil é líder mundial na doença. Em 2007, foram 41 mil casos novos no Brasil, 40% registrados na Amazônia. Pará e Maranhão são os líderes nesta infeliz estatística.

“Controlar a hanseníase não está entre os objetivos do milênio, mas, como é um dado muito gritante, resolvemos dar destaque”, diz Daniel Santos, engenheiro ambiental do Imazon e também autor do estudo. Em 2007, havia menos de um médico para cada mil habitantes na Amazônia. A média brasileira é de dois médicos para cada mil pessoas.

Os pesquisadores do Imazon adicionaram ao trabalho um capítulo sobre paz. “Na Amazônia, o avanço da fronteira do desmatamento é um processo violento”, diz o texto. Os conflitos pela terra e pelos recursos naturais, os assassinatos rurais e a alta violência urbana, além dos constantes registros de condições de trabalho próximas à da escravidão, fazem da região um caldeirão explosivo. Em 2008, foram 6.815 pessoas assassinadas na Amazônia, o que correspondeu a 14% dos homicídios do país.

O relatório aponta uma estatística sombria: 35% das cidades na região têm taxa de homicídios superior à do Rio de Janeiro. “Tentamos mostrar o que precisa melhorar aqui, com rapidez. Esperamos que o estudo sirva de base para políticas públicas”, diz Santos.

SCA amplia contratos para venda de etanol - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 23/12/2010

Agro e Negócio Mais cinco usinas irão comercializar o combustível por meio da empresa a partir de 2011/12

São Paulo A SCA Trading, uma das maiores comercializadoras de etanol do país, vai iniciar a próxima safra de cana, a 2011/12, com mais cinco usinas associadas. Juntas, as empresas somam capacidade de moagem de cana de 16,2 milhões de toneladas e produção de 455 milhões de litros de etanol.

Com clientes de peso como a Cosan, a SCA Trading integra o grupo das empresas que lidera a consolidação de oferta de produtos derivados da cana, juntamente com a gigante Copersucar, que atua em açúcar e etanol, e a Bioalco, em etanol.

Esse modelo existe há algum tempo, mas nos últimos anos vem ganhando força como alternativa ao forte movimento de consolidação tradicional — fusões e aquisições.

“Vender etanol via empresas de comercialização ajuda a trazer mais equilíbrio de forças na negociação com o concentrado mercado de distribuição de combustíveis”, afirma Martinho Seiiti Ono, diretor da SCA Trading.

Com o mercado de São Paulo já fortemente disputado, a comercializadora está buscando também entrar mais agressivamente em outros Estados produtores de etanol, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Das cinco usinas recém-associadas da SCA, três são mineiras, segundo Ono. São elas a Vale do Ti j u c o, pertencente à Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), com capacidade de processamento de 3,3 milhões de toneladas de cana, a Companhia Energética do Vale do São Simão, do Grupo Andrade, e com moagem de 2,5 milhões de toneladas, e a Bioenergética Vale do Paracatu (Bevap), com processamento de 2,4 milhões de toneladas.

Com as adesões, a comercializadora dobra sua participação em Minas Gerais, o terceiro maior produtor de etanol do país. As outras novas unidades da SCA estão em Mato Grosso do Sul e Goiás, também novas fronteiras de produção de etanol, e pertencem à Cosan.

O executivo diz que a presença de comercializadoras locais de etanol é praticamente nula nesses Estados e há, portanto, demanda reprimida para ser atendida. Na medida em que essas empresas vão chegando, trazem mais planejamento na venda do biocombustível, diz ele. Em Minas Gerais, por exemplo, é comum o setor vender muito etanol para fora do Estado durante a safra — com desconto de frete no preço à usina — e depois, na entressafra, ter que importar o produto, também agregando custos ao produto final.

O diretor da SCA calcula que com esse tipo planejamento — para evitar exportação e importação interestadual — é possível trazer um retorno de remuneração à usina de 3% a 4% maior.

No caso de Goiás, que de três anos para cá passou a ser exportador de etanol, o esforçovom sendo feito para exportar o produto para o Nordeste em vez de colocar no Sudeste do país, como normalmente ocorre, explica ele.

Com as adesões, a SCA Trading entrará a safra 2011/12 com 55 usinas associadas e um volume de comercialização de 4,5 bilhões de litros, ainda menor do que o realizado na safra 2010/11, quando a empresa negociou 4,98 bilhões de litros. Isso porque, segundo Ono, os últimos movimentos de consolidação no setor resultaram na saída de alguns clientes. O maior deles foi a Santelisa Vale, que foi comprada pela francesa Louis Dreyfus.

A comercializadora perdeu ainda parte do volume da Açúcar Guarani, que agora tem como sócia a Pe t r o b r a s . ”A entrada dessas novas unidades e o crescimento de volume das já existentes compensaram grande parte da perda”.

Neste ano, a Copersucar, também de olho na consolidação, entrou agressivamente na busca de associados. Nesta safra, a empresa está vendendo açúcar e etanol de usinas que somam moagem de 114 milhões de toneladas de cana, volume que deve subir para 138

milhões de toneladas em 2011. Atualmente, das 43 unidades associadas da Copersucar, quatro ficam fora do Estado de São Paulo. No caso da Bioagência, das 29 associadas, 12 estão fora de território paulista.

Rezende Barbosa lidera fornecimento de cana e visa crescer em serviços - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 28/12/2010

Nova empresa da holding, maior acionista individual da Cosan, começa a operar na próxima safra

De São Paulo

Após vender suas usinas de açúcar e álcool e todas as operações “pós porteira” para a Cosan, em 2009, a holding Rezende Barbosa não só se tornou a maior acionista individual da gigante sucroalcooleira como também passou a ser a mais relevante fornecedora de cana-de-açúcar para usinas do país.

Com produção concentrada em áreas disputadas e cada vez menos disponíveis do Estado de São Paulo, o grupo já produz 10 milhões de toneladas de cana por safra, das quais 40% em terras próprias. E não pretende parar por aí. Além de planejar crescer em linha com a expansão de sua parceira Cosan, a holding acaba de criar uma empresa especializada em oferecer o que acredita ter de melhor: expertise em plantio de cana e na atividade de corte, carregamento e transporte da matéria-prima, conhecida no mercado como “CCT”.

A NovAmérica Serviços, como foi batizada a nova companhia, começará a operar oficialmente na próxima safra (2011/12). Mas nesta temporada, em fase final, já prestou serviços a alguns poucos clientes, entre os quais a Equipav, hoje uma das quatro usinas da indiana Shree Renuka no Brasil, e a Cocal Energia, de São Paulo.

A diferença desse braço para a já existente Nova América Agrícola é que o foco da nova empresa será a prestação de serviços de plantio de cana e “CCT”, enquanto o da antiga é o fornecimento da cana produzida pelo grupo às usinas — mais especificamente às unidades da Cosan, na qual a holding Rezende Barbosa ficou com uma participação de 11%.

Roberto Rezende Barbosa, presidente da holding que administra com dois irmãos, afirma que ainda não estabeleceu metas de movimentação para a NovAmérica Serviços. “Podemos ter grande demanda de clientes, inclusive a própria Cosan”, afirma ele.

Antes de transferir os ativos “pós p o r t e i r a” para a Cosan, o grupo estava entre os maiores processadores da matéria-prima, com quatro usinas sucroalcooleiras e capacidade de moagem de 8 milhões a 9 milhões de toneladas de cana por safra. “Crescemos muito e estávamos em muitos elos da cadeia, desde plantio e ‘CCT’ até

distribuição de açúcar, exportação e operação p o r t u á r i a”, diz Rezende Barbosa.

Além de açúcar e álcool, a holding há 20 anos atua na citricultura, negócio atualmente reunido na NovAmérica Citros, que produz 3,5 milhões de caixas de laranja por safra. “Uma ampliação está em curso para atingirmos de 6 milhões a 7 milhões de caixas”. A empresa também produz suco de laranja em sua unidade de Santa Cruz do Rio Pardo, em São Paulo.

O grupo também produz grãos e cria gado em fazendas fora do Estado. “Na década de 70 entramos no Paraguai e em Mato Grosso do Sul; há oito anos, chegamos à Bolívia”, diz Rezende Barbosa. Juntas, todas as fazendas do grupo somam 200 mil hectares, dentro e fora do Brasil.

Rezende não vislumbra explorar novas áreas de cana, cultura que ele avalia ser de cultivo e “CCT” complexos. “A cana não ‘v i a j a’ como a soja. A logística é diferente e ainda é preciso que sejam desenvolvidas mais variedades adaptadas para o clima equatorial”, diz Rezende sobre regiões mais ao Norte do país.

Ele acredita que dentre todas as transformações que permeiam o segmento sucroalcooleiro nos últimos anos, o dilema mais preponderante será o futuro da gestão de suprimento de cana. “A chave da competitividade está no campo, ou seja, na produção da cana.

Além disso, ainda tem a questão logística que está muito atrelada ao território onde ela será processada”, diz Rezende Barbosa.

Biodiesel

Petrobras negocia com Vale transporte de diesel- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 02/12/2010

A Petrobras e a Vale estão negociando um acordo para o transporte ferroviário da produção da refinaria da estatal no Maranhão, a Premium I, partindo do Norte/Nordeste para o Centro-Oeste, informou o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

A primeira unidade da refinaria, que terá capacidade para processar diariamente 300 mil barris de petróleo, está prevista para entrar em operação no final de 2014.

"Vamos substituir os caminhões, porque não faria sentido consumir diesel para transportar diesel", disse Costa a jornalistas após palestra em evento sobre o pré-sal.

Apesar de também serem movidos a diesel, o consumo proporcional nos trens seria bem menor, e na Vale as locomotivas adotam uma mistura de 20% de biodiesel.

Ainda sem detalhes sobre a parceria, Costa informou que a sinergia com a Vale se deve ao transporte de soja no percurso contrário (Centro-Oeste direção Norte/Nordeste). Segundo ele, a mineradora volta com os vagões vazios. "Na volta agora virá com combustíveis para o Centro-Oeste", afirmou.

Costa disse que apesar de terem sido pensadas inicialmente para exportação, após suprirem o mercado interno, as novas refinarias Premium que estão sendo construídas -- a do Maranhão, com capacidade para 600 mil b/d em duas fases; e a do Ceará, a Premium II, para 300 mil b/d-- poderão ter que se voltar mais para o mercado brasileiro.

A produção das duas unidades será principalmente de diesel, combustível que atualmente onera a balança comercial do Brasil.

"Se o crescimento do PIB nos próximos anos for acima de 4%, pode ser que seja voltada para o mercado interno", disse o executivo referindo-se à refinaria do Ceará.

Segundo ele, após contratar a norte-americana UOP, o custo das duas unidades será reduzido "substancialmente", e ficará abaixo dos US\$ 30 bilhões anteriormente previstos, sendo US\$ 20 bilhões para a Premium I e US\$ 10 bilhões para a Premium II.

"Vai ter uma redução substancial por conta da otimização do projeto", explicou, sem dar valores.

Ele informou também que a terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) foi finalizada e que a Petrobras já fechou contratos no valor de US\$ 4,5 bilhões para a construção da unidade.

Costa se disse otimista com o desempenho do mercado de combustíveis nos próximos anos e previu para 2010 uma alta de consumo da ordem de 10%, "se o ritmo que estamos vendo continuar", afirmou.

Petrobras quer produzir biodiesel em Portugal com a Galp- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 14/12/2010

A Petrobras está a intensificar os estudos para a construção de unidades de produção de "diesel verde" a partir do óleo de palma, o dendê, afirmou o director do sector do etanol da empresa em balanço feito hoje.

"Estamos a intensificar os estudos para a construção de unidades de produção do biodiesel ou diesel verde, um produto com qualidades superiores ao diesel mineral", declarou Ricardo Castello Branco, director de etanol da área dos biocombustíveis da Petrobras.

"A fábrica será instalada numa das refinarias da Galp, em Portugal, e o detalhe (pormenores) do projecto ainda está em estudo, mas será construído de forma coerente com o prazo do óleo que estamos a começar a plantar", salientou Castello Branco.

Os projectos de produção de biodiesel a partir do óleo de palma prevêem a construção de uma fábrica própria no Estado do Pará, na região Norte do Brasil, com início de operação em Julho de 2013, e também Portugal em parceria com a Galp Energia, o denominado Projecto Belém.

Em Lisboa, foi assinado este ano um acordo entre as duas petrolíferas para produção de biocombustíveis em Portugal, na refinaria de Sines, com capacidade de produção para cerca de 260 mil toneladas de biodiesel por ano.

A estratégia de suprimento da unidade de biodiesel em Portugal prevê a implantação de um pólo agroindustrial no Brasil de cultivo da palma com uma produção estimada de 300 mil toneladas por ano. Os investimentos somam 290 milhões de dólares no Brasil.

O investimento total estimado para o projecto é de 530 milhões de dólares, a ser realizado em partes iguais pelas empresas.

Ao serem questionados sobre a possibilidade de a Petrobras ingressar na estrutura accionista da Galp, os directores da empresa estatal brasileira presentes no encontro com a imprensa no Rio de Janeiro informaram que "não têm nenhum comentário a fazer" e, caso haja alguma intenção neste sentido, a empresa irá pronunciar-se no momento adequado.

Empreendedores gaúchos investem em projetos bioenergéticos- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010

Os projetos de biocombustíveis, como as usinas de biodiesel e as plantas de etanol, devem se expandir no Rio Grande do Sul nos próximos anos. Uma prova disso é que várias iniciativas desse setor tiveram as concessões de incentivos do Fundo Operação Empresa (Fundopem/RS) aprovadas na semana passada pelo governo gaúcho. São pelo menos R\$ 136 milhões que serão investidos pela iniciativa privada na expansão de empreendimentos energéticos no Estado.

Um desses complexos é o da Bianchini Indústria, Comércio e Agricultura. O grupo instalará uma planta industrial em Canoas, destinada à produção de biodiesel à base de óleo de soja e outras gorduras, tanto vegetais quanto animais, interligada ao parque industrial da empresa já existente no município. O diretor-superintendente da companhia, Arlindo Bianchini, relata que a capacidade de produção alcançará cerca de 900 mil litros ao dia e a unidade absorverá investimentos de R\$ 70 milhões. Conforme o dirigente, a operação deverá ser iniciada em meados do próximo ano.

Outro projeto aprovado no Fundopem é o da empresa Fuga Couros, do município de Camargo. A empresa terá incentivo para um projeto da ordem de R\$ 39,6 milhões para implementar uma unidade industrial para produzir biodiesel a partir de sebo animal refinado (50%) e óleo de soja bruto (50%). Já a Oleoplan Óleos Vegetais Planalto vai investir R\$ 26,4 milhões para expandir a captação e armazenamento de matéria-prima para a produção de biodiesel. A companhia ampliará em 47% a capacidade de processamento de soja da unidade de Veranópolis, passando das atuais 1,55 mil toneladas ao dia para 2,2 mil toneladas diárias.

O assessor técnico em energia da Secretaria da Infraestrutura e Logística, João Carlos

Félix, lembra que, em 2008 e no ano passado, o Rio Grande do Sul foi o maior produtor de biodiesel do País. Ele ressalta que um dos motivos para esse cenário é a tradição gaúcha na produção de soja. Para os próximos anos, Félix prevê que uma outra cultura também ganhará espaço no Estado na área de bionergia: a cana-de-açúcar, para a fabricação de etanol. Ele argumenta que, com a inclusão do Estado no zoneamento da cana, aumenta o interesse por essa cultura. "Não há segredos tecnológicos nessa atividade, basta que a economia dê sinais que será uma ação lucrativa", comenta o assessor técnico.

O secretário estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Josué de Souza Barbosa, concorda com Félix que a tendência é aumentar os investimentos em bioenergia no Rio Grande do Sul. Ele afirma que a perspectiva é de que se eleve a obrigatoriedade de adição de biodiesel na fórmula do óleo diesel (atualmente em 5%) e isso, por consequência, aumentará a produção interna do biocombustível. "Pessoalmente, acho mais vantajoso transformar a soja em combustível para atender ao mercado interno do que exportar o grão", diz Barbosa. Ele salienta ainda que o Rio Grande do Sul possui alternativas de outras oleaginosas que podem ser empregadas para essa finalidade, como a canola e o girassol.

Barbosa também aposta que nos próximos anos a fabricação de etanol crescerá no Estado. Um desses projetos é da empresa Norobios, na região de São Luiz Gonzaga, que deve produzir cerca de 120 milhões de litros de etanol ao ano, a partir de 2012. "Contaremos no futuro com uma matriz energética diversificada no Rio Grande do Sul", prevê o secretário.

Brasil Ecodiesel e Maeda, de Enrique Bañuelos, fecham acordo para fusão – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Negócios – 08/12/2010

A Brasil Ecodiesel e a holding Maeda S/A fecharam acordo que vai permitir a fusão entre as duas empresas. Pelo acertado, a Brasil Ecodiesel vai adquirir o controle da Maeda por meio de um processo de troca de ações, de acordo com informação do presidente da Brasil Ecodiesel, José Carlos Aguilera.

Neste processo, ainda sujeito a aprovação da assembleia de acionistas que se reunirá de forma extraordinária em 23 de dezembro, a Brasil Ecodiesel vai incorporar as ações na relação de 3,6395 ações da Maeda por uma ação da Brasil Ecodiesel. "No que se refere aos executivos e ao Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, a operação está aprovada", disse.

Como resultado, a nova empresa que surgirá dessa operação terá 67% nas mãos dos antigos acionistas da Brasil Ecodiesel e 33% da Maeda. O investidor Enrique Bañuelos de Castro que controla a Maeda através do fundo Arion – será o maior acionista da nova companhia, com 24% das ações. O maior acionista individual da Brasil Ecodiesel, Silvio Tini, ficará com cerca de 10% das ações. A nova empresa terá uma receita de mais de R\$ 700 milhões em 2011.

Aguilera explica que a operação como a Maeda foi uma estratégia para sair da dependência do mercado de biodiesel, com a diversificação de produtos do segmento da agroindústria. "Escolhemos um sócio estratégico com experiência de sucesso na área

agrícola, que possui um braço financeiro que valoriza a governança do mercado de capitais”, disse o executivo.

Nesse processo de diversificação, não está descartada a produção de bioquerosene de óleo vegetal. “Hoje, o que está em análise é o pinhão manso”, disse o executivo. Nesta semana, a Brasil Ecodiesel anunciou que estuda, junto com a TAM, a produção de bioquerosene para aviação.

A Brasil Ecodiesel divulgou fato relevante onde detalha a operação. O Credit Suisse foi escolhido para fazer o laudo de avaliação do negócio. A operação vai elevar o capital social da Brasil Ecodiesel de R\$ 808,21 milhões para R\$ 1,128 bilhão.

Verticalização.

A união entre Brasil Ecodiesel e Maeda cria, segundo Aguilera, o início de um processo de verticalização. “Hoje, a Brasil Ecodiesel adquire o óleo de soja utilizado na fabricação do biodiesel. Com a Maeda, ela terá a matéria-prima. No futuro, o ciclo poderá a se completar com a incorporação de uma esmagadora, via aquisição ou via investimento próprio”, disse.

Nesse momento, com o mercado de biodiesel aguardando um novo marco regulatório produzindo apenas cerca de 2,5 bilhões de litros para uma capacidade instalada de 5,6 bilhões de litros, Aguilera acredita que, em 2011, quase metade do faturamento e mais a metade da rentabilidade da nova empresa virá da divisão Maeda. O executivo acredita que, diante de um cenário de aumento de oferta e de demanda estagnada pelo B5 (adição de 5% de biodiesel no diesel mineral), a rentabilidade do biodiesel seguirá no mesmo patamar. Aguilera, que desde outubro voltou a ocupar o cargo de presidente da Brasil Ecodiesel, afirma que seu projeto é o de criar a maior empresa de agribusiness de capital aberto do Brasil. Entre os mercados que a empresa vai atuar já a partir de 2011 estão a soja, o algodão e o milho, que fazem parte da divisão Maeda, além do biodiesel.

A Maeda administra hoje 85 mil hectares de área plantada nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Bahia. Deste total, 20 mil hectares são de terras próprias e o restante arrendado. Com a operação, a nova empresa vai deter também 25% da Usina Tropical Bioenergia, controlada pela britânica BP. Na produção agrícola, a mix da Maeda é de 70% de soja, 20% de algodão e 10% de milho.

A Maeda também traz para a operação uma unidade de esmagamento de algodão localizada em Itumbiara (GO). A Brasil Ecodiesel leva para a nova empresa quatro unidades de biodiesel localizadas em Rosário do Sul (RS), Porto Nacional (TO), Itaquí (MA) e Iraquara (BA), além de 45 mil hectares de terras.

Com caixa, Brasil Ecodiesel avalia como crescer - Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios – 09/12/2010

Sacramentadas as bases para a incorporação da Maeda Agroindustrial, a Brasil Ecodiesel avalia a melhor estratégia para atender às expectativas que criou desde que anunciou que a negociação estava em curso, no fim de outubro.

Conforme José Carlos Aguilera, presidente da empresa, há R\$ 140 milhões em caixa para expandir as operações, mas ainda não está resolvido se essa expansão, que passará pela atividade de originação de grãos, será orgânica ou por meio de aquisições — ou, como é possível, das duas maneiras.

Tudo dependerá, segundo ele, do retorno financeiro. Uma resposta óbvia, é verdade,

mas que mostra que as dificuldades vividas pelos novos parceiros nos últimos anos, boa parte relacionada à escassez de crédito que se seguiu à quebra do banco americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, deixaram suas cicatrizes.

Para os Maeda, a crise mostrou-se quase fatal. Com mais de oito décadas de história, o grupo, grande produtor de soja e algodão, preparouse para a safra 2008/09 com custos e preços recordes, mas realizou o que planejou em meio à crise, e as contas não fecharam. Em maio deste ano, ocorreu a venda do controle da empresa familiar ao fundo Arion Capital, cujo principal investidor é o bilionário espanhol Enrique Bañuelos.

No caso da Brasil Ecodiesel, fundada em 2003 para tornar-se a líder no então nascente mercado brasileiro de biodiesel — e que em novembro de 2006 abriu seu capital em bolsa —, os problemas começaram antes da crise, mas aumentaram com ela.

Às dificuldades iniciais no relacionamento com o “mercado”, que questionava a governança da empresa, e ao fracasso do uso da mamona como matéria-prima para a produção do biocombustível — a aposta original do governo e da companhia —, veio uma amarga vitória, já relacionada à crise.

Em dezembro de 2007, a empresa foi a grande vitoriosa do primeiro leilão mandatório de biodiesel da Petrobras, abocanhando 40% do volume demandado.

Dois meses depois os preços das commodities agrícolas dispararam, na “bolha” que antecedeu a quebra do Lehman, e o aumento de custos para atender à encomenda fez com que a Ecodiesel entrasse em um círculo de perda de valor que levou à renegociação de dívidas e aumentos de capital.

“Hoje, além de termos dinheiro em caixa para investir, temos um endividamento líquido positivo de R\$ 80 milhões. Mas o problema estratégico não estava resolvido”, diz Aguilera, que esteve à frente da Brasil Ecodiesel durante as negociações que permitiram que a empresa continuasse viva após os problemas financeiros descritos.

Segundo o executivo, as mudanças no perfil do mercado brasileiro de biodiesel, que caminhou para a dependência da soja como matéria-prima e hoje encara uma capacidade ociosa geral da ordem de 50%, passaram a exigir a verticalização das operações.

E foi aí que nasceu a ideia de uma associação com a Maeda Agroindustrial, com seus atuais 93,7 mil hectares plantados — 20 mil próprios — nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Bahia e seu parque industrial para fabricar e armazenar óleo de algodão.

Além disso, o grupo conta com participações de 25% na Tropical Bioenergia (usina sucroalcooleira em Goiás), de 10% na Jaborandi Propriedades e de 25% na Jaborandi Agrícolas, as duas últimas com negócios na área de terras.

Aguilera diz que o endividamento dos Maeda, de R\$ 260 milhões, não será problema, e que a venda de uma fazenda do grupo, por R\$ 90 milhões, já está engatilhada.

Por isso ele garante que a única preocupação é olhar para frente e traçar um plano que resulte na maior empresa agrícola brasileira com ações em bolsa.

O primeiro sinal do “mercado” foi negativo. As ações da Brasil Ecodiesel caíram 7,21% na BM&FBovespa ontem (o Ibovespa caiu 1,68%), no primeiro pregão depois de confirmado o negócio pelo conselho de administração da companhia — ainda falta o sinal verde da assembleia de acionistas que será realizada no próximo dia 23.

E com sócios como Silvio Tini, investidor com participações em diversas empresas que ajudou a resgatar a Ecodiesel da crise e hoje tem 10% da companhia, e Enrique Bañuelos, o principal investidor do Arion Capital que terá, sozinho, 24% da empresa resultante da incorporação (a Maeda Agroindustrial como um todo terá 33%), o foco terá mesmo de estar no retorno financeiro.

(Colaborou

FB)

POLÍTICA NACIONAL DE AGROBIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Brasil economizaria até R\$ 1 trilhão se adotasse fontes renováveis de energia, diz Greenpeace – Biodiesel Br – 01/12/2010

“O Brasil pode crescer e gerar mais empregos se apostar em energia renovável no futuro”, diz Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energia do Greenpeace. A ONG ambientalista lançou durante a COP-16, Conferência do Clima, que ocorre até 10 de dezembro, em Cancún, no México, a 2ª edição do relatório “Revolução Energética”.

Segundo a ONG, até 2050, mesmo com a economia crescente, 93% da eletricidade do país pode vir de fontes renováveis de energia, como a solar, eólica e biomassa. Assim, seria possível economizar de R\$ 100 bilhões a R\$ 1 trilhão neste período.

Em emissões de gases o negócio seria ainda melhor: de 147 milhões de toneladas de CO₂ (se os planos de investir em combustíveis fósseis continuarem) para 23 milhões, em 2050 --menos do que é hoje.

Baitelo explica que mesmo com a descoberta de reservas de petróleo no país, esta não seria uma fonte rentável para produção de energia interna, já que custaria mais caro do que a eólica, por exemplo. “A energia nuclear também não é uma saída porque seu impacto ambiental final não compensa e, como as hidrelétricas vão atingir seu teto de fornecimento de energia, precisamos investir para baratear fontes renováveis para não ficarmos dependentes de algo que pode acabar”.

Hoje, o MW por hora da energia eólica é competitivo e chega a R\$ 130 ou R\$ 140, bem próximo do valor das hidrelétricas que fica de R\$ 100 a R\$ 120. O grande susto é a energia solar que custa de R\$ 500 a R\$ 1.000 o MW/h. Por isso, investir em tecnologias nacionais é importante para diminuir este custo e permitir sua disseminação.

Para o ambientalista, a diversificação da matriz energética é um ponto chave: “Se faltar chuva para as hidrelétricas, o governo vai apelar para combustíveis fósseis se não tivermos alternativas”, destaca.

Além disso, 3 milhões de empregos seriam criados para o desenvolvimento e produção de materiais e tecnologia para estas novas matrizes.

“O desenvolvimento de tecnologia eólica no Brasil, por exemplo, é essencial para termos uma maior eficiência neste tipo de gerador. Assim, conseguiria-se mais energia com a mesma quantidade de vento, adaptando o gerador para nossos padrões. E ainda poderíamos exportar esse conhecimento para países que possuem características semelhantes, como a África”, explica Baitelo.

Na projeção do Greenpeace, o Brasil chegaria em 2050 com 45,6% da energia sendo fornecida por hidrelétricas, principalmente pequenas centrais, para reduzir o impacto ambiental. A energia eólica pode atingir 20,38%, a biomassa, 16,6%, a energia solar, 9,26%, e o gás natural (necessário por um período de transição), 7,3%.

Este cenário considera apenas 10% do potencial eólico do país e 1% do solar, mas está distante do modelo atual do governo. Seguindo o ritmo de hoje, em 2050, teríamos 56,31% da energia gerada pela água, 22% de combustíveis fósseis (gás, óleo combustível e carvão), 6,32% de eólica e irrisórios 0,8% de energia solar, de acordo com o relatório.

Com investimento, Brasil pode ter energia 93% renovável – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010

A matriz energética brasileira pode se tornar 93% renovável em 2050 se o governo tomar as decisões de investimento corretas. A conclusão é de um relatório elaborado pelo Greenpeace e divulgado ontem em Cancún. Segundo o documento, intitulado "Revolução Energética", o país pode eliminar as usinas a óleo e a carvão da matriz, economizando pelo menos R\$ 100 bilhões no período ao adotar ações de eficiência energética. O Brasil tem hoje a matriz energética mais limpa do mundo, gerando 84% de sua eletricidade por meio de usinas hidrelétricas, que emitem pouco gás carbônico. O problema é que essa matriz tem ficado cada vez menos limpa. Na última década, o governo tem investido em novas térmicas a óleo e gás natural, e planeja para 2030 aumentar ainda mais a participação dessas fontes. Usando dados do plano energético nacional para 2030 e extrapolando-o para 2050, o Greenpeace estimou que, se nada for feito, a participação das hidrelétricas na matriz cairá para 56,3%. O gás natural vai de 4,4% para 16%, e a energia nuclear, de 2,79% para 5,31%. "O governo vai construir hidrelétricas na Amazônia até onde for possível, depois vai usar combustíveis fósseis e nuclear", diz Ricardo Baitelo, do Greenpeace, autor principal do relatório. No cenário proposto pela ONG, as hidrelétricas caem ainda mais, para 46% em 2050 - mas são substituídas por um aumento expressivo do parque eólico (que ocuparia 20% da matriz) e das usinas de biomassa (16,6%). Segundo Baitelo, o Brasil deveria se concentrar na energia dos ventos, que está mais competitiva: o preço do megawatt eólico nos leilões de energia mais recentes tem ficado em torno de R\$ 130. É mais do que os cerca de R\$ 80 da hidrelétrica de Belo Monte, mas menos do que certas usinas térmicas. (CA)

Consumo de combustíveis no país supera PIB e cresce 9,5% no ano – Folha de São Paulo – Mercado – 16/12/2010

DO RIO - Diante do crescimento vigoroso da economia neste ano -estimado na casa dos 7,5%-, o consumo de combustíveis disparou e fechou o ano num ritmo de alta superior ao do PIB. O Sindicom, entidade que reúne as distribuidoras, apurou uma

expansão média de 9,5%. O diesel, que corresponde a 46% do consumo de derivados de petróleo, foi o destaque de 2010, com crescimento de 12,2%. Já gasolina e etanol, juntos, tiveram um desempenho mais moderado: alta de 8,6%. A gasolina registrou aumento de 18,4% graças à estabilidade de preços. O etanol sentiu uma queda de 10%. Segundo o Sindicom, os preços mais elevados do etanol em 2010 levaram consumidores a usar mais gasolina em seus carros flex. Além disso, o mercado de álcool sofre mais com adulterações, sonegação e outros problemas similares, o que leva parte da produção para o mercado informal. "O ano de 2010 foi muito bom para o setor. As vendas cresceram no embalo da economia, mas ainda convivemos com uma realidade de adulterações e forte sonegação, principalmente no caso do etanol", disse Alísio Vaz, vice-presidente do Sindicom. Um dos motivos, diz, é a pesada carga tributária do setor. Do faturamento total de R\$ 214 bilhões das distribuidoras neste ano, R\$ 65 bilhões foram destinados aos cofres dos governos para o pagamento de impostos e outros tributos. A BR Distribuidora manteve a liderança do setor, com 37,1% das vendas.

Mais caminhos para o etanol brasileiro - Gustavo Paul – O Globo – Economia – 05/12/2010

BRASÍLIA. O Brasil deu um salto fundamental e inédito para transformar o etanol em commodity internacional e possibilitar a difusão do produto pelos principais mercados do mundo, como EUA e Europa. Em novembro, depois de dois anos de análises, 30 laboratórios internacionais deram o aval técnico a padrões de medição de etanol e biodiesel produzidos em conjunto pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o National Institute of Standards and Technology (Nist), dos EUA. Essa espécie de “etanol universal” servirá de parâmetro para a comercialização do álcool combustível no mundo.

Trata-se de uma preocupação antiga do Brasil, líder no setor de biocombustíveis, que quer incentivar a produção e popularizar o etanol como combustível, mesmo misturado à gasolina. O etanol produzido em Caribe, África, EUA e Brasil, por exemplo, poderá ser analisado sob os mesmos padrões.

Tais padrões, os Materiais de Referência Certificados (MRCs), garantem que os resultados das análises químicas possam ser rastreados, assegurando a qualidade do biocombustível, fundamental para que o produto tenha credibilidade.

— O Brasil saiu na frente e tem liderança mundial em metrologia na área de biocombustíveis. Os MRCs auxiliam na melhoria e na qualidade do produto e servem de ferramenta em questões relativas ao comércio internacional. Mesmo que os biocombustíveis ainda não sejam reconhecidos como commodities, já são comercializados como tal — diz o presidente do Inmetro, João Jornada.

Ele lembra que uma montadora de automóveis na Alemanha ou nos EUA, por exemplo, poderá usar esse padrão para desenvolver motores confiáveis para seus mercados, que exigem qualidade. Ao longo dos últimos cem anos, diz Jornada, os motores a gasolina foram sendo melhorados.

No caso dos biocombustíveis, o prazo será mais curto. O próximo passo será produzir testes portáteis da qualidade do etanol, para serem feitos em usinas, distribuidoras e transportadoras.

Para o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento,

Welber Barral, o reconhecimento internacional é um passo importante para as exportações do etanol, que já vêm crescendo nos últimos anos.

— Quando se quer transformar o produto em uma commodity internacional, é importante que ele siga o mesmo padrão em todo o mundo. As vendas podem dar um salto nos próximos anos e podemos atrair interesse de países africanos em produzir etanol — disse Barral.

Nos últimos dez anos, o interesse pelo biocombustível vem crescendo em todo mundo e tende a se fortalecer. Esse fenômeno já se reflete na balança comercial: a receita com exportações de álcool deu um salto de 3.750% entre 2000 e 2009, passando de US\$34 milhões para US\$1,338 bilhão.

Para permitir as análises em qualquer laboratório do mundo, o Inmetro já tem prontas e em estoque cinco mil ampolas de dez mililitros desse “etanol universal”, cujo kit de cinco unidades custa R\$230. Segundo Romeu Daroda, coordenador de biocombustíveis da Diretoria de Metrologia Científica, a produção deverá ser elevada. Esse etanol universal poderá ser usado independentemente da origem do produto, como milho, celulose, beterraba ou cana de açúcar.

Os testes do etanol foram chamados de Projeto Biorema, que avaliou a capacidade de identificação de dez elementos presentes no etanol, como teor de água, presença de metanol, sódio e acidez. Afinal, diz Daroda, não existe etanol 100% puro. Alguns têm mais água que outros, por exemplo, o que pode prejudicar sua adição à gasolina:

— Os resultados foram lineares, mesmo utilizando metodologias diferentes para ensaios, e muito satisfatórios — diz ele.

A padronização do etanol também protegerá o Brasil de barreiras técnicas, usadas por determinados países, para impedir a comercialização e a competição. A indústria de açúcar e álcool brasileira garante que tem condições de atender a toda a demanda internacional.

Segundo José Felix, consultor de qualidade da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica), essa definição do padrão do etanol é um passo importante, mas ainda é preciso que os principais mercados internacionais tenham padrões comuns de mistura do etanol na gasolina.

— O importante é que a indústria brasileira tem condições de atender a qualquer especificação de mistura exigida pelos mercados americano ou europeu.

Brasil é líder mundial no setor de agroenergia— Sítio Eletrônico do MAPA – 01/12/2010

Brasília - Hoje, 85% da energia consumida no mundo vem de fontes não-renováveis, que se encontram na natureza em quantidades limitadas e se extinguem com a utilização. Uma vez esgotadas, as reservas não podem ser regeneradas. Exemplos disso são o petróleo, o gás-natural e o carvão. No Brasil, o cenário é diferente. Cerca de 48% do total de energia ofertada é obtida de fontes renováveis, como a biomassa, a energia hidroelétrica e os biocombustíveis. Essa posição coloca o país na liderança mundial do setor de agroenergia. Além disso, a extensão territorial e os recursos naturais brasileiros possibilitam ampliar a produção de insumos energéticos provenientes da biomassa.

“Os avanços na substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel, servem de modelo e inspiração para outras nações”, destaca o

chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães. Ele lembra que, com o Plano Nacional de Agroenergia lançado pelo Ministério da Agricultura em 2006, o país se organizou, definiu diretrizes de política pública para o negócio de agroenergia e impulsionou os esforços público-privados para a agenda de substituição do combustível fóssil e do desenvolvimento sustentável. A criação da Embrapa Agroenergia foi uma das ações do plano.

Durães explica que a unidade é responsável pela coordenação das ações institucionais e por um programa de desenvolvimento tecnológico, que aperfeiçoam as matérias-primas atuais e potenciais do país e a utilização da energia. “Em quase quatro anos de funcionamento, a unidade alinhou sua atuação ao sistema Embrapa, que há 37 anos desenvolve trabalhos de pesquisas com excelência em produção de biomassa”, ressalta. A Embrapa Agroenergia complementa e revigora as pesquisas desenvolvidas para fins energéticos nas demais unidades, potencializando competências, redes de conhecimento e recursos materiais e financeiros, em busca do cumprimento de sua missão e objetivos.

Nova sede

Nesta quinta-feira, 2 de dezembro, a unidade de Agroenergia inaugura a sua sede própria, com modernos laboratórios e plantas-piloto preparados para a caracterização e a conversão de biomassa em energia, contando com facilidades para pesquisa básica e aplicada de processos industriais. Em área de quase dez mil m², a unidade tem quatro laboratórios temáticos – Biologia Energética, Processamento e Conversão de Biomassa, Tecnologias de Coprodutos e Gestão do Conhecimento – e conta com o suporte de uma Central de Análises Químicas e Instrumentais e de um complexo de plantas-piloto (para estudo de novas espécies). O projeto foi desenvolvido segundo conceitos ecológicos, incluindo iluminação natural, reaproveitamento das águas da chuva, estudo do regime de ventos locais, tratamento das águas provenientes de laboratório, aproveitamento de resíduos sólidos, climatização por resfriamento evaporativo, cobertura verde, além de aquecimento de água por meio de placa solar.

“Com as pesquisas e o conhecimento gerado, a Embrapa poderá contribuir cada vez mais para a tomada de decisões públicas e privadas com dados técnicos consistentes”, afirma Durães. Para ele, estrategicamente, será fundamental que o Brasil amplie a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando a obter saltos de competitividade, incrementando o suprimento de energia proveniente de fontes renováveis e fortalecendo a liderança do país na produção de matérias-primas de interesse energético. (*Sophia Gebrim*, com informações da Embrapa)

Serviço

Biodiesel

Presidente da PBio cotado para o MDA- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 02/12/2010

O jornal O Globo noticiou hoje que o presidente da Petrobras Biocombustíveis (Pbio), Miguel Rosseto, está entre os nomes cotados para assumir o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Rosseto ocupou a pasta no início do governo Lula,

em 2003, até março de 2006. Se a indicação se confirmar, Rosseto ficará responsável pela pasta que comanda o Selo Combustível Social, que deverá sofrer modificações em breve.

As chances do presidente da PBio, no entanto, seriam menores que a do ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias (PT), também listado entre os possíveis ministros de Dilma Rousseff (PT).

Foi de Rosseto a indicação de Guilherme Cassel, atual titular do MDA. Ambos são representantes do PT gaúcho, que comanda a pasta desde 2003.

Rosiane Correia de Freitas - BiodieselBR.com

Para se tornar potência verde, Brasil precisa fazer mudanças na matriz energética- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 07/12/2010

Na atual disputa por uma economia de baixo carbono, o Brasil poderia estar no topo do pódio e permanecer nele por muito tempo devido ao seu vasto potencial de energias renováveis. Mas, segundo especialistas, o país vem desperdiçando oportunidades de explorar fontes de energia limpa --o grande motor para o desenvolvimento em tempos de mudanças climáticas.

"Ninguém tem dúvidas de que as energias renováveis vão dominar no futuro. É um processo muito demorado, mas irreversível", afirma o economista e engenheiro Edmilson Moutinho dos Santos, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

"Mas o Brasil, mesmo com todo seu potencial, pode ficar para trás se não investir mais nessa área de energia verde", alerta o coordenador do Greenpeace, Ricardo Baitelo

China, Estados Unidos e alguns países europeus estão aplicando bilhões de dólares para expandir suas energias verdes, especialmente eólica, solar e de biomassa (produzida a partir de lixo orgânico e sobras agrícolas, como o bagaço da cana).

Na Europa, por exemplo, do total de novos mecanismos de geração de energia instalados no ano passado, 60% foram para renováveis.

Um estudo do Pew Environment Group com países do G-20 mostrou que, enquanto o investimento da China nessa área foram de US\$ 34,6 bilhões em 2009, o do Brasil foi de US\$ 7,4 bilhões.

SITUAÇÃO

A culpa dessa "lentidão" do governo pode estar justamente na situação confortável do Brasil, com imenso seu potencial hidrelétrico, que faz com que 47% das fontes de energia do país sejam limpas. No entanto, para os especialistas, esse índice não pode ser visto como um motivo para se acomodar.

CÔMODA

"Até há alguns anos, o país ainda tinha um grande potencial hidrelétrico a ser explorado. E o governo alegava que a Europa só investia em fontes renováveis por não ter esse potencial", diz Baitelo. "Hoje, ele já percebeu as dificuldades ligadas a hidrelétricas e as vantagens da energias como a eólica."

Para a professora de gestão ambiental da USP, Neli Aparecida de Mello, o problema não está nas hidrelétricas em si, mas na aposta que sempre se fez nas obras grandiosas, como Itaipu e Balbina, e também na sua localização.

"Não é uma questão de banir o modelo, mas sim de mudá-lo. Em primeiro lugar, deveríamos construir hidrelétricas menores, mais locais", diz. "Também é preciso levar em conta que atualmente os novos projetos estão na Amazônia, como Belo Monte. Além do impacto ambiental, temos de ver o grande problema de logística para controlar essas longas linhas de transmissão que trazem a energia para o Sudeste."

Outro desafio passa pelas emissões vindas do setor energético. A meta do governo é permitir que esse tipo de emissão --hoje representa 16,5% do total-- dobre em dez anos.

Segundo Baitelo, o governo usa a desculpa de que, como as emissões desse tipo são baixas, não há problemas em aumentá-las. "É um absurdo que se permita duplicar esse valor num país como o Brasil, com tantas alternativas energéticas", diz. Deslumbramento.

Os especialistas também apontaram para outro motivo para esse certo atraso do Brasil em investir nas fontes verdes: o pré-sal. "No início do governo Lula, o etanol era prioridade.

Com o pré-sal, houve um deslumbramento e ele acabou sumindo um pouco do discurso", afirma Baitelo, lembrando que o então ministro de Minas e Energia Edison Lobão chegou a dizer que queria ver carros de passeio a diesel.

Santos destaca ainda que essa empolgação pré-sal acabou tirando o foco de uma questão essencial: o destino do gás gerado pela exploração desse petróleo.

A projeção para essas emissões são tão altas que poderiam substituir as geradas pelo desmatamento, se esse fosse erradicado. "Para quem está pensando em sustentabilidade, é um absurdo não aproveitar bem esse gás", diz o engenheiro, acrescentando que, aliado a outras fontes, o gás poderia ajudar no abastecimento de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Outro contrassenso indicado por Santos é não se incentivar ônibus movidos à gás --e sim a diesel e etanol. "Para suprir frotas grandes como a de São Paulo seria preciso plantar muito mais cana, tirando espaço de outro tipo de lavouras."

AVANÇOS

Segundo os especialistas, esses erros e políticas mal articuladas tiveram seu ápice há cerca de cinco anos. "O governo acabou sujando sua matriz energética ao incentivar as térmicas a óleo, que são baratas de se construir", lembra Baitelo. Mas essa tendência vem se revertendo, ainda que em um ritmo muito mais lento do que o esperado.

"O governo viu que o foco estava errado e passou a investir um pouco mais em outras energias, como a eólica", diz o coordenador do Greenpeace.

A participação da eólica na matriz elétrica nacional cresceu 5% em 2009. Mesmo assim, essa fonte corresponde a apenas 0,2% do total de energia gerada, enquanto tem potencial para gerar até três vezes mais do que o Brasil necessita.

Para mudar esse cenário, falta mais incentivo do governo: "O BNDES, por exemplo, fica financiando apenas as grandes obras, como estádios para a Copa e Belo Monte", afirma Santos.

Os especialistas também criticam o baixo investimento em ciência e pesquisa, que acabam ficando mais concentrado em áreas ligadas ao petróleo e a biocombustíveis.

"O discurso oficial sempre pendeu mais para 'vamos esperar o preço cair' do que para criar legislação que incentive essas energias renováveis", diz Baitelo. Ele cita o fato de não haver produção nacional de painéis solares. "Se houvesse mais incentivos a esse tipo de negócio, poderíamos exportar essa tecnologia, como fazemos com o etanol."

Tarifas especiais para quem poupa energia também são raras no Brasil. Em países europeus e asiáticos, essa iniciativa é corrente e vai além: o consumidor que usa energia solar pode vender de volta para o Estado o excedente, criando um ciclo virtuoso.

"Incentivos e garantias ao consumidor é uma questão chave para se melhorar nossa maneira de usar energia", afirma a professora da USP, fazendo uma comparação com os carros a álcool. "Demorou um tempo para se embarcar nesse mercado. Mas se a política for mantida aos poucos, o consumidor vai vendo que é algo viável, vantajoso e passa a comprar equipamentos que economizam energia, painéis solares."

Programa de biodiesel, 6 anos: resultados sociais frágeis- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010

Lançado em 6 de dezembro de 2004 como política pública de inclusão social, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completou exatos seis anos nesta segunda-feira (6). A despeito de dados que indicam avanços, o PNPB apresenta resultados modestos quanto ao envolvimento e melhoria de vida das famílias de pequenos produtores.

A proposta inicial, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), previa a produção do combustível a partir de culturas típicas da agricultura familiar, como a mamona e o dendê. O biodiesel seria misturado ao diesel em parcelas ascendentes até o patamar de 5% do composto total em 2013 - o chamado B5. Esse prazo seria necessário para permitir a estruturação das cadeias de fornecimento familiar, marcadas pela precariedade nas regiões Norte e Nordeste - justamente os focos do programa.

Ao final de 2010, entretanto, as famílias incluídas na cadeia do biodiesel devem chegar a 109 mil, pouco mais da metade das 200 mil previstos inicialmente. Além disso, mamona e dendê são itens minoritários entre as matérias-primas do agrocombustível, bem aquém da soja e do sebo bovino - origens de 80% e 15%, respectivamente, do

biodiesel no

país.

Atualmente, nenhuma gota de biodiesel é produzida, por exemplo, a partir da mamona, cultivada em pequena escala no país. Valorizada por outros setores da indústria (como a de lubrificantes, que paga mais pela tonelada de seu óleo), a semente da mamona não é usada para gerar energia.

As companhias de biodiesel, porém, continuam comprando mamona, ainda que somente para revenda. Com isso, beneficiam-se do Selo Combustível Social, programa federal que garante benefícios fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel às empresas que comprem determinadas quantidades de matérias-primas produzidas por agricultores familiares.

Isso não significa que o PNPB, do ponto de vista de suas metas inclusivas, seja um fracasso ou esteja fadado a ele. As boas notícias também existem. O número de famílias integradas na cadeia produtiva do biodiesel, por exemplo, eleva-se desde 2009, como pode ser visto na tabela a seguir. A nova fase do programa é resultado da entrada da Petrobras Biocombustível (PBio) no setor, que hoje opera usinas de biodiesel em Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraná, incentivando a inclusão da agricultura familiar.

Com o aumento do número de famílias de agricultores envolvidas no PNPB, a apropriação por elas da renda da cadeia do biodiesel também tem aumentado. Em 2008, os leilões de compra de biodiesel no país organizados pelo governo movimentaram R\$ 2,45 bilhões, enquanto as aquisições de produtos da agricultura familiar pelas usinas alcançaram R\$ 276 milhões - 11,2% do total. Em 2009, quando os leilões movimentaram R\$ 3,6 bilhões, as aquisições subiram para R\$ 677 milhões - 18,8% do total. Isso significa que uma maior parte da massa de renda do setor está permanecendo na ponta mais sensível da cadeia - os agricultores familiares.

Se do ponto de vista de suas metas sociais o PNPB traz resultados frágeis, o mesmo não se pode dizer de suas metas produtivas. Nesse aspecto, ele superou todas as expectativas. Em menos de seis anos de existência do programa, dezenas de bilhões de reais já foram investidos para levantar, a partir do zero, um parque industrial hoje composto por 62 usinas em 15 Estados, capazes de produzir 14,4 mil m³ do combustível por dia.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), há ainda quatro novas plantas autorizadas para construção e outras nove em ampliação, o que elevaria a capacidade instalada em 10,5%. Essa escalada, em boa parte ancorada em financiamentos públicos, permitiu a antecipação do B5 do ano de 2013, como inicialmente previsto, para 2010. Setores da indústria já defendem a elevação da mistura para 10%, ou seja, o B10 - o que seria possível em termos de capacidade produtiva. Caso isso ocorra, a economia de divisas com importação de biodiesel poderia dobrar - hoje, com o B5, é estimada pela ANP em US\$ 1,4 bilhão por ano.

Crise

e

mudanças

A crise financeira da Brasil Ecodiesel, primeira companhia privada a investir maciçamente no biodiesel com seis usinas instaladas para tal fim, jogou o PNPB na berlinda em 2008. O governo federal contava com a empresa para incluir os agricultores

familiares nas cadeias produtivas, sobretudo na região Nordeste. No entanto, sem conseguir comprar os percentuais mínimos da agricultura familiar para usufruir dos benefícios fiscais e privilégios nos leilões, a empresa perdeu o Selo Combustível Social.

Além da Brasil Ecodiesel, perderam o Selo Combustível Social a empresa Agrenco, que fomentou agricultores familiares, mas não efetuou as compras compulsórias, e a CLV, que praticamente não fez aquisições da agricultura familiar e não realizou ações de fomento junto aos produtores. Para o MDA, a perda do Selo por parte de algumas empresas foi fundamental para restituir a credibilidade do programa.

A derrocada da então maior empresa brasileira de biodiesel se refletiu no número total de agricultores familiares incluídos no programa, que despencou 31% entre 2006 e 2008, para 27.858 famílias.

"Vivemos nosso inferno astral naquela época", recorda-se Arnaldo Campos, diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do MDA. "Em 2007, a Brasil Ecodiesel entrou no leilão com preços muito baixos para ganhar mercado. Mas a crise dos alimentos elevou os preços da matéria-prima. A empresa não tinha CPR (Cédula de Produto Rural) e acertou de venda antecipada para se proteger. As cadeias da agricultura familiar acabaram desmontadas", explica ele.

A situação começou a mudar ainda em 2008, com a entrada da Petrobras Biocombustível no mercado. Em julho daquele ano, a subsidiária para o setor de energia renovável da poderosa estatal inaugurou sua primeira usina de biodiesel, em Candeias (BA). No mês seguinte, começou a operar uma nova planta em Quixadá (CE). Em abril de 2009, com a inauguração de uma terceira usina em Montes Claros (MG), a companhia encerrou a primeira fase de seus investimentos que objetivavam, em um futuro próximo, colocá-la na liderança do setor de biodiesel no país.

Juntas, as três usinas têm capacidade de produzir 1.206 m³ do combustível por dia e são o primeiro passo dos investimentos de US\$ 1,5 bilhão reservados pela empresa para o setor até 2010. A estimativa é que pelo menos 55 mil famílias sejam incluídas como fornecedoras de matérias-primas para as operações. A última novidade é de maio de 2010. Naquela data, a Petrobras Biocombustível e a companhia privada BSBIOS inauguraram uma usina de biodiesel de Marialva (PR). Cada empresa possui 50% do capital da nova planta, cuja capacidade de produção é de 353 m³ por dia.

A entrada desse poderoso agente econômico não demorou a se fazer notar nas estatísticas. O número de agricultores familiares beneficiados no país aumentou 83% entre 2008 e 2009, para 27.858 famílias, e deve saltar, segundo o MDA, 291% entre 2008 e 2010, para 109 mil famílias. Outro dado que reflete alguma melhora na inclusão dos agricultores familiares é o das aquisições de produtos agrícolas. Conforme se nota na tabela a seguir, elas saltaram 145% entre 2008 e 2009, para R\$ 677,34 milhões, e devem subir, conforme projeções do MDA, 334% entre 2008 e 2010, para R\$ 1,2 bilhão.

Com pouco mais de dois anos do mercado do biodiesel, a Petrobras já ocupa o segundo

lugar brasileiro em produção, atrás apenas da Granol, que possui uma unidade no Rio Grande do Sul e outra em Goiás, que, conjuntamente, são capazes de produzir 1.546 m³ do combustível por dia. Com o novo empreendimento, a Petrobras planeja incentivar a inclusão de agricultores familiares paranaenses na cadeia do biodiesel.

De acordo com Arnoldo, "a corrida dos biocombustíveis é uma maratona para a Petrobras, e não uma de corrida de 200 metros rasos, como muitos acreditaram". Segundo ele, a empresa faz uma aposta no futuro, pois tem fôlego para "trabalhar no vermelho e buscar o azul aos poucos". Ele estima que os R\$ 90 milhões de prejuízo que a companhia apurou com suas operações de biodiesel em 2009 devam ser zerados em 2010, e possam virar lucro em 2011. A "sintonia política" entre MDA e Petrobras Biocombustível colabora com esse processo - isso ocorre não apenas pela companhia ser uma estatal, mas por que seu atual presidente, Miguel Rosseto, foi ministro do Desenvolvimento Agrário entre 2003 e 2006.

É claro que o fortalecimento do PNPB nos últimos dois anos não ocorreu apenas por conta da entrada da Petrobras no mercado. Nesse período, a própria burocracia do MDA ganhou corpo para gerir o programa. Se no início contava-se nos dedos o número de servidores dedicados a ele, hoje já há cerca de 100 profissionais em campo cuidando da gestão das cadeias produtivas e outros 20 atuando dentro do ministério.

A própria gestão do PNPB melhorou. Desde 2008, as usinas que possuem o Selo Combustível Social utilizam um programa de computador para registrar os fluxos dos produtos oriundos da agricultura familiar. Através dele, o MDA pode saber qual produto foi adquirido, quanto foi pago por ele e se houve ou não prestação de assistência técnica - como exige a lei.

Outra medida para fortalecer o programa - ao menos do ponto de vista produtivo - foi tomada pela ANP, ao realizar leilões de compra de biodiesel presenciais e não mais eletrônicos. Esta última modalidade, de acordo com análise do economista Georges Flexor, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), incentivava a competição predatória entre as empresas, em um momento em que elas próprias estavam pouco estruturadas diante do estágio ainda embrionário do setor.

Em análise publicada na Carta Maior em junho de 2010, sob o título "[O programa nacional de biodiesel: avanços e limites](#)", Georges destaca: "Num contexto ainda marcado pela incerteza quanto ao desenvolvimento do mercado do biodiesel, as regras estabelecidas (...) incentivaram práticas de preços predatórias por parte das empresas, resultando em deságio importante nos primeiros leilões. Nos leilões seis e sete, por exemplo, o deságio médio foi de mais de 22%. Como a franje menos robusta da indústria não se sentia capaz de sustentar esse padrão de mercado, havia temor de quebra".

Ao realizar leilões presenciais, o deságio médio nos dez leilões seguintes não ultrapassou 8,4%. Além disso, a ANP elevou os preços de referência já a partir do sexto leilão, realizado no segundo semestre de 2007, melhorando as condições de lucratividade da indústria. Em 2010, os leilões voltaram a ser eletrônicos, entretanto, segundo o economista da UFRRJ, "o ajuste promovido no momento de maior incerteza quanto ao futuro da oferta de biodiesel revelou-se estratégico para o sucesso produtivo do programa".

Um ajuste que ainda não foi conquistado diz respeito à diversificação das matérias-primas do biodiesel. Esse elemento é considerado fundamental para garantir a inclusão de diferentes produtores ao PNPB - como os de mamona e dendê -, e permitir que haja uma reserva de óleo como segurança no caso de uma alta repentina do óleo de soja. No entanto, mesmo no caso dos fornecedores da agricultura familiar, o absoluto predomínio é dos produtores de soja, como pode ser visto na tabela a seguir.

A facilidade com que produtores estabelecidos de soja se inserem na cadeia do biodiesel é revelada pela tabela a seguir, que indica o predomínio de famílias sulistas no PNPB, onde a soja é predominante.

Apesar disso, o governo diz ter motivos para comemorar. As aquisições de mamona, por exemplo, estão aumentando, a despeito do uso diverso para o óleo da semente. Conforme o MDA, eram de R\$ 3,2 milhões (produção vinda de oito mil hectares) em 2007, subiram a R\$ 5,1 milhões (13 mil hectares) em 2008, a R\$ 27 milhões (43 mil hectares) em 2009, e devem chegar a R\$ 48 milhões (72 mil hectares) em 2010. Segundo a Conab, havia no total 142 mil hectares de mamona plantados no Brasil em 2009.

As aquisições de outras culturas também avançaram, informa o MDA. As companhias de biodiesel compraram canola de nove mil hectares em 2008, de 15 mil em 2009 e, em 2010, deve chegar a 22 mil. De girassol, as empresas compraram o produto de 300 hectares em 2008, de 1,3 mil hectares em 2009, e devem adquirir de 5,1 mil hectares em 2010. De gergelim, compraram o produto de 300 hectares em 2009, e devem adquiri-lo de 3,2 mil hectares em 2010. E as aquisições de dendê devem ter origem de 1,5 mil hectares em 2010. Sem dúvida, os dados indicam um avanço. Mas ainda muito pequeno frente às necessidades de inclusão dos agricultores familiares.

Marcel
Reporter Brasil

Gomes

Diesel marítimo: Ubrabio quer que previsão legal seja respeitada- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 14/12/2010

A União Brasileira de Biodiesel (Ubrabio) deve defender a manutenção do prazo de início da adição obrigatória de 5% de biodiesel no diesel aquaviário. A informação é de Sergio Beltrão, diretor executivo da entidade. "As discussões vão acontecer lá, mas a nossa posição é que a previsão legal seja cumprida", afirmou. Para a Ubrabio, existe uma determinação legal e que deve ser cumprida.

Segundo Beltrão, a Ubrabio não teve acesso aos documentos apresentados pelo Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) e da Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e Seus Implementos (Acobar) à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) defendendo o adiamento do início da mistura. "Só vamos ter acesso a isso lá", adiantou.

Nessa quarta-feira a ANP realiza uma [audiência pública para discutir o assunto](#). O tema é polêmico. A indústria de biodiesel defende a obrigatoriedade, que representa uma

demanda adicional de 38 milhões de litros por ano. Já o Sindicom e a Acobar alegam que não há testes suficientes para garantir a segurança no uso do B5 em embarcações.

Rosiane Correia de Freitas - BiodieselBR.com

Diesel mais caro à vista- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 17/12/2010

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) informa que postos revendedores em todo o Brasil têm sido avisados pelas companhias distribuidoras de que o custo do diesel vai subir em pelo menos 2% a partir de janeiro de 2011, devido aos maiores preços do biodiesel.

Por determinação legal, todo diesel rodoviário comercializado no Brasil possui 5% de biodiesel, o chamado B5. Na refinaria, o litro do diesel puro, sem impostos, sai a R\$ 1,13. Já o litro do biodiesel puro (B100), também sem tributos, custa R\$ 2,30, segundo o preço médio ponderado no 20º leilão de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado em novembro e com previsão de entrega entre janeiro e março de 2011.

O elevado preço do biodiesel – mais que o dobro do diesel de petróleo - deve gerar um impacto final no custo do produto (com impostos, mas sem frete) de R\$ 0,028 por litro, ou de 2%. “É importante lembrar que essa conta assume apenas o maior custo do biodiesel na usina. Ou seja, não inclui os preços de frete da distribuidora, nem margens de distribuição e revenda”, explica Paulo Miranda Soares, presidente da Fecombustíveis. “Hoje, apesar de a região Sudeste ser a principal consumidora de diesel, concentra apenas 18% da produção de biodiesel. E das usinas até as bases de distribuição, o caminhão-tanque com biodiesel percorre quase mil quilômetros, em média, o que certamente também impacta no preço final”, completa.

Ele lembra ainda que mais de 60% do transporte de cargas no Brasil ocorre pelo modal rodoviário e, portanto, qualquer alteração no custo do diesel tem impacto direto nos preços dos produtos finais.

Veja *Em 2011 o preço do diesel não deve subir em função do biodiesel*

também

Além da preocupação com os preços elevados do biodiesel, Paulo Miranda Soares explica que o custo operacional da revenda vem aumentando desde a introdução do biocombustível na matriz energética, em meio à formação de borra e resíduos, gerando a necessidade de trocas mais frequentes de filtros e de limpezas de tanques. Isso sem falar nas reclamações de consumidores sobre problemas em seus veículos, inclusive demandando dos postos reembolso pelos gastos com manutenção e reparo. “O assunto encontra-se em análise na ANP, mas ainda não se chegou a uma solução. Por enquanto, tem cabido à revenda arcar com esses custos, mesmo tendo adquirido um produto dentro das especificações determinadas pela Agência. Várias revendas também têm sido autuadas por diesel com percentual de biodiesel diferente do que prevê a legislação. Mas é importante lembrar que, ao contrário do que acontece com a mistura de etanol e gasolina, não há qualquer teste que possa ser realizado no posto para detectar se

realmente recebemos da distribuidora o diesel com 5% de biodiesel. Temos que confiar em nosso fornecedor”, destaca o presidente da Fecombustíveis.

O biodiesel é produzido em usinas autorizadas pela ANP e adquirido, via leilão, pela Petrobras e pela Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Estas, por sua vez, revendem o produto às distribuidoras, que são responsáveis por buscar o biocombustível nas usinas, misturá-lo com o diesel e depois revender aos postos. É vedada a comercialização direta entre usina e posto.

A Fecombustíveis lembra que o mercado é livre e competitivo em todos os segmentos, cabendo a cada distribuidora e posto revendedor decidir se irá repassar ou não ao consumidor os maiores preços, bem como em qual percentual, de acordo com suas estruturas de custo. Entendemos, no entanto, ser importante informar à sociedade sobre a realidade dos fatos para que a revenda varejista, face mais visível da cadeia, não seja responsabilizada por alterações no preço ocorridas em outras etapas do mercado.

A Fecombustíveis representa os interesses de cerca de 37 mil postos de serviços que atuam em todo o território nacional, 365 TRRs e 34 mil revendedores de GLP, além do mercado de lubrificantes.

Pesquisa aponta problemas no cultivo de pinhão-manso e mamona para biodiesel Sitio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010

A produção de mamona e pinhão-manso para a indústria de biodiesel prometia trazer inclusão social e melhoria de renda para agricultores familiares do Tocantins. O cultivo, incentivado por benefícios tributários concedidos pelo governo a usinas do biocombustível, deveria ajudar na formação de uma cadeia produtiva na região. Além disso, a esperança era que ao se transformar em biodiesel essas oleaginosas pudessem contribuir para a preservação do meio ambiente, já que evitariam a queima de diesel mineral e conseqüente emissão de gases causadores do efeito estufa.

Uma pesquisa realizada pelo professor da Universidade Federal do Tocantins, Marcus Vinicius Alves Finco, no entanto, encontrou dados pouco animadores sobre os resultados do incentivo governamental ao cultivo das duas plantas. Finco entrevistou agricultores em dez municípios do estado. O resultado do trabalho mostra que muitos estão derrubando áreas de vegetação nativa para plantar pinhão-manso ou mamona, o que acaba anulando os benefícios ambientais que o uso do biodiesel pode trazer.

Em uma simulação realizada na pesquisa, Finco descobriu que a derrubada de áreas de mata nativa poderia ser evitada se houvesse programas que remunerassem os agricultores pela manutenção da flora local. “Se eles recebessem US\$ 10 por tonelada de carbono seqüestrado isso já garantiria o plantio das oleaginosas em outros locais sem prejuízo para o agricultor, mesmo que ele tenha que gastar mais no preparo da terra”, explica. Hoje os produtores familiares preferem derrubaram a mata porque consideram mais barato preparar a terra em áreas de vegetação nativa do que usar locais já desmatados.

Outra descoberta igualmente negativa é que ambas culturas não estão ajudando os agricultores a ganhar mais dinheiro. “Na verdade eles tiveram uma queda na renda obtida em relação ao cultivo do milho, mandioca e arroz”, revela. O maior problema encontrado pelos agricultores é que a produtividade das culturas de pinhão manso e

mamona ficaram muito abaixo do esperado.

Além disso, como estão deixando de plantar alimentos, esses produtores acabam tendo que adquirir uma maior parte da comida que irão consumir no comércio local. “A cultura da matéria-prima do biodiesel tira espaço que antes era ocupado pelo cultivo de alimentos”, aponta Finco.

A queda na renda familiar e a redução da área usada para plantar alimentos colocou em risco a segurança alimentar dos agricultores. Segundo o pesquisador, muitas famílias revelaram ter deixado de consumir refeições durante parte do ano depois de aderir a cultura. “A segurança alimentar das comunidades é afetada pela relação entre a produção da semente da oleaginosa e de alimentos”, afirma.

Para reverter esse quadro, Finco sugere que governo e empresas deverão, no caso do pinhão manso, focar no aumento do valor pago pela produção. Já no caso da mamona, a proposta é investir no aumento da produtividade da planta.

Parte dos dados coletados pelo pesquisador está em um livro recém-publicado na Alemanha. "Bioenergy Economics: an analysis of oil seed farming and biodiesel production in the Brazilian savannah" (Economia da Bioenergia: uma análise da produção de biodiesel e de sementes oleaginosas no Cerrado brasileiro) é a tese de doutorado do pesquisador que foi realizada no Instituto de Economia Agrícola da Universidade de Hohenheim (Alemanha).

MDA renova Selo Combustível Social da Brasil Ecodiesel- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010

A Brasil Ecodiesel teve o Selo Combustível Social de duas usinas de biodiesel renovado hoje. As usinas de Rosário do Sul (RS) e Porto Nacional (TO) receberam do MDA a garantia de que terão o selo social por mais um ano. As outras duas usinas da empresa continuam com o selo suspenso até março de 2011. A informação deve ser confirmada pela empresa em comunicado ao mercado.

A confirmação do selo da Ecodiesel mostra que o MDA está finalizando a análise das usinas de biodiesel. Com isso é possível que nos próximos dias algumas usinas venham a perder o selo, [conforme adiantado pela BiodieselBR no mês passado](#).

A equipe de agricultura familiar do MDA foi procurada para comentar mas não foi encontrada até a publicação deste texto.

Atualização 18:41 - 21/12/2010: A Brasil Ecodiesel divulgou comunicado ao mercado confirmando a informação: "As Unidades Produtoras de Biodiesel localizadas em Porto Nacional – TO e Rosário do Sul – RS passaram por auditoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, referente aos exercícios de 2008 e 2009, e tiveram o Selo Combustível Social renovado."

ANP altera emissão de autorizações para usinas de biodiesel- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 21/12/2010

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) determinou mudanças no processo de autorização de construção, ampliação, operação e comercialização de biodiesel. A partir de agora o processo será presidido pela Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos da instituição. Fora isso não há outras mudanças no sistema de emissão das autorizações. Até então os pedidos deveriam ser encaminhados para Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural.

A alteração, que modifica a Resolução da ANP número 25 de 2008, foi publicada na semana passada no Diário Oficial. Novos pedidos de autorização deverão ser, a partir de agora, destinados à Superintendência.

A Agência vem recebendo críticas em relação a demora no processo de concessão dessas alterações e na semana passada emitiu uma autorização que **já havia sido concedida** para a Bioverde.

Óleo de palma para biocombustível- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 20/12/2010

As primeiras sementes de palma provavelmente chegaram ao Brasil na mão dos escravos séculos atrás. Por isso, quando se descobre que a palma, *Elaeis guineensis* para os cientistas, também pode ser chamada de dendê, tudo parece mais simples para muita gente.

Dendê remete à Bahia e ao acarajé. E esse foi, por muitos anos, um dos principais destinos do óleo de palma no Brasil. Hoje, dados da Embrapa revelam que 80% da produção de óleo extraída do fruto da palma se transforma em alimentos como margarina, biscoitos e macarrão instantâneo. Os 20% restantes viram ativos para fabricar cosméticos, sabonetes e, recentemente, biodiesel.

Características como alta produtividade em um espaço pequeno, balanço energético favorável e semelhança com o óleo diesel convencional podem alavancar essa porcentagem. Somente um investimento da Petrobras Biocombustível, no interior do Pará e em Portugal, ultrapassa R\$ 1 bilhão.

Para incentivar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir que a produção não prejudique a Floresta Amazônica, o Ministério da Agricultura, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Casa Civil, lançou, em maio deste ano, o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. Um dos destaques do material é o mapeamento das áreas que podem ser usadas para o cultivo e a restrição do desmatamento. Além disso, o programa também concede crédito, treinamento e possibilita o acesso dos produtores às novas tecnologias.

As vantagens do cultivo da palma, enumeradas por pesquisadores como Maria do Rosário Lobato Rodrigues, da Embrapa Amazônia Ocidental, são muitas. A rentabilidade é o grande destaque. Dados da Embrapa mostram que a palma produz cerca de 30,57% de óleo em apenas 7,52% da área destinada para seu cultivo. Em comparação, a soja é responsável por 35,85% da produção total usando 63,48% da área total.

– Investir na produção de palma é uma grande escolha, pois trata-se de uma das culturas mais produtivas do mundo – reforça Maria do Rosário.

Para a pesquisadora, o óleo de palma pode ser considerado o mais adequado para a região amazônica pois é uma cultura perene, com longa permanência, cerca de 25 anos, e protetora do solo. Rosário ressaltava ainda o processo mecânico, que não exige químicos para a extração, e a não produção de substâncias tóxicas, como ocorre com a mamona. Além disso, as características semelhantes ao diesel convencional e a baixa mecanização, que aumenta o número de empregos diretos, são impulsionadores.

Embora o investimento inicial seja alto, a expectativa é de que o preço do biocombustível, daqui a quatro anos, quando o polo da Petrobras estiver em funcionamento, seja inferior ao do diesel convencional.

Quanto às dúvidas sobre a integridade do projeto, Miguel Rossetto, presidente da Petrobras Biocombustível, é taxativo:

– Somos tão rigorosos com a sustentabilidade que ela chega a ser cláusula de veto.

Entrevista

Por que investir na produção de óleo de palma?

Miguel Rossetto – Podemos começar a pensar nas vantagens dessa matéria-prima comparando-a com a soja. Com a palma, eu consigo produzir a mesma quantidade de óleo em um décimo da área usada pela soja. Isso é muito representativo.

Como um investimento dessa magnitude impacta na vida de quem está nessa região do Pará?

Rossetto – A palma é um investimento caro e de longa duração. Do plantio até a primeira colheita são quatro anos, então muitos dos pequenos agricultores não tinham acesso ao crédito. Agora, o programa do governo federal deve solucionar a questão. A partir do momento que se oferece uma alternativa de renda viável e qualificada para uma população, é óbvio que diminui a pressão por encontrar renda de outra forma, inclusive com atividades ilegais.

A produção de biocombustível a partir da palma pode ser um passo importante para o uso de outras matérias-primas?

Rossetto – No Brasil, temos uma grande rota de pesquisa aberta para a oleoquímica. A partir do momento que cresce a demanda por biodiesel, estimula-se essa produção de pesquisa. A Petrobras investe muito em pesquisa. Só entre 2010 e 2014, a previsão é de U\$S 400 milhões.

Investimento de R\$ 330 milhões no Pará

O investimento da Petrobras no biocombustível de óleo de palma é grande e envolve dois projetos distintos: Pará e Belém. O primeiro inclui uma usina no Pará com capacidade para produzir 120 milhões de litros por ano. Além de abastecer a região norte do país, a ideia é que os mais de R\$ 330 milhões investidos beneficiem o desenvolvimento econômico e social daquela área.

O segundo, intitulado Belém, marca a entrada da empresa no ciclo europeu. Em parceria com a Galp Energia, cerca de 250 mil toneladas de biodiesel/ano (green diesel) serão produzidas em Portugal. Todas as mudas devem ser plantadas no Brasil – mais de 2 milhões já estão em viveiros na região – e apenas a finalização do óleo que segue para a União Europeia é que será feita em Portugal. Toda a plantação deve adotar um sistema chamado mosaico, que mantém faixas de floresta no meio da plantação. Além disso, o bagaço da palma deve colaborar na questão energética.

– Para abastecer as novas usinas, devemos gerar energia elétrica a partir dos resíduos da palma – afirma Miguel Rossetto, presidente da Petrobras Biocombustível.

Outro destaque dos dois projetos é o foco na agricultura familiar. Hoje são mais de 4 mil famílias cadastradas, e o número pode aumentar. Como o ciclo das plantas é longo, o óleo só deve começar a chegar aos consumidores daqui a quatro anos.

Produção com foco em áreas degradadas
Mesmo quando o destino do óleo de palma não é o tanque de veículos, a preocupação com o manejo do solo, a mão de obra e a preservação da floresta deve permanecer. No segmento há 27 anos, a Agropalma, cujo foco da produção é a indústria cosmética e de alimentação, mantém uma área de mais de 39 mil hectares de dendê rodeados por 65 mil hectares de reservas florestais no Pará, que fazem dela a maior produtora individual de óleo de palma da América Latina.

Agora, a partir do replantio, a empresa deve dobrar sua produção sem crescer em área. No foco da expansão está, entre outras questões, a indústria oleoquímica. Para Marcello Brito, diretor comercial e de Sustentabilidade da Agropalma, os recentes incentivos do governo federal e novos financiamentos são positivos desde que sejam cumpridos.

– Ecologia e economia podem andar juntos. O grande segredo é produzir em áreas já degradadas, preservando e recuperando mosaicos florestais – reforça.

Em 2011 o preço do diesel não deve subir em função do biodiesel- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 17/12/2010

Uma [nota divulgada hoje](#) pela assessoria de imprensa da Fecombustíveis, informou que os preços do diesel subirão 2% a partir de janeiro de 2011. O motivo desse aumento seria a mistura de 5% de biodiesel no diesel. Segundo a nota, o biodiesel custa mais caro que o diesel e essa diferença será repassada para o consumidor.

Se esta nota tivesse sido publicada há um ano talvez fizesse mais sentido, mas hoje não é possível entender a lógica por trás desse possível aumento, conforme coloca a Fecombustíveis.

A mistura de 5% de biodiesel no diesel já está em vigor desde o começo de 2010 e o preço do biodiesel no início deste ano foi de R\$ 2,33, contra R\$ 2,30 do primeiro trimestre de 2011. Esse preço menor do biodiesel no próximo trimestre já bastaria para acabar com o argumento do aumento de preço do diesel, já que os postos estarão pagando um pouco mais barato do que pagavam no começo de 2010 para a mesma mistura. Contudo existem outros argumentos.

A mistura de biodiesel foi incrementada ao poucos, não foi do zero diretamente para 5%. Em janeiro de 2008 era 2%, em julho de 2008 foi para 3%, em julho de 2009 para 4% e em janeiro de 2010 para 5%. Cada incremento desses foi seguido de uma notícia, ou ao menos uma nota, dizendo o quanto ela iria impactar no preço do diesel ao consumidor. O aumento de 2% no preço do diesel alardeado hoje é o custo de toda a mistura de 5% de biodiesel. Por esse motivo, mesmo que a notícia vinculada hoje pela Fecombustíveis tivesse sido publicada um ano atrás ela seria exagerada, já que o aumento foi gradual. Além disso, o preço do biodiesel caiu mais de 50 centavos no último trimestre de 2010 e o diesel não sofreu nenhuma redução nos postos.

A motivação dos postos para a nota é incerta. Mas não deve se descartar a possibilidade de justificar um possível aumento do preço do diesel na bomba, seja para cobrir custos com limpeza dos tanques ou incrementar os lucros em 2011. Mas independentemente do motivo, essa atitude atrapalha a realização de uma discussão séria sobre o biodiesel. É importante apresentar argumentos coesos e verdadeiros. E isso vale para todos os lados, inclusive as usinas de biodiesel.

Miguel Angelo Vedana é diretor-executivo da BiodieselBR e faz parte do conselho editorial da revista BiodieselBR.

Programa de biodiesel, 6 anos: resultados sociais frágeis – Marcel Gomes – Carta Capital – 08/12/2010

Lançado em 6 de dezembro de 2004 como política pública de inclusão social, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completou exatos seis anos nesta segunda-feira (6). A despeito de dados que indicam avanços, o PNPB apresenta resultados modestos quanto ao envolvimento e melhoria de vida das famílias de pequenos produtores.

A proposta inicial, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), previa a produção do combustível a partir de culturas típicas da agricultura familiar, como a mamona e o dendê. O biodiesel seria misturado ao diesel em parcelas ascendentes até o patamar de 5% do composto total em 2013 – o chamado B5. Esse prazo seria necessário para permitir a estruturação das cadeias de fornecimento familiar, marcadas pela precariedade nas regiões Norte e Nordeste – justamente os focos do programa.

Ao final de 2010, entretanto, as famílias incluídas na cadeia do biodiesel devem chegar a 109 mil, pouco mais da metade das 200 mil previstos inicialmente. Além disso, mamona e dendê são itens minoritários entre as matérias-primas do agrocombustível, bem aquém da soja e do sebo bovino – origens de 80% e 15%, respectivamente, do biodiesel no país.

Atualmente, nenhuma gota de biodiesel é produzida, por exemplo, a partir da mamona, cultivada em pequena escala no país. Valorizada por outros setores da

indústria (como a de lubrificantes, que paga mais pela tonelada de seu óleo), a semente da mamona não é usada para gerar energia.

As companhias de biodiesel, porém, continuam comprando mamona, ainda que somente para revenda. Com isso, beneficiam-se do Selo Combustível Social, programa federal que garante benefícios fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel às empresas que comprem determinadas quantidades de matérias-primas produzidas por agricultores familiares.

Isso não significa que o PNPB, do ponto de vista de suas metas inclusivas, seja um fracasso ou esteja fadado a ele. As boas notícias também existem. O número de famílias integradas na cadeia produtiva do biodiesel, por exemplo, eleva-se desde 2009, como pode ser visto na tabela a seguir. A nova fase do programa é resultado da entrada da Petrobras Biocombustível (PBio) no setor, que hoje opera usinas de biodiesel em Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraná, incentivando a inclusão da agricultura familiar.

Com o aumento do número de famílias de agricultores envolvidas no PNPB, a apropriação por elas da renda da cadeia do biodiesel também tem aumentado. Em 2008, os leilões de compra de biodiesel no país organizados pelo governo movimentaram R\$ 2,45 bilhões, enquanto as aquisições de produtos da agricultura familiar pelas usinas alcançaram R\$ 276 milhões – 11,2% do total. Em 2009, quando os leilões movimentaram R\$ 3,6 bilhões, as aquisições subiram para R\$ 677 milhões – 18,8% do total. Isso significa que uma maior parte da massa de renda do setor está permanecendo na ponta mais sensível da cadeia – os agricultores familiares.

Se do ponto de vista de suas metas sociais o PNPB traz resultados frágeis, o mesmo não se pode dizer de suas metas produtivas. Nesse aspecto, ele superou todas as expectativas. Em menos de seis anos de existência do programa, dezenas de bilhões de reais já foram investidos para levantar, a partir do zero, um parque industrial hoje composto por 62 usinas em 15 Estados, capazes de produzir 14,4 mil m³ do combustível por dia.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), há ainda quatro novas plantas autorizadas para construção e outras nove em ampliação, o que elevaria a capacidade instalada em 10,5%. Essa escalada, em boa parte ancorada em financiamentos públicos, permitiu a antecipação do B5 do ano de 2013, como inicialmente previsto, para 2010. Setores da indústria já defendem a elevação da mistura para 10%, ou seja, o B10 – o que seria possível em termos de capacidade produtiva. Caso isso ocorra, a economia de divisas com importação de biodiesel poderia dobrar – hoje, com o B5, é estimada pela ANP em US\$ 1,4 bilhão por ano.

Crise

e

mudanças

A crise financeira da Brasil Ecodiesel, primeira companhia privada a investir maciçamente no biodiesel com seis usinas instaladas para tal fim, jogou o PNPB na berlinda em 2008. O governo federal contava com a empresa para incluir os agricultores familiares nas cadeias produtivas, sobretudo na região Nordeste. No entanto, sem conseguir comprar os percentuais mínimos da agricultura familiar para usufruir dos benefícios fiscais e privilégios nos leilões, a empresa perdeu o Selo Combustível Social.

Além da Brasil Ecodiesel, perderam o Selo Combustível Social a empresa Agrenco, que fomentou agricultores familiares, mas não efetuou as compras compulsórias, e a CLV, que praticamente não fez aquisições da agricultura familiar e não realizou ações de fomento junto aos produtores. Para o MDA, a perda do Selo por parte de algumas empresas foi fundamental para restituir a credibilidade do programa.

A derrocada da então maior empresa brasileira de biodiesel se refletiu no número total de agricultores familiares incluídos no programa, que despencou 31% entre 2006 e 2008, para 27.858 famílias.

“Vivemos nosso inferno astral naquela época”, recorda-se Arnaldo Campos, diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do MDA. “Em 2007, a Brasil Ecodiesel entrou no leilão com preços muito baixos para ganhar mercado. Mas a crise dos alimentos elevou os preços da matéria-prima. A empresa não tinha CPR (Cédula de Produto Rural) e acordos de venda antecipada para se proteger. As cadeias da agricultura familiar acabaram desmontadas”, explica ele.

A situação começou a mudar ainda em 2008, com a entrada da Petrobras Biocombustível no mercado. Em julho daquele ano, a subsidiária para o setor de energia renovável da poderosa estatal inaugurou sua primeira usina de biodiesel, em Candeias (BA). No mês seguinte, começou a operar uma nova planta em Quixadá (CE). Em abril de 2009, com a inauguração de uma terceira usina em Montes Claros (MG), a companhia encerrou a primeira fase de seus investimentos que objetivavam, em um futuro próximo, colocá-la na liderança do setor de biodiesel no país.

Juntas, as três usinas têm capacidade de produzir 1.206 m³ do combustível por dia e são o primeiro passo dos investimentos de US\$ 1,5 bilhão reservados pela empresa para o setor até 2010. A estimativa é que pelo menos 55 mil famílias sejam incluídas como fornecedoras de matérias-primas para as operações. A última novidade é de maio de 2010. Naquela data, a Petrobras Biocombustível e a companhia privada BSBIOS inauguraram uma usina de biodiesel de Marialva (PR). Cada empresa possui 50% do capital da nova planta, cuja capacidade de produção é de 353 m³ por dia.

A entrada desse poderoso agente econômico não demorou a se fazer notar nas estatísticas. O número de agricultores familiares beneficiados no país aumentou 83% entre 2008 e 2009, para 27.858 famílias, e deve saltar, segundo o MDA, 291% entre 2008 e 2010, para 109 mil famílias. Outro dado que reflete alguma melhora na inclusão dos agricultores familiares é o das aquisições de produtos agrícolas. Conforme se nota na tabela a seguir, elas saltaram 145% entre 2008 e 2009, para R\$ 677,34 milhões, e devem subir, conforme projeções do MDA, 334% entre 2008 e 2010, para R\$ 1,2 bilhão.

Com pouco mais de dois anos do mercado do biodiesel, a Petrobras já ocupa o segundo lugar brasileiro em produção, atrás apenas da Granol, que possui uma unidade no Rio Grande do Sul e outra em Goiás, que, conjuntamente, são capazes de produzir 1.546 m³ do combustível por dia. Com o novo empreendimento, a Petrobras planeja incentivar a inclusão de agricultores familiares paranaenses na cadeia do biodiesel.

De acordo com Arnoldo, “a corrida dos biocombustíveis é uma maratona para a Petrobras, e não uma de corrida de 200 metros rasos, como muitos acreditaram”. Segundo ele, a empresa faz uma aposta no futuro, pois tem fôlego para “trabalhar no vermelho e buscar o azul aos poucos”. Ele estima que os R\$ 90 milhões de prejuízo que a companhia apurou com suas operações de biodiesel em 2009 devam ser zerados em 2010, e possam virar lucro em 2011. A “sintonia política” entre MDA e Petrobras Biocombustível colabora com esse processo – isso ocorre não apenas pela companhia ser uma estatal, mas por que seu atual presidente, Miguel Rossetto, foi ministro do Desenvolvimento Agrário entre 2003 e 2006.

É claro que o fortalecimento do PNPB nos últimos dois anos não ocorreu apenas por conta da entrada da Petrobras no mercado. Nesse período, a própria burocracia do MDA ganhou corpo para gerir o programa. Se no início contava-se nos dedos o número de servidores dedicados a ele, hoje já há cerca de 100 profissionais em campo cuidando da gestão das cadeias produtivas e outros 20 atuando dentro do ministério.

A própria gestão do PNPB melhorou. Desde 2008, as usinas que possuem o Selo Combustível Social utilizam um programa de computador para registrar os fluxos dos produtos oriundos da agricultura familiar. Através dele, o MDA pode saber qual produto foi adquirido, quanto foi pago por ele e se houve ou não prestação de assistência técnica – como exige a lei.

Outra medida para fortalecer o programa – ao menos do ponto de vista produtivo – foi tomada pela ANP, ao realizar leilões de compra de biodiesel presenciais e não mais eletrônicos. Esta última modalidade, de acordo com análise do economista

Georges Flexor, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), incentivava a competição predatória entre as empresas, em um momento em que elas próprias estavam pouco estruturadas diante do estágio ainda embrionário do setor.

Em análise publicada na **Carta Maior** em junho de 2010, sob o título [“O programa nacional de biodiesel: avanços e limites”](#), Georges destaca: “Num contexto ainda marcado pela incerteza quanto ao desenvolvimento do mercado do biodiesel, as regras estabelecidas (...) incentivaram práticas de preços predatórias por parte das empresas, resultando em deságio importante nos primeiros leilões. Nos leilões seis e sete, por exemplo, o deságio médio foi de mais de 22%. Como a franje menos robusta da indústria não se sentia capaz de sustentar esse padrão de mercado, havia temor de quebra”.

Ao realizar leilões presenciais, o deságio médio nos dez leilões seguintes não ultrapassou 8,4%. Além disso, a ANP elevou os preços de referência já a partir do sexto leilão, realizado no segundo semestre de 2007, melhorando as condições de lucratividade da indústria. Em 2010, os leilões voltaram a ser eletrônicos, entretanto, segundo o economista da UFRRJ, “o ajuste promovido no momento de maior incerteza quanto ao futuro da oferta de biodiesel revelou-se estratégico para o sucesso produtivo do programa”.

Um ajuste que ainda não foi conquistado diz respeito à diversificação das matérias-primas do biodiesel. Esse elemento é considerado fundamental para garantir a inclusão de diferentes produtores ao PNPB – como os de mamona e dendê -, e permitir que haja uma reserva de óleo como segurança no caso de uma alta repentina do óleo de soja. No entanto, mesmo no caso dos fornecedores da agricultura familiar, o absoluto predomínio é dos produtores de soja, como pode ser visto na tabela a seguir.

A facilidade com que produtores estabelecidos de soja se inserem na cadeia do biodiesel é revelada pela tabela a seguir, que indica o predomínio de famílias sulistas no PNPB, onde a soja é predominante.

Apesar disso, o governo diz ter motivos para comemorar. As aquisições de mamona, por exemplo, estão aumentando, a despeito do uso diveso para o óleo da semente. Conforme o MDA, eram de R\$ 3,2 milhões (produção vinda de oito mil hectares) em 2007, subiram a R\$ 5,1 milhões (13 mil hectares) em 2008, a R\$ 27 milhões (43 mil hectares) em 2009, e devem chegar a R\$ 48 milhões (72 mil hectares) em 2010. Segundo a Conab, havia no total 142 mil hectares de mamona plantados no Brasil em 2009.

As aquisições de outras culturas também avançaram, informa o MDA. As companhias de biodiesel compraram canola de nove mil hectares em 2008, de 15 mil em 2009 e, em 2010, deve chegar a 22 mil. De girassol, as empresas compraram o

produto de 300 hectares em 2008, de 1,3 mil hectares em 2009, e devem adquirir de 5,1 mil hectares em 2010. De gergelim, compraram o produto de 300 hectares em 2009, e devem adquiri-lo de 3,2 mil hectares em 2010. E as aquisições de dendê devem ter origem de 1,5 mil hectares em 2010. Sem dúvida, os dados indicam um avanço. Mas ainda muito pequeno frente às necessidades de inclusão dos agricultores familiares.

*Matéria originlmente publicada no [Repórter Brasil](#)

Contag faz avaliação dos seis anos do Plano Nacional de Biodiesel – Sítio Eletrônico da CONTAG – 03/12/2010

A evolução da agricultura familiar no Plano Nacional de Biodiesel foi um dos temas de destaque no 4º Fórum de Debates do Blog [brasilianas.org](#), do jornalista Luis Nassif, em São Paulo. Na ocasião, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Embrapa Biodiesel apresentaram dados que mostram o avanço do programa e a inclusão da agricultura familiar. Atualmente, 109 mil famílias estão envolvidas nesta atividade e a expectativa do governo é que esse número salte para 570 mil famílias até 2020. Os dados também indicam que 20% da matéria-prima para fabricação de biodiesel no Brasil vem da agricultura familiar. Porém, apesar do avanço, o secretário de Política Agrícola da Contag, Antoninho Rovaris, alerta para outros pontos que devem ser fortalecidos. “Existe uma evolução bastante interessante com relação à gordura animal e ao algodão, que há três anos era pouco usado. Porém é preciso aumentar a participação de outras oleaginosas para aumentar a sacosta de ofertas”. O dirigente também chama a atenção para a necessidade de se aprimorar alguns aspectos do plano. “Hoje, temos uma assistência técnica melhor, porém, ainda falta o insumo fundamental dentro desse processo que é uma política pública de recuperação de solo e de sementes certificadas para aumentar o volume de outras oleaginosas”, afirma Rovaris. O sindicalista comenta, ainda, a proposta de alteração da porcentagem de biodiesel no diesel apresentada pelas indústrias. “Nós só admitiríamos algum tipo de aumento que garanta a diversificação da cadeia. As indústrias estão com esse pleito em função da capacidade instalada e o aumento de 3 para 5% já foi para atender a necessidade das indústrias e não da agricultura familiar”, sustenta. O objetivo inicial do Plano Nacional de Biodiesel era expandir a produção, incentivar a diversificação de cultivos e promover inclusão social a partir da agricultura familiar. Porém, passados seis anos, a diversificação de cultivos ainda é pequena. A soja continua sendo o carro-chefe, que atende 81% da demanda, seguida da gordura animal, com 15,6%, e o algodão, com apenas 3,6%. A Embrapa Biodiesel também revela que o país produz atualmente 2,3 bilhões de litros de biodiesel por ano.

Fonte: Danielle Santos, Agência Contag de Notícias

Aposta no óleo – Isto É Dinheiro Rural – dezembro de 2010

A alta rentabilidade e a boa aceitação para a produção de biodiesel têm transformado o óleo de palma em uma das grandes apostas do governo, que anunciou um amplo programa para desenvolver a cultura no país.

A alta rentabilidade e a boa aceitação para a produção de biodiesel têm transformado o óleo de palma em uma das grandes apostas do governo, que anunciou um amplo programa para desenvolver a cultura no país. A ideia é investir em novas variedades, mapear as áreas aptas para o plantio e estimular o cultivo da planta. Espera-se que o incremento gere renda e o Brasil se torne um grande produtor da cultura.



32 milhões de hectares
é o volume de áreas desmatadas aptas para a expansão da cultura

220 mil toneladas
é quanto o Brasil produz de óleo de palma bruto por ano, ocupando cerca de 70 mil hectares. O País importa 63% do seu consumo

R\$ 60 milhões
serão investidos no desenvolvimento de novas variedades mais adaptadas

Aquisições Brasileiros de olho na Tegel Foods
A possibilidade de venda da empresa neozelandesa Tegel Foods, responsável por 52% do fornecimento de carnes da Nova Zelândia, atçou o apetite das principais empresas

brasileiras. Marfrig, JBS e Brasil Foods estariam dispostas a adquirir a companhia, cujo valor de mercado está estimado em US\$ 750 milhões.

Parceria

Mais etanol na Petrobras

A Petrobras e a Novozymes, líder mundial em biotecnologia, firmaram acordo para desenvolvimento conjunto de enzimas para produção de biocombustíveis de segunda geração, utilizando bagaço de cana para produção de etanol celulósico. Estimase que esse tipo de tecnologia possa aumentar a produção de etanol do País em cerca de 40%, sem aumentar as áreas de cultura.



Exportações

Dos campos brasileiros para o mundo

Novo levantamento do Ministério de Comércio mostrou que as exportações do agronegócio brasileiro bateram recordes no período de outubro de 2009 a setembro de 2010.

Novo levantamento do Ministério de Comércio mostrou que as exportações do agronegócio brasileiro bateram recordes no período de outubro de 2009 a setembro de 2010



foi quanto somaram as vendas brasileiras agrícolas nos últimos 12 meses

foi o **aumento no valor**, em relação ao período anterior

foi o **valor do superávit**

foi o **crescimento das exportações** de sucos de frutas

é quanto o **Brasil exportou de açúcar** por mês nos últimos 12 meses

Exportações II



A Índia vive uma curiosa posição no mercado mundial de carnes. Isso porque o país, onde a vaca é um animal sagrado para os religiosos, se tornou o terceiro maior exportador do produto no mundo. Em 2009, foram 700 mil toneladas vendidas, número superado apenas por Brasil e Estados Unidos. O detalhe é que a carne exportada é de búfalo. A previsão para este ano é de que os embarques aumentem em 50 mil toneladas.

Políticas

O presidente venezuelano Hugo Chávez continua a promover sua controversa "revolução agrária". No início do mês ele nacionalizou a empresa agrícola Agroisleña, dona de 250 mil hectares de terras naquele país. Desde 1999, quando Chávez chegou ao poder, o governo assumiu o controle de três milhões de hectares da Venezuela. No entanto, a superfície cultivada do país caiu 22% só em 2010.



Fertilizantes

Vale vai abrir capital
 A Vale Fertilizantes, o novo negócio da mineradora, se prepara para abrir o capital no primeiro semestre de 2011. Até meados da década, a nova empresa da Vale pretende investir US\$ 12 bilhões na montagem de uma estrutura no Brasil e fora do País para a produção de fosfato e de potássio.



Paulo Okamoto, presidente do Sebrae
"O campo é um dos principais alvos"

Presidente fala sobre o sistema Sebraetec, que disponibiliza quase R\$ 1 bilhão em recursos para investimento em inovação em micro e pequenas empresas.

Qual o volume de recursos que será aplicado no novo programa?

Estamos aplicando R\$ 787 milhões, que serão investidos nos próximos três anos. Já em 2011 serão aplicados R\$ 85 milhões em projetos que busquem inovar.



Como funciona o programa?

O programa é composto por cinco linhas de apoio, que atendem às necessidades específicas de cada empresário. Não há burocracia e para recursos de até R\$ 5 mil não é preciso apresentar projeto. Não é uma linha de crédito, e sim recursos não reembolsáveis para serem investidos em inovação.

Como os agricultores podem ter acesso a esses recursos?

O produtor precisa apenas ter o registro de produtor rural e procurar um balcão de negócios do Sebrae mais próximo. A agricultura tem um grande potencial dentro desse programa, pois temos várias cadeias bem arranjadas.

Sementes

Caça aos grãos piratas
 Um estudo divulgado pela Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem) sobre os detalhes da comercialização de sementes no Brasil mostrou que a adoção de sementes legais é apenas de 53% nas 13 principais culturas do País. No caso do feijão, cerca de 89% dos grãos plantados são ilegais.





Haja **doce**
Pesando 821,2 kg, a abóbora da foto bateu o recorde de vegetal mais pesado do mundo. Foi preciso vários homens para transportá-la no Jardim Botânico de Nova York, EUA.

Produção
Nós **já** **sabíamos**
Uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Agricultura acaba de comprovar o que os produtores brasileiros já imaginavam. Nossa produtividade é uma das mais altas do mundo. Segundo dados do estudo, a produção nacional registrou crescimento médio anual de 3,57% entre 1975 e 2009. Países como os Estados Unidos têm registrado crescimento na ordem de 1,87% no mesmo período.

Grãos - A produção de grãos no Brasil aumentou 240%, enquanto a área foi expandida em 44%

Carnes - Do mesmo modo, a produção de carne bovina (peso de carcaças) por hectare de pastagem aumentou de 10,8 para 42,3 quilos por hectare

Crédito - Entre 2000 e 2009, o volume de crédito rural concedido a produtores e cooperativas aumentou 153%, em valores reais

Transgênicos
Bronca **brasileira**
Não soou nada bem para os produtores brasileiros a proposta de compensação financeira por eventuais danos causados por organismos geneticamente modificados, levantada por países europeus. De acordo com o Itamaraty, a medida, na prática, configura uma barreira não tarifária.

A alta rentabilidade e a boa aceitação para a produção de biodiesel têm transformado o óleo de palma em uma das grandes apostas do governo, que anunciou um amplo programa para desenvolver a cultura no país.



Protesto
Tratoração à **italiana**
Produtores de grãos da região de Cagliari, na Itália, ocuparam uma das principais avenidas da cidade com centenas de tratores e máquinas agrícolas, num "tratoração" de fazer inveja aos agricultores brasileiros. A bronca se deve à queda nos preços do grão que vem ocorrendo no naquele país.

Seguro
Maçã garantida

O Ministério da Fazenda confirmou a liberação do seguro agrícola para a safra de maçã. O montante do valor destinado à cultura será de R\$ 35 milhões. A produção da fruta se concentra no Sul do País, principalmente em Santa Catarina, que responde por 58% da produção, com 2.300 produtores divididos em 21 mil hectares.



Agricultura
Pequenos sem **imposto**
O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para agricultores familiares que destinarem sua produção para a merenda escolar.

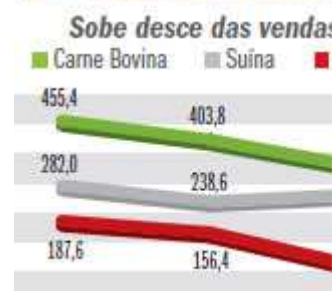
Empresário
Merial-Intervet já tem CEO

Raul Kohan, presidente da Intervet Schering- Plough Saúde Animal, foi nomeado pela Sanofi-Aventis e a Merck o CEO da nova joint venture de saúde animal, que uniu as operações da Merial com a Intervet Schering- Plough, criando a Merial- Intervet. O novo empreendimento ainda depende da revisão antitruste nos Estados Unidos, na Europa e em outros países. A previsão é de que até o início de 2011 a joint venture seja aprovada pelas autoridades reguladoras e Raul Kohan assumo o novo cargo.



Carnes **Rússia pode abrir suas portas**

Ao voltar de sua recente visita à Rússia, o ministro da Agricultura Wagner Rossi, trouxe na bagagem a promessa de que aquele país poderá, em breve, melhorar as condições de entrada das carnes brasileiras em seu mercado. A expectativa é de que os russos mudem sua política de cota, o que abriria mais espaço para o produto do Brasil, que tem caído nos últimos anos.



Mercado **Agricultores na prateleira**

A rede Walmart pretende dobrar as compras de produtos de pequenos e médios produtores brasileiros até 2015. A ideia é aumentar de sete mil para dez mil produtores no programa de compras da rede.

6,2 **Números do campo milhões**
de hectares de extrativismo conservacionista fazem do Brasil o país com o maior conjunto de florestas exploradas com sustentabilidade no mundo

1,77 **milhão**
de hectares plantados sem uso de fertilizantes ou defensivos coloca o Brasil em terceiro lugar no ranking das maiores agriculturas orgânicas do mundo

R\$ 16 bilhões
é o que movimentava anualmente no Brasil o mercado global de rações, que envolve suplementos, vitaminas, minerais e rações

65 milhões
de toneladas de ração serão produzidas em 2010 no Brasil ante os 58,4 milhões de 2009, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações)

8,6 milhões
de cabeças foi o que perdeu o rebanho argentino de bovinos nos dois últimos anos. O país já foi o maior exportador mundial na década de 1970 e ocupa, agora a 7ª posição no ranking

Publicado zoneamento agrícola para girassol – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/12/2020

Brasília – A lista dos municípios do Rio Grande do Norte aptos a cultivo do girassol na safra 2010/2011 foi publicada pelo Ministério da Agricultura, na Portaria nº 437, no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 1º de dezembro. O estudo do zoneamento agrícola aponta as áreas que apresentam condições climáticas e solo mais apropriados para a cultura.

O girassol (*Helianthus annuus* L.) se adapta a diversos ambientes, podendo ser cultivado em climas temperados subtropicais e tropicais. A planta tolera baixas temperaturas (de 5 a 8°C) durante a germinação e em estágios iniciais de desenvolvimento. As fases mais sensíveis à escassez de água são entre a formação da inflorescência e o florescimento. As baixas temperaturas e a alta umidade favorecem a ocorrência de doenças fúngicas. (*Inez De Podestà*)

Amazônia Legal tem zoneamento ecológico-econômico publicado – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/12/2010

Brasília – O estudo que orienta a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente da Amazônia Legal foi aprovado hoje, 2 de dezembro, e publicado no Diário Oficial da União. O Decreto nº 7.378 normatiza o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (Macro ZEE) da Amazônia Legal, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão.

O técnico da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Roberto Lorena, explica que a elaboração do Macro ZEE da Amazônia Legal se dá a partir dos zoneamentos ecológico-econômicos estaduais e das demandas da comissão interministerial, composta de 14 ministérios, relacionados ao desenvolvimento sustentável. “É um planejamento de médio e longo prazos, com ações de incentivo focadas na sustentabilidade do desenvolvimento”, acrescenta.

Segundo o Macro ZEE, o Ministério da Agricultura deverá direcionar suas ações no setor agro-silvopastoril pelo estabelecimento de vínculo entre suas ações de fomento e zoneamentos agrícolas, que são subsidiados por conhecimentos científicos na área de edafologia (solo), clima, uso de cultivares adequadas, entre outros. (*Inez De Podestà*)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Etanol de cana tem novo estímulo nos EUA - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 01/12/2010

O etanol de cana-de-açúcar tem um novo estímulo para ganhar espaço nos Estados Unidos no próximo ano. As vendas de etanol no mercado norte-americano devem atingir 52,8 bilhões de litros em 2011, ante 49 bilhões de litros neste ano. As diretrizes para o consumo de biocombustíveis foram divulgadas pela EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA), que reduziu a participação do etanol celulósico no consumo.

A medida pode obrigar os americanos a comprar etanol do Brasil e, assim, forçar a extinção ou a redução da tarifa imposta às importações, pois a fatia dos combustíveis avançados no consumo total não foi alterada. A EPA determina o consumo de 5,1 bilhões de litros de combustíveis avançados em 2011. Entram nessa classificação combustíveis que reduzam em pelo menos 50% as emissões de gases que provocam o efeito estufa. A aposta dos EUA para cumprir essa meta era o etanol celulósico, mas, segundo a EPA, apenas cinco unidades estarão aptas a produzir 25 milhões de litros do produto no ano que vem -volume muito menor do que o alvo original da agência para 2011: 950 milhões de litros.

O etanol de cana é o grande candidato a substituto. Segundo a própria EPA, ele é capaz de reduzir as emissões em 61%. Já o etanol de milho provoca uma redução de 20% e, portanto, não contribui para a meta de combustíveis avançados. Ainda assim, 48 bilhões de litros de etanol de milho serão consumidos em 2011.

OPORTUNIDADE

"A baixa produção de etanol celulósico nos EUA é uma evidência de que eles vão ter demanda para outros combustíveis avançados, como o etanol de cana", diz Joel Velasco, representante da Unica (União da Indústria de Cana) na América do Norte. Para Marcelo Monteiro, analista setorial da Lafis Consultoria, a situação pode ter impacto no debate sobre o fim da tarifa de US\$ 0,15 por litro de etanol importado. A vigência dessa medida acaba neste ano e, para ser prorrogada, precisa ser aprovada pelo Congresso americano até 31 de dezembro. Até o final do ano, também será votado o aumento de 10% para 15% na mistura de etanol na gasolina, o que pode elevar ainda mais a demanda pelo biocombustível. "Pode ser mais um argumento para os parlamentares que são contra a manutenção da tarifa", diz.

Ontem, 17 senadores americanos encaminharam uma carta para os líderes da Casa contra a tarifa e o subsídio de US\$ 0,12 por litro pago às refinarias para misturar etanol

à gasolina. "Isso dificulta o trabalho do lobby do milho nos EUA", diz Velasco.

Etanol ganhará destaque em conferências sobre o clima – THAÍS MARZOLA ZARA – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010

O etanol continua ganhando peso na matriz energética mundial. Até o dia 10 de dezembro, a experiência brasileira na utilização do combustível será apresentada na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16) e no World Climate Summit (WCSC). Não há dúvidas sobre a vanguarda brasileira no tema. Segundo Marcos Jank, presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), as emissões brasileiras de gases causadores de efeito estufa medidas em 2006 teriam sido 10% maiores não fosse a contribuição do setor sucroenergético. Aliás, segundo ele, ao longo dos 35 anos em que o biocombustível tem sido utilizado em larga escala no Brasil, evitou-se a emissão de mais de 600 milhões de toneladas de CO2 e foram gerados ganhos de US\$ 240 bilhões em divisas que não foram utilizadas para comprar petróleo. Nas conferências, os representantes brasileiros do setor procurarão mostrar as diversas aplicações do combustível, tanto as já em uso no país -veículos leves e frotas de ônibus- como em fase de testes -aviões, motogeradores, máquinas e implementos agrícolas. Além do papel crescente do etanol na matriz energética, também se destacará o seu uso em substituição ao petróleo na produção de resinas e plásticos "verdes", que propiciam reduções significativas nas emissões de gases do efeito estufa. Também serão apresentadas pesquisas sobre a geração de eletricidade a partir do bagaço e da palha da cana. A matéria-prima brasileira apresenta-se como uma oportunidade interessante, ainda mais com a recente perda de interesse dos Estados Unidos por seu programa de etanol celulósico.

Como a demanda por combustíveis renováveis deve aumentar nos próximos anos, o Brasil poderá se tornar um exportador relevante. Para isso, contudo, é preciso investir em infraestrutura e logística para o setor. Nesse sentido, já houve, no início de novembro, a assinatura de um termo de compromisso entre seis companhias (Petrobras, Camargo Corrêa, Copersucar, Cosan, OTP e Uniduto) para estabelecer uma empresa para construir e operar um sistema logístico para transporte e armazenagem de líquidos, com ênfase em etanol. Mais iniciativas como essa estão a caminho e, no longo prazo, as oportunidades no setor de cana-de-açúcar não devem ser menosprezadas.

THAÍS MARZOLA ZARA é economista-chefe da Rosenberg Consultores Associados e mestre em economia pela USP.

A Bolívia não permitirá a produção com vistas à elaboração de agrocombustíveis; a prioridade é aumentar a produção de milho, trigo e açúcar, explicou a ministra de Desenvolvimento Rural e Terras, Memesia Achacollo, que chegou ao acampamento da Via Campesina e da Assembleia de Afetados Ambientais, no ginásio esportivo Jacinto Canek, com 86 delegados bolivianos.

A agricultura industrial só prejudica a terra e aumenta a pobreza nas comunidades; não é a resposta para situações como aquelas vividas no estado: enchentes, nevascas, secas e incêndios, que prejudicaram as plantações e as florestas, disse. Afirmou que na Bolívia os ministérios da Água, Agricultura e aquele que ela preside, atuam conjuntamente para apoiar a produção orgânica.

A delegação convocou diversas organizações para um pacto de unidade internacional e convidou os moradores a não se criarem seus próprios instrumentos políticos para romper com as políticas neoliberais. Não precisamos de armamento nem de mais dinheiro; a construção de um mundo novo está na unidade dos povos.

Neste espaço aberto, ao qual chegaram nesta segunda-feira mais milhares de pessoas para participar da marcha rumo ao Moon Palace em busca de um diálogo com o embaixador ou ministros de Meio Ambiente, choveram estes temunhos de comunidades mexicanas, italianas, brasileiras e gregas sobre a poluição de rios e de decorrência da atividade mineradora, as enchentes e a escassez de água devido à construção de barragens, os deslocamentos ambientais; a interrelação da crise econômica com a ambiental.

Paul Nicholson, da Via Campesina, comentou que na Europa há uma crise similar àquela que ocorre na América Latina há 15 anos. Na Espanha, 20% da população está desempregada; 40% dos jovens não encontram trabalho e diante disso a população com futebol e se induz o medo à perda de direitos. No mundo estamos entrando em uma crise sistêmica, enquanto no Moon Palace se fala da lua, não da realidade mundial. Por isso, vale mais um não acordo, do que um mau acordo que hipoteca o planeta.

“Estaluta ambiental é de vida ou morte”, disse Andrés Barreda, da Assembleia de Afetados Ambientais, e a comparou com a que se realizou no século XIX pelos direitos trabalhistas. As decisões da COP 16 implicarão morte de milhares de pessoas; não estão em jogo apenas a natureza.

“Venho das entranhas da besta”, disse Sunyung Yang, da Aliança Popular de Justiça Mundial, ao se referir à resistência dos migrantes, indígenas e trabalhadores atingidos pelas políticas norte-americanas. “O governo dos Estados Unidos joga um papel muito destrutivo. Sabemos que na COP 16 ameaçamos países do Sul para que assinem o acordo de Copenhague, no qual não se fixa como prioridade a redução da temperatura do planeta”, emendou.

E enquanto no ginásio esportivo se falava da luta contra a construção das barragens La Parota e El Zapotillo; da poluição dos lençóis freáticos e danos à saúde causados pela barragem Endhó, que capta as águas da cidade do México, aos habitantes do Valle del Mezquital; do fracasso das cidades rurais em Chiapas e do deslocamento de populações rurais devido à construção de barragens no Brasil, uma delegação da Via Campesina insistiu junto às autoridades estatais em que a marcha será pacífica e busca apenas o diálogo com participantes da COP 16.

Congresso norte-americano quer manter tarifa e subsídio ao álcool – Andrea Murta
– Folha de São Paulo – Mercado - 11/12/2010

Após meses de guerra de lobbies, líderes do Congresso americano apresentaram no Senado um projeto de lei para renovar nos níveis atuais as tarifas e os subsídios ao álcool nos Estados Unidos. A votação do texto deve começar na segunda-feira. A proposta veio dentro de um pacote acordado entre a Casa Branca e os republicanos sobre extensão de cortes de impostos introduzidos durante o governo de George W. Bush (2001-2009), que expirariam no final do mês. A lei mantém por mais um ano a tarifa de US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) de álcool importado e o subsídio de US\$ 0,45 por galão para o álcool misturado à gasolina. É um cenário que há anos limita o mercado americano ao produto vindo do Brasil. Exportadores brasileiros também recebem o subsídio ao álcool misturado à gasolina, mas têm a vantagem eliminada pela tarifa. Com o governo brasileiro, pressionam para derrubar ambos. Outra proposta em discussão, de baixar o subsídio para US\$ 0,36 por galão e manter a tarifa inalterada, parecia derrotada ontem. Baixar o subsídio e manter a taxa seria o pior cenário, pois na prática a tarifa seria dobrada. O Brasil, exortado pelo lobby dos produtores nacionais de cana-de-açúcar, já falava em levar os EUA a litígio na Organização Mundial do Comércio (OMC), caso essa proposta vingasse. A expectativa é que o texto mantendo os valores atuais seja aprovado no Senado.

Na Câmara, a batalha será mais dura. Deputados democratas vêm resistindo a apresentar o texto do acordo entre o presidente Obama e os republicanos, principalmente devido à oposição à extensão dos cortes de impostos. Vários querem alterações. Um grupo de 15 deputados deveria enviar ainda ontem carta à liderança democrata da Casa pedindo a retirada, do pacote, da parte do texto sobre o álcool. Mas a introdução de provisões sobre incentivos ao álcool e também sobre outras fontes de energia limpa foi uma barganha para angariar apoio ao texto completo. O acordo todo deve adicionar mais US\$ 900 bilhões ao déficit público dos EUA, avaliado hoje em US\$ 1,3 trilhão. É mais do que o custo do polêmico pacote de estímulo à economia que Obama extraiu do Congresso em 2009. A projeção de gastos com o subsídio é de US\$ 4,9 bilhões a US\$ 6 bilhões.

Lobby do etanol doou a políticos nos EUA - Alex Ribeiro - Valor Econômico – Agronegócios – 13/12/2010

Projeto no Senado prorroga subsídio e favorece indústria de álcool à base de milho

De Washington

O Senado americano vota hoje um projeto que prorroga por um ano o subsídio e a tarifa de importação do etanol. O grande vencedor é o poderoso lobby do etanol do milho, que doou cerca de US\$ 1 milhão às campanhas eleitorais nos últimos dois anos. Quem perde é a indústria brasileira de etanol de cana-de-açúcar, que montou uma cuidadosa estratégia para, entre outras coisas, mostrar à opinião pública que o combustível não é produzido às custas do desmatamento na Amazônia.

“No ano que vem, nossas chances serão melhores”, diz Bill Buff, da Stratacomm, empresa de relações públicas contratada para defender a causa do etanol brasileiro.

Em janeiro, assume uma nova Câmara dos Deputados com maioria da oposição republicana e uma bancada barulhenta do Tea Party, que defende corte de gastos públicos.

Uma importante entidade ligada a esse movimento conservador, o FreedomWorks, assinou carta aberta contra os incentivos.

Os EUA concedem subsídio de US\$ 0,45 por galão (3,8 litros) de etanol misturado à gasolina, e impõem uma tarifa de US\$ 0,54 sobre o galão importado. O sistema, que custa US\$ 6 bilhões ao ano e existe há três décadas, deve ser renovado graças a um dispositivo inserido num projeto de lei que trata de um assunto diferente, a extensão dos cortes de impostos feitos na administração do governo Geoge W. Bush.

O principal defensor do subsídio é o senador Charles Grassley, de Iowa, um tradicional Estado produtor de milho e responsável por 26% da capacidade de processamento de etanol nos EUA. Grassley recebeu R\$ 37,9 mil de organizações ligadas às usinas na sua campanha eleitoral deste ano, segundoo Centro para a Integridade Pública, uma ONG baseada em Washington. No total, as doações de entidades ligadas ao agronegócio somam R\$ 256 mil, segundo uma outra ONG, a OpenSecrets.

Na reta final dos debates, um grupo de 15 senadores, incluindo Grassley, assinou uma carta defendendo a prorrogação do subsídio.

Todos são da mesma região, o Meio-Oeste, onde fica o cinturão do milho. Em conjunto, as campanhas desses senadores receberam US\$ 999,9 mil em contribuições da indústria do etanol, segundo o Centro para a Integridade Pública.

Embora derrotado, o lobby brasileiro construiu uma coalizão americana em torno de seus interesses.

Pesquisas de opinião e entrevistas com eleitores mostraram que os americanos, mesmo os do Meio-Oeste, tendem a apoiar o fim dos subsídios, desde que confrontados com argumentos que mostram as vantagens aos EUA.

Entre eles, o fato de que o etanol de cana é ambientalmente melhor do que o de milho, custa menos e reduz a dependência do petróleo.

Era necessário, porém, trabalhar em alguns pontos fracos do Brasil, como a acusação de desmate da Amazônia, trabalho em condições precárias e existência de uma tarifa de importação de etanol no país (que foi zerada neste ano).

Pouco mais de 70 jornais publicaram editoriais contra o subsídios, entre eles o New York Times, Washington Post e Wall Street Journal. Cerca de 100 mil eleitores mandaram mensagens ao Congresso, e 17 senadores assinaram uma declaração pública pela extinção dos incentivos. Geograficamente, eles representam todas as regiões do país, com exceção do Meio-Oeste. Em Estados mais à esquerda, como a Califórnia, o eleitorado é mais sensível ao argumento de que o etanol feito de milho é menos eficiente do ponto de vista ambiental. Nos Estados mais conservadores, o corte do gasto público é o argumento mais forte.

Proposta contra álcool brasileiro avança nos EUA - ANDREA MURTA – Folha de São Paulo – Mercado – 14/12/2010

O Senado americano deu um passo importante para aprovar a extensão da tarifa e dos subsídios ao álcool nos EUA, mantendo os valores atuais -uma derrota para produtores do Brasil.

Os senadores conseguiram bem mais que os 60 votos necessários para encerrar o debate e levar a proposta a voto final na Casa, o que deve ocorrer hoje. Tudo indica que a medida passará com facilidade. Em seguida, será enviada para votação na Câmara.

A renovação da tarifa e dos subsídios faz parte de um pacote de acordo fechado entre a Casa Branca e republicanos cujo principal ponto é uma extensão de cortes de impostos para os mais ricos criados no governo de George W. Bush. Devido principalmente à oposição aos cortes de impostos, democratas que ainda controlam a Câmara preveem uma dura disputa nessa Casa quanto à aprovação final do

pacote.

Se a proposta passar também na Câmara, a tarifa imposta ao álcool importado, de US\$ 0,54 por galão (3,7 litros), valerá por mais um ano, assim como o incentivo ao álcool misturado à gasolina, de US\$ 0,45 por galão. O custo deve ser de US\$ 4,9 bilhões a US\$ 6 bilhões.

Os exportadores brasileiros de álcool fazem uso do subsídio ao álcool misturado à gasolina, mas a vantagem é mais do que eliminada pela tarifa. Na prática, há uma barreira comercial de US\$ 0,09 por galão. Uma vitória para o lobby dos produtores americanos de milho (origem do álcool local), a renovação encontra dura oposição nos EUA. Os maiores jornais classificam o gasto com os incentivos como desperdício.

EUA mantêm tarifas contra o etanol – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado – 16/12/2010

O Senado americano aprovou ontem por 81 votos a 19 um pacote de medidas que inclui a extensão nos níveis atuais da tarifa e dos subsídios ao álcool nos EUA. A medida está inserida em um pacote de acordo majoritariamente sobre cortes de impostos e vai agora para votação na Câmara. Se passar nessa Casa -o que tende a acontecer-, as taxas que há décadas limitam o mercado americano ao álcool brasileiro estarão mantidas por ao menos mais um ano. Entre elas estão a tarifa de US\$ 0,54 por galão para importação de álcool e o subsídio de US\$ 0,45 por galão para o produto misturado à gasolina. O setor da cana-de-açúcar brasileiro -matéria-prima do álcool nacional- está cada vez mais disposto a resolver a questão com um litígio internacional contra os EUA. "A decisão do Senado obviamente nos desagrada, e tudo indica que a Câmara vai adotar o texto como está", disse à **Folha** Joel Velasco, representante da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) nos EUA. "Mas os dias do subsídio e das tarifas distorcidas estão contados. Ou porque expiram ano que vem -e no novo Congresso as posições antigastos serão mais fortes- ou porque usaremos instrumentos de direito internacional." O grupo conversa há meses com o governo brasileiro sobre um possível painel na Organização Mundial do Comércio sobre a situação do álcool nos EUA. Segundo Velasco, um pedido formal da Unica a Brasília sobre o litígio deverá ser feito nas próximas semanas. Os exportadores brasileiros também recebem o subsídio americano, mas devido ao valor da tarifa há uma barreira comercial de US\$ 0,09 ao produto. Em 2009, o Brasil exportou cerca de 72 milhões de galões de álcool aos EUA. O país produz aproximadamente 6 bilhões de galões ao ano, perdendo no mundo só para os americanos, com 12 bilhões. Representantes de setores ambientais, de carne e antigastos dos EUA também criticaram a passagem da medida. A renovação dos subsídios custará entre US\$ 4,9 bilhões e US\$ 6 bilhões. Mas congressistas ligados aos produtores de milho americano (origem do álcool local) celebraram. "Essa lei estende 51 incentivos fiscais diferentes", disse o senador Chuck Grassley (republicano de Iowa). "Esses incentivos vêm sendo renovados porque são úteis na criação de atividade econômica."

IMPOSTOS

As chances de fracasso do pacote na Câmara são baixas, apesar de haver mais oposição lá devido às cláusulas sobre impostos. Fruto de acordo entre a Casa Branca e os republicanos, as medidas estendem por dois anos as faixas e descontos atuais no Imposto de Renda, inclusive para os americanos que ganham mais de US\$ 200 mil ao ano. Obama cedeu a exigências republicanas em troca de concessões como o prolongamento por 13 meses do seguro-desemprego.

Avanço chinês em eólica preocupa EUA – Tom Zeller Jr. E Keith Bradsher – Folha de São Paulo – Mercado – 17/12/2010

Em Pipestone, Minnesota, estão as três únicas turbinas eólicas de fabricação chinesa em operação nos EUA. Mas isso pode mudar quando a Goldwind USA e outras empresas sob controle chinês implementarem seus planos para um forte avanço no mercado norte-americano, nos próximos meses. Alguns afirmam que os chineses devem ser recebidos de modo positivo, dados os empregos ecológicos que criarão e a aceleração que seu equipamento propiciará na adoção de fontes renováveis de energia pelos EUA. Outros consideram que a presença deles será uma ameaça ao emprego e aos lucros do setor nos EUA. "Não podemos ficar inertes enquanto a China toma a liderança na produção de energia limpa", disse o senador democrata Sherrod Brown, durante debate sobre subsídios federais à energia eólica, alguns meses atrás. Sentimentos como esse ajudam a explicar por que a Goldwind dá uma fachada norte-americana aos seus esforços e divulga planos que envolvem mais que a simples importação de equipamentos chineses de baixo custo. "A abordagem da Goldwind é a de que vamos construir uma estrutura orgânica norte-americana", disse o texano Scott Rowland, vice-presidente de engenharia da empresa e antigo funcionário da First Wind, uma companhia de criação de centrais eólicas de Boston.

FÔLEGO

Ao entrar no mercado norte-americano, a indústria chinesa chega a um líder mundial em capacidade de geração de energia eólica, com cerca de 41 gigawatts. Apenas a China gera mais -cerca de 43 gigawatts-, ainda que para uma população mais de quatro vezes superior à dos Estados Unidos. E a economia tépida dos Estados Unidos, os preços baixíssimos do gás natural e as questões persistentes sobre a política federal de energia eólica vêm bloqueando o avanço do setor nos EUA. No momento, ele responde por apenas 85 mil empregos. Até mesmo a líder do mercado norte-americano, a General Electric, reportou queda acentuada em suas vendas de turbinas no terceiro trimestre, ante o mesmo período do ano passado. Tudo isso parece indicar que as perspectivas de mercado para as chinesas são modestas. Mas essas companhias podem jogar na espera, porque contam com grande apoio do

governo chinês, na forma de empréstimos a juros baixos e outras vantagens. A Goldwind é a divisão norte-americana de uma estatal chinesa que se tornou a quinta maior fabricante mundial de turbinas: a Xinjiang Goldwind Science and Technology Company.

Para ajudar a financiar seus esforços internacionais, a Xinjiang Goldwind levantou cerca de US\$ 1 bilhão em capital com uma oferta pública inicial de ações em Hong Kong, em outubro.

Também dispõe de linha de crédito a juros baixos de US\$ 6 bilhões oferecida pelo Banco de Desenvolvimento da China, estatal, em maio.

CONFIANÇA

As turbinas eólicas fabricadas por empresas chinesas custam em média US\$ 600 mil por megawatt, ante US\$ 800 mil ou mais para os modelos ocidentais feitos com componentes chineses.

Os preços são ainda mais altos para as máquinas europeias e norte-americanas. Bancos ocidentais vêm hesitando em fazer empréstimos para projetos eólicos que adquiram equipamento chinês devido a preocupações quanto à confiabilidade deles, de acordo com Robert Todd, diretor do grupo de energia renovável, recursos naturais e energia do banco HSBC, em Hong Kong. Mas há poucos outros projetos de grande porte em curso. A Associação Americana de Energia Eólica estima que neste ano apenas 5.500 megawatts de capacidade nova venham a ser instalados nos Estados Unidos. Isso equivale a apenas metade do total de 2009 e fica bem abaixo dos 17,6 mil megawatts, ou mais, que estão sendo instalados na China. Os defensores da entrada dos fabricantes chineses afirmam que a disponibilidade de turbinas chinesas de baixo custo e o financiamento generoso que os bancos estatais chineses oferecem aos compradores podem recolocar o setor eólico no caminho do crescimento.

"A energia eólica nos Estados Unidos está em estado desordenado devido a uma falta de recursos", disse Andrew Hang Chen, presidente da Usfor Energy, uma consultoria de Pittsburgh que assessora o governo da China e as estatais de energia eólica. Boa parte da fabricação de equipamentos norte-americanos de energia eólica é realizada no exterior.

A Associação Americana de Energia Eólica estimou que cerca de 50% dos componentes de uma turbina eólica média norte-americana sejam importados, hoje.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Produtores de etanol vão à OMC contra os EUA - Karina Lignelli e Fernando Eichenberg – O Globo – Economia – 17/12/2010

SÃO PAULO e WASHINGTON. A Unica, associação que reúne as usinas de açúcar e etanol da região Centro-Sul, informou ontem que vai entrar com um processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as barreiras comerciais que os Estados Unidos impõem ao etanol brasileiro. Em comunicado, o presidente da Unica, Marcos Jank, disse que o setor se decepcionou com a decisão do Senado americano de manter por mais um ano a tarifa de US\$0,54 por galão (3,17 litros) de etanol importado, além dos subsídios que protegem a indústria do etanol de milho americana, estimados

em US \$6 bilhões anuais.

Jank lembrou que nem “os apelos da sociedade civil americana”, que incluíram editoriais de jornais e artigos de opinião, além de mais de 80 mil cartas enviadas por cidadãos ao Congresso americano, foram considerados pelos parlamentares. “Enquanto assistimos decepcionados à decisão dos senadores, sabemos que os dias de proteção comercial e de subsídios para a produção americana de etanol estão contados, em razão do seu término previsto para o fim de 2011, ou por meio de um litígio na OMC”, afirmou Jank no comunicado.

O presidente da Unica destacou ainda que os EUA “não estão comprometidos com um comércio livre e justo que envolve energias limpas”.

De acordo com o comunicado, a Unica vai discutir com o governo brasileiro a abertura de uma ação na OMC, já que foram esgotadas as demais opções para resolver as diferenças entre os países pelo diálogo e dentro da legislação americana.

“É chegado o momento para que a OMC resolva a questão, à luz do direito internacional e de medidas cabíveis”, finalize a nota.

Joel Velasco, representante da Unica nos EUA, no entanto, não considera a batalha perdida: — É obviamente decepcionante, mas não um nocaute. Acredito que no próximo round o outro lado (EUA) perderá pontos.

No pacote de medidas aprovado no Senado americano, por 81 votos a favor e 19 contra, foi prorrogada por mais um ano a tarifa de US\$0,54 por galão (equivalente a 3,78 litros) de importação do etanol brasileiro. As medidas, a um custo estimado de até US\$6 bilhões — de um total de mais de US\$1 trilhão do pacote inteiro —, agora deverão ser apreciadas pela Câmara.

— Numa árvore de Natal de US\$1 trilhão, puseram um enfeitezinho de US\$6 bilhões que não conseguem tirar — queixouse Velasco.

Para ele, a manutenção da tarifação terá efeito sobre os investimentos no Brasil: — Ninguém estava planejando aumento das exportações sem a queda da tarifa. O que (a manutenção da tarifa) pode afetar é o nível de investimento no setor sucroenergético no Brasil. Sem o imposto aqui, haveria mais recursos para aumentar a produção para exportação.

No terreno político, o Brasil conta com as alterações no tabuleiro político americano no ano que vem para alcançar seus objetivos. A avaliação é a de que com a nova maioria republicana na Câmara e a relevância do alto déficit fiscal americano, “as chances de uma nova extensão dos subsídios são mínimas”, aposta Velasco.

No ano passado, o Brasil exportou cerca de 72 milhões de galões de álcool para os EUA.

Obama sanciona subsídio ao álcool – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Mercado
18/12/2010

O presidente Barack Obama sancionou ontem a lei que estende tarifas e subsídios ao produto brasileiro ao país. A medida foi duramente combatida por lobistas e diplomatas do Brasil em Washington, que avaliam agora usar respostas jurídicas e iniciar um litígio na Organização Mundial do Comércio. O pacote foi aprovado pelo Senado na quarta-feira e passou no fim da noite de quinta na Câmara por 277 votos a 148, após um dia tenso em que democratas tentaram em vão fazer emendas a propostas de cortes de impostos.

Irão até 2011 tanto a tarifa de US\$ 0,54 por galão (3,8 litros) à importação de álcool quanto os subsídios de US\$ 0,45 por galão para o álcool misturado à gasolina e US\$ 0,10 por galão para pequenos produtores. As tarifas foram criadas para compensar o fato de que o produto estrangeiro também faz uso do subsídio ao álcool misturado à gasolina. Mas, como a taxa é mais alta que o incentivo, produtores a consideram uma distorção (na prática há uma barreira de US\$ 0,09 por galão).

DISPUTA

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) conversa há meses com o Itamaraty sobre a possibilidade de pedir um painel da OMC para avaliar a questão. A expectativa é que façam um pedido formal ao governo brasileiro em janeiro. Fontes empresariais e diplomáticas com quem a **Folha** conversou sinalizaram receptividade do Brasil com a ideia. O problema é que essa via costuma demorar. Além disso, como ficou claro nas disputas entre Brasil e EUA neste ano por conta do contencioso do algodão, mesmo vencer na OMC não assegura que os americanos seguirão a decisão do órgão e acabarão com práticas eventualmente consideradas ilegais automaticamente.

"Os EUA subsidiam o álcool de milho e impõem barreiras à importação há 30 anos. Está claro que não são comprometidos com o comércio aberto e justo em energia limpa, particularmente quanto ao álcool", disse a Unica, em nota, após a passagem da medida no Senado. O grupo não se pronunciou ontem.

EMPREGOS

Nos EUA, lobbies ligados aos produtores de milho celebraram a vitória. Segundo congressistas, o fim dos programas custaria 112 mil empregos na indústria americana do álcool. Os EUA produzem 12 bilhões de galões de álcool de milho por ano. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, com 6 bilhões de galões, e exportou, em 2009, cerca de 72 milhões de galões ao país. A aprovação do pacote foi uma vitória para os republicanos devido à extensão das atuais faixas de descontos do Imposto de Renda. O governo Obama pretendia deixar expirar os descontos para quem ganha mais de US\$ 200 mil anuais, mas se disse encurralado pelas exigências da oposição. Obama cedeu para ver aprovada a extensão do seguro-desemprego e outras medidas de estímulo econômico. O custo total do pacote está avaliado em quase US\$ 900 bilhões, que serão acrescentados a um déficit público que atinge US\$ 1,3 trilhão. O diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, disse apoiar o pacote, pois "o crescimento [da economia dos EUA] é o principal problema para resolver".

O etanol brasileiro e o protecionismo americano – José Carlos Grubisich – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010

A relevância conquistada pelo setor de bioenergia nos últimos anos é indiscutível. O sucesso do carro flex, que motiva a escolha dos consumidores por um combustível mais limpo e competitivo, e a preocupação pela sustentabilidade, são realidades que elevam o etanol da cana como alternativa viável para a diversificação da matriz energética mundial.

O setor viveu um crescimento acelerado nos últimos anos. Entre 2006 e 2010, o consumo no Brasil passou de 12 bilhões para 26 bilhões de litros. A tendência é que

esse ritmo seja mantido, superando os 50 bilhões de litros por ano ao final de 2015. Além de aumentar sua capacidade de produção, a indústria nacional fortaleceu seu compromisso com a sustentabilidade. Foram implantados programas consistentes de redução do consumo de água, valorizados os resíduos agrícolas e industriais e eliminada a queimada da cana. Houve mecanização completa do plantio e da colheita da cana e significativas melhorias nas condições de trabalho. Ao mesmo tempo em que o Brasil e outros importantes países assinaram, na COP-16, compromissos para a consolidação de uma matriz energética limpa, o Congresso norte-americano decidiu manter o ultrapassado sistema de subsídio e altas barreiras tarifárias, que atrasam a evolução de uma economia de baixo carbono. Por pelo menos mais um ano, um dos principais mercados consumidores manterá a alta tarifa de US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) sobre o etanol importado. Além disso, mais de US\$ 6 bilhões anuais serão direcionados para subsídios que protegem a indústria americana do etanol de milho. Diferente do derivado de milho, o etanol de cana é reconhecido pela EPA (Agência de Proteção Ambiental Americana) como combustível avançado, capaz de reduzir as emissões de CO₂ em mais de 61% quando comparado à gasolina. O Brasil trabalha intensamente na consolidação do etanol da cana como commodity internacional. O país tem experiência e tecnologia para aumentar a capacidade de suas unidades agroindustriais e construir novas plataformas de desenvolvimento em outros países.

Essas ações vão garantir segurança na oferta de etanol no médio e longo prazo. Vivemos em um mundo onde as decisões estratégicas devem ultrapassar os interesses comerciais e políticos de curto prazo. É inadiável que os países se comprometam com essa nova atitude para que exista um mercado justo, verdadeiramente globalizado, competitivo e, acima de tudo, sustentável.

JOSÉ CARLOS GRUBISICH é presidente da ETH Bioenergia.

Alta no preço do álcool faz gasolina ser mais vantajosa para os consumidores –
Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010

O preço do álcool dispara, já encosta em R\$ 2 por litro nos postos da cidade de São Paulo e perde competitividade em relação à gasolina. É o que mostra pesquisa semanal feita pela Folha em 50 postos de todas as regiões da capital paulista. O preço médio do álcool nos postos paulistanos subiu para R\$ 1,755 nesta semana, 70% do valor médio da gasolina, que é de R\$ 2,522. A partir desse percentual, é mais vantagem para o consumidor abastecer com gasolina, devido ao melhor rendimento do combustível. Como a média de preços da cidade serve apenas para referência, o consumidor fiel a algum posto deve fazer o cálculo em seu local de abastecimento. Se na divisão do preço do álcool pelo da gasolina o resultado for superior a 0,70 (ou 70%), a opção deve ser pelo derivado de petróleo. Em alguns postos, por exemplo, o álcool já é negociado a R\$ 1,999, e a gasolina a R\$ 2,699. Aqui, a paridade já é de 0,74 (ou 74%). Alguns postos, no entanto, ainda mantêm o álcool a R\$ 1,599, valor que ainda é mais vantajoso para o consumidor.

Essa taxa de 70%, no entanto, não deve ser aceita como definitiva pelos consumidores. É recomendável um controle de quantos quilômetros o veículo roda com álcool e com gasolina, principalmente porque a média de consumo não é a mesma para todos os veículos.

O preço mais elevado do álcool chega mais cedo para o consumidor paulistano neste ano porque houve crescimento da demanda do combustível -devido ao aumento da venda de carros flex- e moagem de cana abaixo do previsto. Neste mesmo período de 2009, o álcool valia R\$ 1,623 por litro.

Álcool O hidratado foi a R\$ 1,0798 por litro nesta semana nas usinas. O anidro subiu para R\$ 1,2060, segundo o Cepea.

China e etanol agitam mercado de milho - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócio – 20/12/2010

Demanda do país asiático e subsídio nos EUA sustentam preços; exportação do Brasil pode ser favorecida

De São Paulo

A recente entrada da China no mercado internacional de milho como compradora e a manutenção dos subsídios ao etanol à base do grão nos EUA devem manter os preços do cereal em patamares elevados em 2011, favorecendo, ainda que indiretamente, as exportações brasileiras de milho.

Os volumes importados pela China ainda são pequenos — na safra passada foram 1,3 milhão de toneladas e na atual, 1 milhão —, mas analistas e exportadores consideram que há uma mudança estrutural no país asiático, que está deixando de ser exportador para virar importador de milho, no curto a médio prazo.

Na safra 2006/07, a China chegou a exportar mais de cinco milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

No caso do etanol americano, a prorrogação do subsídio de US\$ 0,45 por galão do biocombustível misturado à gasolina deve manter elevada a demanda por milho para fim.

As duas situações favorecem o Brasil. De um lado, o consumo forte nos EUA sustenta os preços internacionais e favorece as exportações brasileiras, que este ano alcançam 10 milhões de toneladas, graças a subsídios ao frete. De outro, a demanda chinesa desloca exportadores de milho, como os EUA, deixando espaço para o Brasil em mercados antes atendidos pelos americanos.

“Há uma mudança estrutural na China, onde a produção de carnes cresce a taxas expressivas. O país está gradualmente deixando de ser exportador para se tornar

importador”, observa Anderson Galvão, da Céleres. O milho é usado na ração de frango e suínos, principalmente.

O analista reconhece que as importações ainda são pequenas, mas lembra que historicamente a China tinha estoques de 120 milhões a 130 milhões de toneladas de milho. Hoje são 60 milhões.

O governo brasileiro já observa o novo cenário. “A China é um fato novo.

Com um estoque desse tamanho não deveria estar importando”, comenta Sílvio Farnese, diretor de programas da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Ele diz que se o país se tornar efetivamente importador de milho, haverá impacto no mercado, assim como ocorreu com a soja — a China importará este ano 57 milhões de toneladas da oleaginosa, boa parte dos EUA e do Brasil. Segundo Farnese, há quem avalie que as compras chinesas de milho possam alcançar 10 milhões a 15 milhões de toneladas num prazo de três a quatro anos.

Ainda que o estoque chinês seja gigantesco — maior que a safra brasileira de milho de 52,5 milhões de toneladas —, é preciso considerar que a China vive forte demanda por alimentos, mas tem restrições para ampliar sua agricultura, já que enfrenta déficit de água e solos pobres, principalmente na região norte, como lembra uma fonte de indústria com atuação no país asiático.

Galvão avalia que as tradings que estão no Brasil e exportam soja para a China podem aproveitar os canais já existentes para vender milho. A fonte da indústria concorda e admite que, a depender da demanda, a instalação de uma processadora de milho na China “pode ser viável”.

César Borges, vice-presidente da Caramuru Alimentos, diz que “todo mundo que está no mercado olha para a China”, pois o país é um comprador não só de soja, mas também de milho. O que está na mesa, diz Leonardo Sologuren, diretor da consultoria Clarivi, é a capacidade da China de ampliar seu plantio de milho, hoje em 30 milhões de hectares, em três a quatro milhões nos próximos dez anos. Se isso não ocorrer, diz, o país terá de ampliar as importações em dois a três anos.

Dissonante, Paulo Molinari, da Safras & Mercado, acredita que as importações chinesas foram pontuais, reflexo do excesso de chuvas em regiões de produção. “A China vai se tornar importadora de milho, mas não no ano que vem”, diz.

Ver mais sobre etanol à página A8

Álcool volta a ter alta na usina em São Paulo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010

Tendências

De São Paulo

A entressafra de cana-de-açúcar no Centro Sul se aproxima e o indicador Cepea/Esalq para o etanol volta a subir em São Paulo. Na semana entre 13 e 17 deste mês, o litro do anidro, que é misturado à gasolina, atingiu R\$ 1,206, alta de 0,57%. Já o hidratado, usado para abastecer veículos, subiu 1,17% atingindo R\$ 1,0798.

Na mesma semana de dezembro de 2009, o anidro valia R\$ 1,1496, o que significa que os preços atuais são 4,9% mais altos.

No caso do hidratado, a alta é de 5,4% em relação aos preços de igual intervalo de 2009 (R\$ 1,024).

“As altas vêm ocorrendo desde julho. Agora, o preço em São Paulo já está se aproximando de 70% do preço da gasolina, ou seja, está perdendo a competitividade”, diz Mirian Bacchi, professora da Esalq e pesquisadora do Cepea.

Apesar dos níveis mais altos, os valores do hidratado na safra 2010/11 são o quarto menor da década, descontada a inflação, afirma ela. Entre abril e novembro deste ano, o preço médio do hidratado na usina foi de R\$ 0,94647.

Entre abril e novembro de 2009, esse valor médio foi de R\$ 0,89581.

Segundo a pesquisadora, neste ano os preços apresentam menor variação, comportamento que deve se estender à entressafra.

“Nesta temporada, a variação do menor para o maior preço foi de cerca de 38%, ante os mais de 100% da temporada passada”, compara. (Fabiana Batista)

Álcool volta a ter alta na usina em São Paulo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010

Tendências

A entressafra de cana-de-açúcar no Centro Sul se aproxima e o indicador Cepea/Esalq para o etanol volta a subir em São Paulo. Na semana entre 13 e 17 deste mês, o litro do anidro, que é misturado à gasolina, atingiu R\$ 1,206, alta de 0,57%. Já o hidratado, usado para abastecer veículos, subiu 1,17% atingindo R\$ 1,0798.

Na mesma semana de dezembro de 2009, o anidro valia R\$ 1,1496, o que significa que os preços atuais são 4,9% mais altos.

No caso do hidratado, a alta é de 5,4% em relação aos preços de igual intervalo de 2009 (R\$ 1,024).

“As altas vêm ocorrendo desde julho. Agora, o preço em São Paulo já está se aproximando de 70% do preço da gasolina, ou seja, está perdendo a competitividade”, diz Mirian Bacchi, professora da Esalq e pesquisadora do Cepea.

Apesar dos níveis mais altos, os valores do hidratado na safra 2010/11 são o quarto menor da década, descontada a inflação, afirma ela. Entre abril e novembro deste ano, o preço médio do hidratado na usina foi de R\$ 0,94647.

Entre abril e novembro de 2009, esse valor médio foi de R\$ 0,89581.

Segundo a pesquisadora, neste ano os preços apresentam menor variação, comportamento que deve se estender à entressafra.

“Nesta temporada, a variação do menor para o maior preço foi de cerca de 38%, ante os mais de 100% da temporada passada”, compara. (Fabiana Batista)

Biodiesel

Exportação de soja deve bater recorde em 2011- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 07/12/2010

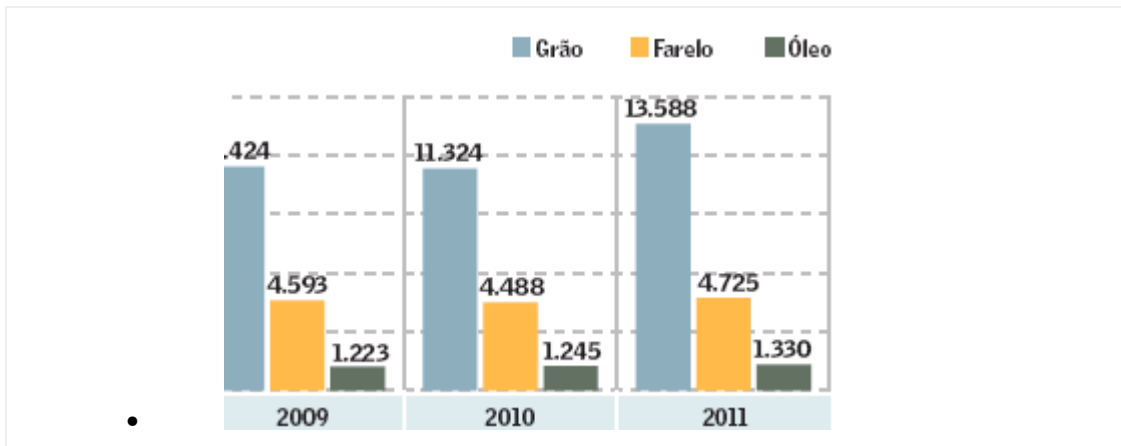
A escalada dos preços internacionais da soja e seus derivados (farelo e óleo) deverá propiciar um novo recorde histórico da receita das exportações brasileiras desses produtos no ano que vem.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os embarques deverão render, no total, US\$ 19,643 bilhões em 2011, 15,2% mais que o previsto para este ano, 9,2% acima do recorde 2008 e quase quatro vezes mais que em 2001. Mas cresce a expectativa de que a marca de US\$ 20 bilhões poderá ser superada pela primeira vez.

Em 2008, a “explosão” das commodities que antecedeu o aprofundamento da crise financeira global impulsionou as exportações do chamado complexo soja a US\$ 17,986 bilhões, valor quase 60% superior ao de 2007.

E a marca foi atingida com um câmbio mais favorável do que o atual. O dólar médio (Ptax) fechou 2008 em R\$ 1,83747. Em 2010, até ontem, ficou em R\$ 1,76475, segundo cálculos do Valor Data.

Os picos de preços alcançados em junho de 2008 ainda não foram revisitados, mas desde então as cotações internacionais não mais recuaram às médias históricas observadas até 2007. Atualmente, estão cerca de duas vezes mais elevadas.



Aumentar

Em 2010, quando a demanda externa puxada pela China seguiu firme e problemas climáticos prejudicaram as colheitas no Hemisfério Norte, um novo surto ascendente ganhou fôlego em julho— também contaminado, como o de 2008, por uma boa dose de especulação.

Cálculos do Valor Data mostram que, mesmo com a queda de 0,9% de ontem, os contratos futuros de segunda posição de entrega da soja em grão (que domina as exportações do complexo, como mostra o infográfico acima), mantêm altas de 23,53% em 2010 e de 23,3% em 12 meses na bolsa de Chicago.

Como o fenômeno La Niña ainda ameaça as lavouras que estão sendo plantadas no Hemisfério Sul, sobretudo na Argentina e no Sul do Brasil, as cotações seguem sustentadas e poderão subir ainda mais. Para analistas, as exportações poderão bater um novo recorde mesmo em caso de diminuição da safra — mas, nesse caso, é difícil prever até que ponto.

Em sua última pesquisa de campo, a Conab estimou a área plantada de soja no país entre 23,737 milhões a 24,2 milhões de hectares nesta safra 2010/11, acima dos 23,468 milhões de 2009/10. Já a produção, por conta de efeitos climáticos, deverá ficar entre 67,687 milhões e 69,004 milhões de toneladas, ante 68,688 milhões no ciclo passado, quando o clima foi praticamente ideal e a produtividade foi bastante elevada.

Em Mato Grosso, maior Estado produtor do país, o La Niña atrasou o plantio e, com isso, a disponibilidade de soja será menor em janeiro. Mas não há quebra prevista. No Paraná e no Rio Grande do Sul, outros grandes celeiros, ainda não houve problemas, mas a ameaça persistirá até o fim de março do próximo ano.

“Para surpresa dos produtores, por enquanto está tudo bem. Mas o risco existe”, diz Antonio Sartori, da corretora Brasoja, de Porto Alegre.

Com a preocupação na região, que alimenta no agricultor a esperança de novos aumentos de preços, ainda há cerca de 1 milhão de toneladas de soja colhidas em 2010 que não foram comercializadas no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, as vendas antecipadas da nova safra do Estado, que será colhida em 2011, não passam de 20% do

previsto.

Em Mato Grosso, onde o plantio está quase concluído, mais da metade da futura colheita já foi vendida por conta da recente valorização.

“As exportações prometem. Poderemos passar dos US\$ 20 bilhões”, acredita Renato Sayeg, da Tetras Corretora, de São Paulo. Para ele, dependendo do que acontecer no Hemisfério Sul é possível que o bushel (27,2 quilos) do grão volte a superar US\$ 16 na bolsa de Chicago, como aconteceu em 2008.

Sayeg lembra que o mercado está particularmente sensível às projeções de oferta global no ciclo 2010/11, em larga medida porque se consolida a expectativa de que a China, que lidera as importações globais de soja em grão, poderá comprar mais do que o previsto.

Pesquisa de novembro do Departamento da Agricultura dos EUA (USDA) indicam que as importações chinesas chegarão a 57 milhões de toneladas em 2010/11, 13,2% mais que em 2009/10. O USDA prevê os embarques do Brasil, o segundo maior exportador mundial de soja em grão, em 31,4 milhões de toneladas, um aumento de quase 10%.

Para a Abiove, serão 31,6 milhões de toneladas de soja em grão, além de 13,5 milhões de toneladas de farelo e 1,4 milhão de óleo. O volume de exportação dos derivados derrapa desde a Lei Kandir, de 1996, que estabeleceu a cobrança de ICMS no transporte interestadual do grão e desestimulou o processamento da oleaginosa para o mercado externo.

Mas as reclamações das indústrias perderam o gás nos últimos anos, quando a demanda doméstica por farelo cresceu com o avanço da produção de carnes e o consumo de óleo aumentou em razão do avanço do programa nacional do biodiesel.

Confiança do agricultor brasileiro segue em alta

O Índice de Confiança do Produtor (ICP) criado pela consultoria Uni.Business Estratégia subiu novamente em novembro, pelo quinto mês consecutivo, e voltou a atingir seu mais alto nível de 2010. O indicador da empresa, que no fim do primeiro semestre estava em 47,2 pontos, alcançou no mês passado 117,5 pontos, ante 114,2 em outubro.

Continuam colaborando para o aumento da confiança geral dos agricultores brasileiros problemas na oferta em países exportadores, a aquecida demanda internacional e o dólar fraco diante de outras moedas, o que costuma tornar as commodities mais atraentes aos investidores.

É um cenário que vale para commodities como açúcar, café, algodão e milho. Mas, especialmente na soja, mercado em que a conjuntura descrita cabe como uma luva, a confiança no campo é tanta que já se confunde com euforia.

Tanto que o ICPSoja— índice da Uni.Business que mede especificamente a confiança dos sojicultores do país — aumentou 10,7 pontos percentuais de outubro para novembro e bateu em 114,8 pontos, quando em junho estava em 47,2.

A consultoria realiza o levantamento geral com base em um cadastro formado por cerca de 6,5 mil produtores de 16 Estados. O índice é formado a partir de pelo menos 400 entrevistas válidas.

Aparentemente a confiança dos agricultores brasileiros, os de soja inclusive, não terá motivos para arrefecer até fevereiro, quando estarão maduros os cálculos sobre eventuais perdas provocadas pelo La Niña, principalmente no Sul.

Também no primeiro trimestre começarão a pesar sobre o mercado as estimativas de plantio no Hemisfério Norte em 2011/12. E, por enquanto, a tendência é de alta.

Exportações de biodiesel na Argentina crescem 10,6% no ano- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010

Em novembro passado as exportações de biodiesel na Argentina alcançaram 132,87 milhões de litros a um preço médio ponderado de U\$S 966 a tonelada, valor 4,5% maior que em outubro deste ano e o mais elevado desde dezembro de 2008.

A recomposição do valor das exportações do biocombustível esteve amarrada à alta nos preços do óleo de soja bruto (insumo base do biodiesel no mercado argentino), que passou de U\$S 901/t em agosto último para U\$S 945/ t em setembro, U\$S 1.046/ t em outubro e U\$S 1.138/ t em novembro (média mensal FOB publicada pelo Ministério da Agricultura).

O crescimento dos valores das exportações e a nova política intervencionista no mercado doméstico de combustíveis aumentaram o interesse pelas exportações nos últimos meses (veja gráfico).

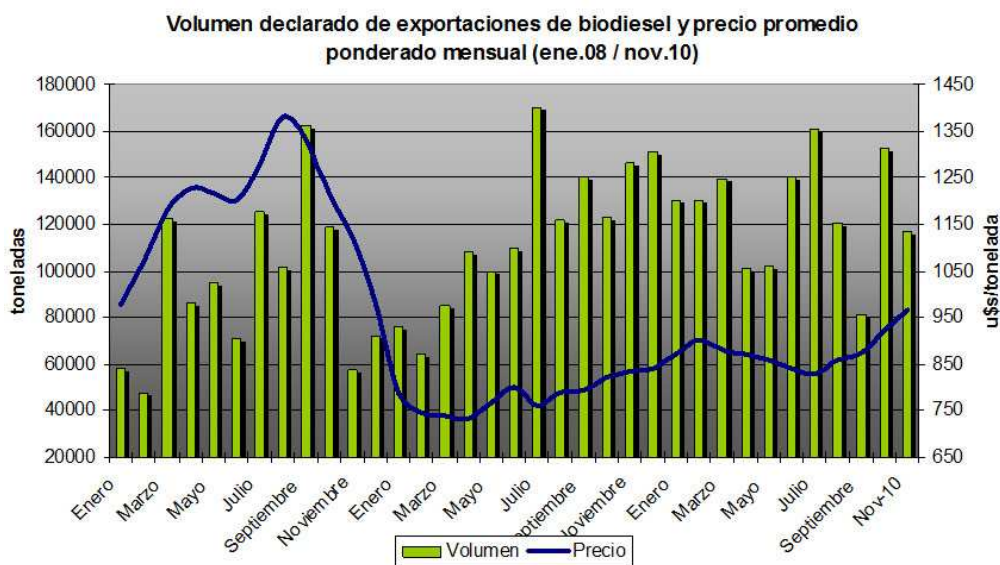
Nos primeiros 11 meses de 2010 as vendas externas declaradas de biodiesel foram de 1,56 bilhão de litros, contra 1,41 bilhão no mesmo período de 2009 (ou seja, um aumento de 10,6%). A atividade é favorecida por um tratamento tributário diferenciado (o biodiesel tem uma taxa de exportação que chega a 14%).

Dos embarques totais registrados em novembro, 58,4% foram notificados para a Espanha, 20,7% para a Holanda, 18,6% para Itália e 2,4% para o Peru.

O mercado nacional de biodiesel continua sob intervenção do Secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno. Nesse contexto, até esta data não foram publicados os preços oficiais do biodiesel nos meses de outubro, novembro e dezembro.

As principais empresas processadoras e exportadores de biodiesel são representadas pela Câmara Argentina de Biocombustíveis (Carbio).

Clique na imagem para ampliar:



Fonte: **Infocampo**

Tradução Alice Duarte – BiodieselBR.com

EUA devem renovar subsídios para o biodiesel- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 08/12/2010

Os créditos fiscais para o biodiesel e o etanol nos Estados Unidos deverão ser prorrogados temporariamente até o final de 2011. A decisão de reestabeler o subsídio foi incluída em um acordo fiscal que estende os cortes de impostos da era Bush. O senador Republicano Chuck Grassley, membro do Comitê de Finanças do Senado, informou à imprensa que o crédito fiscal de U\$ 1 por galão para o biodiesel terá efeito retroativo

a

2010.

O subsídio concedido ao biodiesel expirou no dia 31 de dezembro de 2009 e de lá para cá o setor vem sofrendo retração, com perdas significativas de postos de trabalho. Já o crédito referente ao etanol, de 45 centavos de dólar por galão, estava previsto para expirar até o final deste ano.

Os detalhes da proposta permanecem desconhecidos. Ainda não se sabe se os valores serão os mesmos ou serão reajustados. Para o etanol há uma discussão para diminuir o crédito fiscal para 36 centavos de dólar por galão.

Alice Duarte – BiodieselBR.com

Pesquisa da UE questiona credenciais verdes dos biocombustíveis- Sítio Eletrônico Biodiesel Br – 16/12/2010

Uma investigação na União Europeia sobre os biocombustíveis que durou um ano concluiu que algumas das credenciais verdes deste combustível podem ser comprometidas por efeitos colaterais, que precisam ser solucionados, disseram oficiais da UE.

A indústria multibilionária teme a imposição de futuras barreiras contra biocombustíveis não-sustentáveis produzidos a partir de alimentos, mas o esperado relatório da Comissão Europeia não deverá propor novas ações. Ao contrário, deve recomendar mais seis meses de estudo.

O relatório vem após um ano de batalhas internas entre especialistas da Comissão, que colocaram em dúvida os planos da UE de criar um mercado de 17 bilhões de dólares por ano para biocombustíveis de produtores como a França, Alemanha, Brasil, Malásia e Indonésia.

O investimento europeu em biocombustíveis foi reduzido à metade devido às dúvidas sobre as credenciais verdes do setor e ao desafio climático.

"Agora devemos promover segurança em sustentabilidade e segurança para investidores nos setores da UE de combustíveis e transporte e para os países produtores", disse o comissário de Energia da UE, Guenther Oettinger, quando questionado sobre o relatório.

PERIGO

CONCRETO

A recente incerteza sobre os investimentos tem sido provocada por um novo conceito conhecido como "uso indireto da terra" (Iluc, na sigla em inglês).

Na essência, isso significa que se uma lavoura de grãos for substituída por uma cultura para biocombustíveis, alguém, em algum lugar, vai passar fome, a menos que as toneladas perdidas sejam cultivadas em outro lugar.

As culturas que podem sofrer com isso, frequentemente, vêm de zonas tropicais, encorajando produtores a buscar novas terras em regiões férteis de florestas. A queima destas áreas pode aumentar em grande quantidade a emissão de gases de efeito estufa, cancelando benefícios trazidos por biocombustíveis.

"(A mudança do) uso indireto da terra é um perigo concreto", disse Oettinger. "É um processo econômico normal que os acres agrícolas sejam usados para produção de biocombustíveis".

"Há um perigo que o desmatamento ocorra", acrescentou. "É de nosso interesse ter um instrumento para evitar este processo".

A Comissão realizou 15 estudos em diferentes culturas usadas para biocombustíveis, com a conclusão média de que na próxima década as políticas europeias de biocombustíveis sofram um impacto direto igual ao de 4,5 milhões de hectares de terra - uma área do tamanho da Dinamarca.

Se isso ocorrer com a limpeza de áreas selvagens, como normalmente dita a economia, isso resultaria em uma emissão exclusiva de 200 milhões de toneladas de carbono - praticamente o mesmo que as emissões de combustíveis fósseis pela Alemanha, de acordo com cálculos da Reuters.

ÚLTIMO

PASSO

Os ambientalistas e muitos políticos querem algum tipo de redução ao incentivo aplicado aos biocombustíveis que são produzidos a partir de alimentos para refletir tal impacto.

A indústria argumenta que o assunto deve ser tratado com uma grande revisão na estratégia agrícola para melhorar a produtividade. Mas, principalmente, espera alguma clareza para que possa planejar seus investimentos.

Oettinger disse que a ciência ainda está muito incerta. "É muito difícil ter um balanço detalhado sobre o processo acre por acre", disse ele. "Nós precisamos ter mais tempo para apresentar uma proposta melhor", disse. Ele não revelou quais são suas opções para solucionar o Iluc.

Uma fonte da UE disse que a Comissão Europeia deve olhar para várias opções, incluindo aumentar o percentual mínimo de economia de emissão de gases de efeito estufa para Biocombustíveis que deverão ser contabilizados para atingir a meta de 10 por cento da UE para fontes renováveis no sistema rodoviário até 2020.

Outras opções incluem um fator de penalidade para biocombustíveis com alta influência no Iluc, ou um "critério de sustentabilidade" para reduzir tal impacto. "O último passo será uma proposta do (comissário para o clima) Connie Hedegaard e o meu, em julho do próximo ano antes do intervalo de verão", disse Oettinger.

Por
Reuters

Pete

Harrison

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

